



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO**

José Kennedy Lopes Silva

Concepções Ambientais em Organizações Ambientalistas

PORTO VELHO

2014

JOSÉ KENNEDY LOPES SILVA

Concepções Ambientais em Organizações Ambientalistas

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGMAD-UNIR) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientação: Osmar Siena, Dr.

PORTO VELHO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA CENTRAL PROF.º ROBERTO DUARTE PIRES

S586c

Silva, José Kennedy Lopes

Concepções ambientais em organizações ambientalistas / José
Kennedy Lopes Silva. Porto Velho, Rondônia, 2014.
113f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Siena.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Universidade
Federal de Rondônia / UNIR.

1. Organizações Ambientalistas. 2. Movimento Ambientalista. 3.
Concepções Ambientais. I. Fundação Universidade Federal de
Rondônia / UNIR. II. Título.

CDU: 658

Bibliotecária responsável: Eliane Barros – CRB11/549

José Kennedy Lopes Silva

Concepções Ambientais em Organizações Ambientalistas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Porto Velho, 23 de outubro de 2014

Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller
Coordenador do PPGMAD/UNIR

Banca Examinadora

Prof. Dr. Osmar Siena – PPGMAD/UNIR
(Orientador - Membro PPGMAD - Presidente)

Prof. Dr. Erasmo Moreira de Carvalho
(Membro Externo/UNIR)

Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller
(Membro PPGMAD/UNIR)

AGRADECIMENTOS

É hora de agradecer, vamos aos agradecimentos oficiais e importantes.

À CAPES pela bolsa de demanda social, sem qual não conseguiria me estabelecer em Porto Velho e fazer o mestrado.

A UNIR e ao PPGMAD, pela oportunidade.

Saindo dos oficiais vamos às pessoas, a ordem não direciona a importância e participação na construção desta dissertação e nem nesta minha passagem.

Aos professores, os quais nos recebem neste Programa. Chegamos cheios de dúvidas, sonhos e loucuras e eles, com suas experiências, nos apresentam novos desafios, muita correria e páginas de leituras de vida. Destaco o professor Prof. Carlos André pelas inúmeras discussões, inúmeras mesmo, a cada cafezinho, cada almoço na UNIR e, por que não, a cada cerveja quando os bate-papos eram cercados de muito aprendizado sobre diversos temas. Parafraseando o saudoso Plínio Arruda, vamos conversar sobre “política e até religião”.

Ao orientador, Prof. Osmar Siena, para mim foi um privilégio ter um trabalho conduzido sob sua orientação. Foi um desafio, e como todo desafio cercado também de muito orgulho, e é o que sinto ao poder dizer que tive sua orientação neste Programa de Mestrado. Confesso que cada “Ahn”, “Sim”, “e daí” do senhor gelava a espinha, mas que, com sua lucidez e experiência, sempre me ajudava a encontrar a solução *a lá* “mestre dos magos”. Ao senhor, o meu eterno muito obrigado.

Aos colegas de mestrado, agradeço a todos pelas discussões em sala de aula que acresceram o meu aprendizado neste Programa. Aos forasteiros, Eslei, João Arthur, Esmailly e Naila, como foi bom dividir as angústias e risadas durante o Programa, foi bom saber que não estava sozinho naquela nova jornada em Porto Velho. A Larissa, obrigado por ensinar o que é “Porto Velho”, me levar aos programas culturais e aos botecos para ver os jogos de futebol, uma pena que o seu Fluzinho sempre perdia. Reginilde, por ser literalmente uma “mão na roda” em minha permanência em Porto Velho, sempre pronta a me ajudar em inúmeros momentos. Saio deste mestrado com uma grande amiga para o resto da vida, como são os amigos Mariana Calmon Barreto e Darlan Guimarães que já me disseram citando o mestre Luiz Gonzaga “Minha vida é andar por esse país [...] guardando as recordações [...] dos amigos que lá deixei.”.

Aos colegas de orientação, Marcos Aurélio, vou falar dele em outro momento, é necessário. A Radeo Silva, quando te conheci no EnEPA já tive uma boa impressão e, pensei “Se eu quero fazer um bom mestrado eu preciso me aproximar desse cara”. Indiretamente,

you me ajudou a escrever algumas linhas desta dissertação, tenho certeza que teremos uma longa vida acadêmica juntos. Levo deste mestrado um grande amigo. Angelina você é *uma figura*, sempre disposta a ajudar, minha vida no SEMEAD não seria tão tranquila sem você. Foi um prazer dividir a “sala do saber” com vocês.

Para fazer este mestrado foi necessário dormir, é! Estudante de mestrado também dorme, foram várias pessoas que me deram um pouso solidário nesta jornada, a começar por D. Ângela Cavalcante e Talia Poveda obrigado pela receptividade no lar de vocês e as primeiras informações sobre Porto Velho e o PPGMAD.

Jackson e Bóris Dumeron, obrigado pelo pouso solidário durante a primeira semana do mestrado, Jackson obrigado pelas discussões e caronas. Só para constar, em todas as discussões você estava errado.

Daniele Costa “Boleira”, que foi a primeira pessoa com quem compartilhei a ideia de fazer esta pesquisa, suas palavras foram molas propulsoras para este trabalho, e Carol, em Alta Floresta, óbvio pela experiência na fabricação da cerveja artesanal que, sem sobra de dúvida, foi a melhor parte da minha coleta de dados.

Ao casal, Lucinalda e Leonardo, em Cáceres, muito obrigado pela atenção, me senti em casa e por isto fiquei muito folgado.

Marcos, Poconé (Érika Paixão) e Simão, em Porto Velho. Amigos, com certeza sem o pouso solidário de vocês não seria possível escrever este trabalho, não tenho como agradecer, levo essa solidariedade para sempre em minha vida. Foram momentos de estudos, diversão e muitas risadas sem moderação na “base de Mato Grosso”.

As Organizações Ambientalistas, Instituto Ouro Verde (IOV), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT) e Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Kanindé) por aceitarem participar da pesquisa, pela contribuição das organizações para que a pesquisa pudesse ser conduzida da melhor forma e que fossem encontrados resultados válidos e relevantes e a experiência adquirida nos momentos que acompanhei suas atividades. Ao pesquisar e trabalhar com essas organizações tive a certeza que outro mundo é possível.

Aos meus alunos de Mato Grosso e, principalmente, de Goiás que compartilharam suas experiências comigo e que foram o meu alerta para a necessidade de continuar estudando para me tornar um melhor professor.

A Marcos Aurélio, por ter sido importante desde a inscrição do processo de seleção do mestrado, pelos diversos momentos de angústias, alegrias, discussões de futebol e, principalmente, de “popperização” divididos neste Programa. Confesso, conviver com você

foi outro mestrado, mas digo, “- irmão, valeu a pena!”. Obrigado por tudo, conte sempre comigo e você fala muito.

Aos amigos, são tantos que não vou nomear para não esquecer ninguém, os meus verdadeiros amigos sabem da sua importância em minha vida para a construção deste trabalho, peço apenas a permissão de citar a Poconé (Érika Paixão), amiga-irmã como representante dessas amizades, conforme uma banda famosa, “Amigos é uma família que não é preciso ter corrente sanguínea, é preciso mesmo apenas ter sintonia”.

A professora, agora doutora, Marinês Orlandi, minha eterna “desorientadora” muito obrigado pelo incentivo, carinho e cuidado com a minha vida acadêmica e pessoal, é uma honra ter sido seu “desorientado” na graduação e partilhar de sua amizade.

Ao Clube de Regatas Vasco da Gama, sim, ao Vasco da Gama e não se discute.

A minha família, aos meus pais que me educaram, a minha mãe que foi literalmente a minha professora e ao meu pai, “- o senhor é doutor, saiba disto, tem a sabedoria de poucos, mesmo sem nunca ter frequentado uma escola, talvez por isto seja tão sábio”. Ao meu irmão Keny, que me deixa tranquilo em correr as aventuras da vida, pois sei que ele cuida dos meus pais enquanto eu brinco de estudar fora de Mato Grosso. A todos os meus parentes espalhados pelo Nordeste, Norte e Mato Grosso, essa vida de estudante e andarilho me deixa longe de vocês, mas saibam que vocês estão no meu sotaque, no meu jeito de levar a vida, ou seja, nunca os esquecerei porque estão sempre comigo.

A minha companheira Maristela Guimarães, que foi a principal incentivadora desta jornada, estou aqui porque você me encorajou e deu condições para que encarasse este mestrado, sem você nenhuma linha desta pesquisa seria escrita. já tentei e não consigo explicar em palavras o quanto você foi importante nesta jornada e na minha vida, “te amo, simples assim”.

Hey Joe
Onde é que você vai com essa arma aí na mão [...]
Hey Joe
Esse não é o atalho para sair dessa condição [...]
Hey Joe
Assim você não curte o brilho intenso da manhã.
(BILLY ROBERTS)

SILVA, José Kennedy Lopes. **Concepções Ambientais em Organizações Ambientalistas**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação Mestrado em Administração (PPGMAD), Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2014, 113 f.

RESUMO

Surgidas nas esteiras e com apoio nas diretrizes dos movimentos sociais e movimento ambientalista, as organizações ambientalistas são importantes para a prática e desencadeamento das políticas de desenvolvimento sustentável. Essas organizações militam e participam ativamente da construção de estratégias, estudos e práticas ambientais, as quais têm o ensejo de diminuir a degradação ambiental no planeta. Portanto, essas organizações, surgidas como contraponto ao agravamento da degradação ambiental, supostamente têm como função primordial proteger a natureza e são pautadas por concepções ambientais e compromissos ideológicos que orientam sua atuação. Discutir essas questões é fundamental para compreender esse tipo de organização. Por isso, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender as concepções ambientais que norteiam a atuação das organizações ambientalistas. Na base teórica discute-se as principais concepções ambientais identificadas na literatura, principalmente nos trabalhos de Antônio Carlos Diegues, Eduardo J. Viola, Joan Martinez-Alier e Enrique Leff. A identificação dessas concepções ambientais é importante para entender a gestão e atuação das organizações ambientalistas, pois é necessária a busca da compreensão de como as concepções são inseridas e desenvolvidas nessas organizações, qual a influência nos modos de atuação e nas práticas organizacionais. O *lôcus* de pesquisa são três organizações ambientalistas, duas situadas em Mato Grosso e uma em Rondônia. Em Mato Grosso, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT), com sede em Cáceres-MT e o Instituto Ouro Verde (IOV), com sede em Alta Floresta; em Rondônia, na capital Porto Velho, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ). Foi realizada pesquisa qualitativa com estudo de casos múltiplos. Como estratégias, foram feitas observação-participante, entrevista semiestruturada e análise documental. As entrevistas foram realizadas com dois gestores de cada organização. Os dados secundários foram obtidos pela análise dos principais documentos das organizações. A observação-participante visou a imersão do pesquisador no ambiente da pesquisa. Foi constatado que as concepções ambientais não são discutidas em plano estratégico pelas organizações ambientalistas, o que resulta nas diversas características e indicadores de concepções ambientais. Foram encontradas diversas concepções ambientais que influenciam a atuação e gestão das organizações, com predominância para a presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental. O conservacionismo foi identificado apenas na organização Kanindé. Em relação aos compromissos ideológicos, foram identificadas as presenças das visões ecossocialista e ecorrealista.

Palavras-chave: Organizações ambientalistas. Movimento ambientalista. Concepções ambientais.

SILVA, José Kennedy Lopes. **Environmental conceptions in environmentalists organizations.** Dissertation (Master in Administration). Master in Administration Postgraduate Program, Center for Applied Social Sciences, Federal University of Rondônia Foundation. Porto Velho, 2014, 113 pages.

ABSTRACT

Arised from the traces and with the support in the social and environmental movements guidelines, environmentalists organizations are important to the practice and triggering of sustainable development policies. These organizations militate and actively participate in the construction of strategies, studies and environmental practices, which have the opportunity to reduce environmental degradation on the planet. Therefore, these organizations, which emerged as a counterpoint to the worsening environmental degradation, supposedly have the primary duty to protect nature and they are ruled by environmental conceptions and ideological commitments that guide their acting. Discuss those issues is the key to understand this type of organization. For this reason, the main objective of this research was to understand the environmental conceptions that guide the actions of environmentalists organizations. In theoretical basis, it discusses the main environmental concepts identified in the literature, especially in the works of Antonio Carlos Diegues, Eduardo J. Viola, Joan Martínez Alier and Enrique Leff. The identification of these environmental conceptions is important to understand the management and operation of environmentalists organizations, for it is required the pursuit of understanding of how concepts are developed and inserted in these organizations, what is the influence in the actions and organizational practices. The locus of research are three environmentalists organizations, two located in Mato Grosso and one in Rondônia. In Mato Grosso, one was the "Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional" (FASE-MT), headquartered in Cáceres and the other "Instituto Ouro Verde" (IOV), headquartered in Alta Floresta; in Rondônia, it was the "Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé" (Kanindé), located in the capital Porto Velho. Qualitative research was conducted with a multiple case study. Participant observation, semi-structured interviews and documentary analysis were performed as strategies. The interviews were conducted with two managers from each organization. Secondary data were obtained through the analysis of the organizations' main documents. The participant observation aimed the immersion of the researcher in the research environment. It was noted that environmental concepts are not discussed in the strategic plan by environmentalists organizations, resulting in different characteristics and indicators of environmental conceptions. Several environmental concepts were found that influence the performance and the management of organizations, with predominance to the presence of socio-environmentalism's conceptions and environmental justice. The conservatism was identified only in organization Kanindé. Regarding the ideological commitments, the presence of ecosocialist and ecorealist visions were identified.

Keywords: Environmentalist organizations. Environmentalist movement. Environmental concepts.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1- Etapas da construção do trabalho.....	56
Figura 2 - Síntese da estrutura para orientar a coleta e análise de dados sobre concepções ambientais de OAs.....	63
Figura 4 - Concepções ambientais e compromissos ideológicos mais presentes na Kanindé..	75
Figura 5 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas na FASE-MT.....	76
Figura 6 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e as teorias de base mais presentes na FASE-MT.	83
Figura 7 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas no IOV.....	85
Figura 8 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e as teorias de base com mais presença no IOV.	91
Figura 9 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas nos documentos.	93
Figura 10 - Concepções ambientais compromissos ideológicos e teorias de base identificadas a partir das entrevistas.	94
Figura 11 - Concepções ambientais compromissos ideológicos e teorias de base identificadas durante a observação-participante.	95
Figura 12 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas.....	96
Figura 13 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base com maior presença nas organizações.....	97

Lista de Quadros

Quadro 1- Medidas ambientais do governo brasileiro.	24
Quadro 2 - Síntese das características do movimento ambientalista.....	31
Quadro 3 - Estratégias preservacionistas e conservacionistas.....	37
Quadro 4 - Tipologia de concepções ambientais.....	47
Quadro 5 - Roteiro de pesquisa.	57
Quadro 6 - Quadro teórico sobre concepções ambientais.	60
Quadro 7 - Identificação das concepções ambientais e compromissos ideológicos.....	61

LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E CONVENÇÕES

AGAPAN - Associação Protetora do Meio Ambiente Natural

CI - Conservation International

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASE-MT - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FORMAD - Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IOV - Instituto Ouro Verde

KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

LP-AGROS - Linha de Pesquisa de Agronegócio e Sustentabilidade

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAs – Organizações Ambientalistas

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SISCOS - Sistema de Comercialização Solidária

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PV - Partido Verde

TNC - Nature Conservancy

WCS – Wildlife Conservation Society

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa	14
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Geral	16
1.2.2 Específicos.....	16
1.3 Pressuposto e Suposições	16
1.4 Justificativa.....	17
1.5 Vinculação com as Linhas de Pesquisa do PPGMAD	18
1.6 Estrutura do Trabalho	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	20
2.1 Movimento Ambientalista	20
2.2 Concepções Ambientais, Compromissos Ideológicos e Teorias de Base	33
2.1.1 Concepções ambientais	34
2.2.2 Compromissos ideológicos.....	40
2.2.3 Teorias de base e concepções ambientais.....	43
3 ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS	49
4 METODOLOGIA.....	55
4.1 Tipos de Pesquisa e Métodos de Procedimentos de Coletas de Dados	56
4.2 Categorias e Tipologias de Concepções Ambientais.....	59
4.3 População e Amostra	62
4.4 Técnicas e Procedimentos para Registro, Análise e Interpretação dos Dados	62
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS	65
5.1 Associação Etnoambiental Kanindé (Kanindé).....	65
5.2 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT).....	76
5.3 Instituto Ouro Verde (IOV)	84
5.4 Síntese dos Resultados	92
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES	100
6.1 Conclusões.....	100
6.2 Sugestões	102
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	112
APÊNDICE I: Questões-base das entrevistas aos coordenadores.....	112

1 INTRODUÇÃO

Há indícios de que o meio ambiente é manipulado e degradado desde a antiguidade, como é o caso da poluição por metais pesados na Roma antiga (MEBRATU, 1998). Para Kishimani (1997) e Leff (2008), o ambientalismo foi desenvolvido e é praticado desde o início dessas transformações para buscar entender as consequências das diversas crises ambientais.

Contribuíram para o aumento da degradação do meio ambiente nos tempos recentes, a revolução industrial, as revoluções burguesas do século XVII e XVIII, o Iluminismo, a criação dos parques nacionais industriais que alteraram as formas de produção, a teoria científica de Taylor e o fordismo que propagaram a produção em massa, a visão mecanicista da natureza e o rápido crescimento das agressões ambientais, as quais resultaram em extinções biológicas (MCCORMICK, 1992; SARKAR, 2000; TAVOLARO, 2000).

A degradação ambiental é um dos grandes males da sociedade contemporânea (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Aliada às ineficazes políticas assistencialistas dos governos neo-liberais, acabou fortalecendo o surgimento de grupos solidários que buscam enfrentar a crise ambiental (LEFF, 2006). Os movimentos sociais resultantes dos conflitos da ocupação humana no planeta, que vão além das capacidades da ciência e tecnologia, participaram de forma ativa para o desenvolvimento da “revolução ambiental” na crise ambiental do século XX (BERNARDES; FERREIRA, 2005; LEIS, 2001).

Devido a esses fatores de deterioração, o cuidado com a natureza por parte dos ambientalistas tem sido ponto importante para diminuir as tensões e melhorar o diálogo entre a sociedade, poder público e setor privado com ativistas e organizações ambientalistas (OAs), além de propiciar maiores índices de qualidade de vida da população nos países que sofrem com problemas sociais e ambientais e carecem de investimentos de políticas públicas.

A partir de 1960, surgiram novos movimentos sociais e outros se intensificaram. O marxismo passava por um período de crise, principalmente na Europa, o que fez fortalecer novos movimentos identitários, como o movimento negro, feminista, hippie e ambientalista (SANTOS, 2011). O movimento ambientalista contribuiu para a sensibilização das pessoas e organizações privadas, o que, conseqüentemente, cooperou para o surgimento das OAs na luta pela proteção ambiental (BORSATO, 2012).

Os movimentos ambientalistas e sociais contestaram o processo de novos métodos de produção em massa que reforçaram a visão antropocêntrica da natureza, utilizada como bem de construção consumista. A esses movimentos foram incorporadas instituições e grupos

representativos de várias bandeiras: feministas; de trabalhadores camponeses; de operários das indústrias e as ambientalistas que assumiram o enfrentamento contra a degradação da natureza.

Para McCormick (1992), o combate à destruição ambiental promovida pelas transformações do ser humano no ambiente fizeram surgir as mobilizações ambientais por parte de diversos movimentos sociais que, por meio de suas discussões, incentivaram o surgimento das OAs, que se destacaram na questão ambiental por serem protagonistas para o aparecimento do Clube Roma (1968) e para realização da Conferência de Estocolmo (1972).

Surgidas nas esteiras e com apoio nas diretrizes dos movimentos sociais e movimento ambientalista, as OAs são importantes para o desencadeamento das políticas ambientais de desenvolvimento sustentável. Essas organizações militam e participam ativamente da construção de estratégias, estudos e práticas ambientais, as quais têm o ensejo de diminuir a degradação ambiental no planeta. As OAs têm como função acompanhar, fiscalizar e orientar as ações governamentais e das empresas privadas sobre o trato com o meio ambiente. Nesse sentido, essas organizações são caracterizadas como grupo de interesse em diversos fatores, econômico, social, política, ambiental entre outros para as melhorias do desempenho ecológico e políticas de sustentabilidade (CÂMARA, 2013; VIOLA; VIEIRA, 1992). As OAs, em parcerias com movimentos sociais, empresas, fundações públicas e privadas e o poder público, atuam com a intenção de sensibilizar a população para o apoio às causas da natureza. Por isso, é importante caracterizar as concepções ambientais que norteiam suas atividades e gestão para dialogar com esses parceiros. Identificar e compreender essas concepções, como se manifestam, parece ser importante para entender a gestão, modos de atuação e práticas desses tipos de organizações.

1.1 Problema de Pesquisa

Na formação das OAs há diversas formas e visões referentes ao meio ambiente que diferem em seus objetivos e atuação. Essas visões, neste estudo, serão consideradas como concepções ambientais que, em síntese, é a postura sociológica sobre as diversas propostas, práticas e questões ambientais. Para Carmin e Balser (2002), as concepções ambientais são importantes para a construção das OAs, por se tratar dos valores e crenças relacionadas ao ambiente natural e às interações entre seres humanos e natureza. Nesse sentido, as OAs precisam ter objetivos semelhantes tanto em suas crenças e valores de gestão quanto na política ambiental com os seus atores sociais. Portanto, estas adotam concepção ambiental para diagnosticar problemas e buscar soluções para atingir os seus objetivos organizacionais. Por outro lado, é possível que essas visões

ou concepções ambientais que orientam a gestão e atuação das OAs sejam fortemente influenciadas pelas diferentes concepções e vertentes do movimento ambientalista.

Para Martinez-Alier (2007), são três as principais concepções do movimento ambientalista: “culto ao silvestre”; ecoeficiência; justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres. Leff (2002; 2006) apresenta sua visão de concepções ambientais por meio do “Saber Ambiental” e “Racionalidade Ambiental”, fundamentadas em três teorias de base: marxista, foucaultiano e weberiano. Diegues (1998) divide as concepções ambientais em: preservacionista, conservacionista, sustentabilista e socioambientalista. A partir de Viola (1987; 1992), pode-se associar as concepções a quatro compromissos ideológicos do movimento ecologista: ecofundamentalista; ecorrealista; ecossocialista e ecocapitalista. Compromisso ideológico é entendido por Viola (1987) como posição defendida dentro do movimento ambientalista, na teoria ecologista e perante à sociedade.

Apesar de existir um ecologismo organizado, multisetorial e com interações complexas e dinâmicas, não se identifica o desenvolvimento de quadro social sobre o ecologismo e nem sobre as OAs. De modo semelhante, embora esteja identificada a importância das discussões sobre as OAs, ainda não há, no Brasil, grupos de pesquisa e elite de pesquisadores consolidados sobre o assunto. Estudos sobre esse tipo de organização na academia brasileira ainda são incipientes (SILVA; SIENA, 2013).

Assim, considerando as evidências sobre a escassez de pesquisas que confrontem as concepções ambientais e as práticas estabelecidas pelas OAs, ressalta-se a problemática que norteou esta pesquisa: **quais as concepções ambientais que orientam a gestão e atuação de OAs?**

De modo complementar, procurou-se identificar quais os compromissos ideológicos e as possíveis teorias associadas às concepções ambientais com maior presença nas OAs investigadas. Por gestão, é compreendido o processo administrativo interno da organização. Por outro lado, atuação é entendida como a forma de condicionamento dos processos da organização em relação aos seus atores sociais. A base empírica para dar resposta a esse questionamento teve como *lôcus* três organizações situadas na Amazônia Legal, duas no Estado de Mato Grosso, e uma no Estado de Rondônia. Em Mato Grosso estão a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT), localizada em Cáceres-MT, e Instituto Ouro Verde (IOV), com sede em Alta Floresta-MT; já em Rondônia, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ), fixada em Porto Velho. Essas OAs possuem atuação reconhecida em suas áreas e foram investigadas através do estudo de casos múltiplos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender as concepções ambientais que norteiam a atuação das OAs: Instituto Ouro Verde (IOV); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional em Mato Grosso (FASE-MT) e Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ).

1.2.2 Específicos

Em termos específicos, a pesquisa visou aos seguintes objetivos:

1. Identificar as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base presentes nos documentos das OAs pesquisadas.
2. Identificar as as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base existentes na gestão das OAs.
3. Identificar as as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base na visão dos principais gestores das OAs investigadas.

1.3 Pressuposto e Suposições

Parte-se do pressuposto de que as concepções ambientais fomentam e direcionam as estratégias das OAs. Talvez seja necessário, por isso, o alinhamento da visão ambiental da organização com sua estratégia, com a forma de gestão e relação com os seus atores sociais e stakeholders. Por outro lado, as OAs são originadas pela necessidade da sociedade em discutir as mazelas do meio ambiente em virtude da exploração industrial e, consequentemente, fortaleceram o movimento ambiental que surgiu também para apoiar as atividades desses tipos de organizações.

As OAs surgem da articulação entre o movimento ambientalista e social. A sua consolidação perpassou por diversas características e momentos da discussão sobre as concepções ambientais abordadas nestes movimentos. Baseados nessas transformações, as concepções ambientais que se destacam nas OAs contemporâneas têm características de preocupação social, ambiental, econômica

e com viés tecnológico. Viola (1987) e Jacobi (2003) afirmam que as OAs no Brasil são sociambientalistas, e as grandes entidades ambientalistas são conservacionistas. Nesse contexto, supõe-se que as concepções ambientais sustentabilista, socioambientalista, conservacionista são as que contribuem para que essas organizações coloquem seus projetos em prática e se relacionem com a comunidade, de modo que assimilar essas concepções influenciam as formas de atuação e gestão dessas organizações.

1.4 Justificativa

Estudar as OAs, suas concepções e como elas atuam em sua gestão não é tarefa simples, pois as organizações possuem características complexas e dinâmicas. De acordo com Brulle e Mason (1996), existe dificuldade para caracterizar os estudos sobre OAs e sobre o movimento ambientalista por não existir uma literatura desenvolvida sobre esses temas. No entanto, longe de fazer desistir, esses obstáculos aguçam a curiosidade e leva ao desafio de se realizar uma pesquisa qualitativa que discuta esses tipos de organizações.

As OAs são relevantes para a sociedade por contribuírem para a transmissão do conhecimento técnico e científico às comunidades a que prestam serviços. Ao permitir avanços, as OAs propagam novas descobertas e incentivos, de modo que pesquisadores e estudiosos busquem para as comunidades novas possibilidades de desenvolvimento, isso ajuda os agentes políticos tradicionais a enfrentar a crise ecológica global, pois essas instituições desenvolvem pesquisas e projetos para o desenvolvimento sustentável e, por consequência, para a sustentabilidade (FERREIRA, 1999).

Essas organizações são essenciais para a prática e desencadeamento das políticas de desenvolvimento sustentável, sobretudo porque militam e participam ativamente da construção de estratégias, estudos e práticas ambientais, cujo ensejo é de diminuir a degradação ambiental do planeta.

O movimento ambientalista e as OAs, originados pelo Clube de Roma (1968) e pela Conferência de Estocolmo (1972), justificam a necessidade de se pesquisar quais são as características dessas organizações, pois elas estão em todos os lugares e participam diretamente das decisões ambientais, políticas e sociais em qualquer comunidade, região ou país (JONHSON, 2006).

Para Mebratu (1998), as entidades públicas, privadas e OAs se posicionam em seus discursos de modo a apontar que os problemas ambientais são inerentes à poluição industrial.

Bernardes e Ferreira (2005) dizem que o movimento ecológico provocou mudanças no comportamento das pessoas, como aumento do consumo de mercadorias ecológicas e redução no tamanho das famílias, resultado disso é que, mesmo em países onde não há preocupação com o meio ambiente, as OAs e o movimento ambiental cresceram.

Ao interligar pontos de vista dos autores como Mebratu (1998) e Bernardes e Ferreira (2005), verifica-se que é interessante pesquisar como as OAs se posicionam em relação aos problemas advindos da poluição industrial e também como agem os movimentos ecológicos frente a essas questões. Corroborando com autores acima, Wortman Jr e Jones (1981), já no início da década de 1980, alertavam para carência e valor de realizar investigações sobre as OAs.

A princípio, não foram identificadas pesquisas sobre esse tema e não se configura a existência de uma elite de pesquisa sobre OAs e concepções ambientais, conforme já mencionado por Silva e Siena (2013). Há, portanto, necessidade de se pesquisar quais concepções ambientais são identificadas nas OAs, pois, a partir dessa identificação, será possível compreender qual concepção ambiental orienta a gestão e atuação dessas organizações.

Por isso, do ponto de vista acadêmico e/ou teórico, este trabalho poderá contribuir para a discussão de quais concepções orientam as OAs, como estas se alinham com essas concepções e como as instituições são geridas.

1.5 Vinculação com as Linhas de Pesquisa do PPGMAD

Este estudo se vincula à linha de pesquisa Agronegócio e Sustentabilidade (Lp-Agros), pois se pauta na discussão sobre OAs, que procura melhorar as políticas de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e porque as organizações pesquisadas alinham suas atividades com o agronegócio.

Outra abordagem do trabalho que o relaciona à linha Lp-Agros refere-se à identificação das formas de gestão das instituições pesquisadas e sua inter-relação com as concepções ambientais.

1.6 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro deles é a introdução; o segundo, o referencial teórico-empírico; o terceiro, discussão sobre OAs; na quarta parte é apresentada a metodologia do trabalho; no quinto capítulo, são expostos os resultados e discussões dos dados

sobre as concepções ambientais das OAs investigadas; na sexta parte, as conclusões e sugestões para futuras pesquisas.

No segundo capítulo, intitulado “Referencial Teórico-Empírico”, encontram-se: o histórico do movimento ambientalista no mundo e no Brasil; as concepções ambientais de Diegues (1998; 2000), preservacionista, conservacionista, sustentabilista e socioambientalista Martinez-Alier (2007), com ecoeficiência, “culto ao silvestre” e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental e os compromissos ideológicos discutidos nos estudos de Viola (1987; 1992), ecofundamentalista, ecorrealista, ecossocialista e ecocapitalista; e as bases teóricas de Leff (2002; 2006), socioeconômica em Marx, “saber ambiental” em Foucault e racionalidade ambiental em Weber.

No terceiro capítulo, são apresentados os conceitos, o histórico e o papel das OAs, a influência do movimento ambientalista e social para o surgimento dessas organizações.

O quarto capítulo contempla a metodologia do estudo, onde se faz referência ao método geral e à abordagem metodológica, aos métodos e tipos de pesquisa, população e amostra, tipos de dados e procedimentos de coletas e técnicas e procedimentos para análise e/ou interpretação dos dados.

No quinto capítulo são apresentadas as implicações e discussões dos dados coletados e analisadas as concepções ambientais identificadas nas três organizações pesquisadas.

No capítulo seis são apresentadas as conclusões e sugestões da pesquisa. E, posteriormente, são relacionadas as referências que fundamentaram este trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Serão abordadas nesta seção as referências teóricas e empíricas sobre movimentos ambientalista e social, compromissos ideológicos e bases teóricas e as concepções ambientais visando compreender a problemática deste estudo. Os movimentos ambientalista e social fundamentaram as primeiras ações que deram origem às OAs. Seu estudo é fundamental para entender a inter-relação entre essas organizações e as concepções ambientais. A discussão sobre concepções ambientais é pertinente, pois é o ponto central da pesquisa realizada. Portanto, essa discussão contribui para a caracterização das concepções ambientais e OAs.

2.1 Movimento Ambientalista

Movimento ambientalista, de acordo com Leff (2008), é um movimento que amplia as possibilidades de projetos de povos e comunidades tradicionais e seus diversos tipos de desenvolvimento. Faz surgir uma série de questionamentos sociológicos sobre: o impacto democrático desse movimento nas estruturas políticas; a influência do discurso ambientalista nas formações ideológicas e políticas; quais as estratégias políticas do movimento ambientalista diante do Estado, sindicatos e suas alianças com outros movimentos da sociedade civil; e, como uma nova cultura política que permita transformar a sociedade, que é desigual, numa sociedade democrática e igualitária (LEFF, 2002).

Considerado como projeto realista-utópico por tentar aproximar diversos grupos e realidades diferentes por um processo não-linear, o ambientalismo também é definido como movimento social coletivo capaz de reinventar a sociedade (FERREIRA, 1999; LEIS 2001). Para Leis e D'Amato (1998, p. 77-78), ambientalismo “[...] seria um grupo interno ao sistema político, que constitui a partir de uma demanda de proteção ambiental para problemas bem definidos, sem contestar ou desafiar aspectos mais normativos e gerais do funcionamento da sociedade.”. Pode ainda ser entendido como “[...] as ações desenvolvidas ou as preocupações com relação às condições do meio ambiente em decorrência da ação humana.” (MARTINEZ-ALIER, 2002, p. 219). O mesmo autor considera que pode ser usado como sinônimo de ecologismo, e surgiu em decorrência da reação ao crescimento econômico dos grandes países do mundo (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Nessa mesma linha, ambientalismo pode ser visto como uma ação social que aborda os problemas de desvio dos padrões de produção e consumo e influenciam os processos de desenvolvimento do mundo (LEFF, 2002). Bernard Gagnebin, em 1985, na obra *Jean-Jaques*

Rousseau, citado por Lago (2009), destaca a influência de Jean-Jacques Rousseau como um dos precursores do pensamento ambientalista com suas ideias a favor da proteção da natureza, contrariando o progresso da ciência e o acúmulo de riquezas.

O pensamento ambientalista, seus objetivos e estratégias foram moldados ao longo do tempo. A organização da sociedade em vilas, povoados e cidades, a partir das primeiras transformações estruturais da sociedade, provocaram modificações nos estilos de vidas das pessoas. Dentre elas, o surgimento da agricultura e de novas formas de vivências, que acarretaram em impactos na natureza. Desde o século XVI, a tecnologia e novos modos de vida das pessoas são vistos como interventores na natureza; já havia, naquele período, registros de ações em defesa ao meio ambiente (DIAS, 2009; MCCORMICK, 1992).

O objetivo do movimento ambiental está para além de uma identidade ambiental e grupo social e pode propor algo que poderia se constituir em um novo projeto de sociedade, no qual o ambientalismo é o ator capaz de constituir um diálogo entre as diferentes classes, desde as mais ambientalistas até a sociedade predatória e imediatista. Esse movimento é capaz de protagonizar a transformação da sociedade por ter o poder de articulação entre todos os setores sociais díspares e, por isso, integrar e orientar a todos para a busca da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2001). Bernandes e Ferreira (2005) sintetizam, a partir de Castells (1999), que a principal característica do ambientalismo é a mobilização das comunidades em defesa de seus espaços e do meio ambiente.

A Revolução Industrial transformou as relações das pessoas com a natureza e a economia, por meio de novas formas de manuseio das indústrias que modificaram a agricultura e comércio. Resultantes desse processo, surgem duas reações românticas e diferentes aos excessos das transformações dos meios de produção até metade do século XVIII: o socialismo e o ambientalismo. Tanto os ambientalistas quanto os socialistas eram hostis aos excessos expostos pela Revolução Industrial, porém trabalhavam separados; os primeiros tinham estratégias sensíveis à natureza e procuravam combater as indústrias que poluíam e degradavam o ambiente; já os socialistas, seguidores de Karl Marx, aceitavam as consequências da industrialização impostas à natureza e combatiam apenas a nova forma de distribuição de riqueza (SILVERSTEIN, 1993).

A humanidade é parte integrante da natureza e por meio de seu poder civilizador faz crescer o impacto de alterações ambientais, sejam estas para o bem ou para o mal. Existem diversos efeitos negativos da humanidade sobre a natureza, tais como enchentes, terremotos, poluição dos rios, chuvas ácidas, aumento da temperatura no planeta, criação e produção de armas químicas entre outras. A relação entre sociedade e natureza, desenvolvida no século XIX com a produção

capitalista e com os primórdios da instalação do modo fordista/taylorista, nega toda e qualquer ação humana em prol do meio ambiente (VIOLA, 1987).

Os grupos ambientalistas do século XIX eram compostos por latifundiários, pertencentes a uma classe econômica abastada que procuravam proteger suas próprias terras e, em consequência, a população menos favorecida ficava à margem das discussões. Esse elitismo ambientalista, embora de forma mais moderada, ainda é evidenciado na contemporaneidade e, por isso, as discussões dos problemas ambientais têm uma forte agenda política nos países ricos.

O ambientalismo foi influenciado pelo pensamento ambiental voltado pela estética do Romantismo, comum em meados do século XIX e que vigorou na literatura e nas artes nascidas na Alemanha. João Almino (s.d.) e Peter Staudenmaier (s.d.) afirmam que o ambientalismo tem raízes nos partidos nazistas e se utilizava do pensamento ambiental romântico como política de Estado para fortalecer a recusa dos nazistas tanto para o capitalismo quanto para o socialismo (LAGO, 2009).

A urgência da consciência ambiental, posto que baseados em estudos em meados dos anos de 1850 do historiador Roderick Nash, a preocupação ambiental e a discussão da natureza selvagem e rural apenas se fortaleceram após a percepção da população urbana sobre a escassez dos recursos naturais devidas as transformações econômicas (DRUMMOND, 1997).

No Brasil, o ambientalismo se caracterizou pela preocupação política e pelas críticas ao sistema colonial existentes no século XIX e início do século XX. Esse movimento ambiental buscou em suas práticas combater o regime escravagista e o latifúndio vigentes à época e influenciou para a decadência do sistema colonial luso-brasileiro (PÁDUA, 1997).

Destacam-se, daquele período, alguns nomes importantes que debateram sobre a destruição da natureza no País. José Bonifácio, abolicionista e primeiro ministro independente do Brasil, e Joaquim Nabuco, também abolicionista. Ambos já diagnosticavam de forma pessimista a situação ambiental brasileira devido às monoculturas existentes no Nordeste, o extrativismo na Amazônia e a prosperidade falaciosa de São Paulo com o cultivo do Café. Destacam-se, ainda, Euclides da Cunha que, na virada do século XIX, fez críticas aos métodos de produção da mineração, às queimadas e às monoculturas, como atividades que destruíam a natureza e Alberto Torres, que, em meados do século XX, abordou as questões ambientais pela vertente de uma reflexão política (PÁDUA, 2002).

Devido, portanto, ao crescimento econômico, ocorrido por reflexos da revolução industrial, e aos modos de produção no início do século XX e posterior as duas grandes guerras mundiais, o ambientalismo cresceu nos países da Europa e América do Norte a diferença está no fato de que agora há maior interação nas informações e comunicação entre os países. As práticas ambientalistas

surgem historicamente nessas localidades quando as suas áreas ambientais encontravam-se já bastante prejudicadas ou quase extintas (SCHWARTZMAN, 2000; LEIS, 2001).

No entanto, o ambientalismo mais combativo não nasceu nessas localidades, mas sim nas regiões periféricas com características tropicais e coloniais, como no Caribe, Índia e África do Sul, o que revela o mito de que o ambientalismo emergiu de países desenvolvidos. No Brasil, o ambientalismo não foi importado, pois a discussão ambiental sempre acompanhou o país desde a sua formação (PÁDUA, 1997).

A atuação dos ambientalistas na formulação de políticas públicas em países desenvolvidos faz com que a agenda política ambiental dos países mais carentes fiquem em segundo plano, essa preferência pode explicar a desarticulação política e a dificuldade de o ambientalismo se fortalecer nas áreas de classes pobres e com grandes problemas ambientais (SILVERSTEIN, 1993).

Nos anos de 1920 a 1970, o Estado brasileiro com o seu perfil político conservador antecipava, por meio de leis e políticas públicas, ações referentes às causas ambientais, o que resultava na redução de capacidade de reivindicação da sociedade (DRUMMOND, 1997). A criação de uma legislação e de instituições públicas ambientais favoreceram a desmobilização dos movimentos sociais. Esse pensamento refere-se à relação do Estado e dos movimentos sociais em um sentido mais amplo, e não apenas ambientalista.

De acordo com os estudos realizados por Pádua (1997) sobre o movimento ambientalista brasileiro nos períodos de 1920 a 1970, as estruturas desse movimento naqueles momentos foram criadas em territórios urbanos.

Destaca-se o trabalho de Alberto Torres que, nos anos de 1930, fundou a Sociedade Amigos Alberto Torres e a Sociedade Amigos de Árvores, percussoras do que hoje se denomina “Organizações Ambientalistas” e essas associações difundiram as suas atividades por todo o país apregoando o uso racional dos bens naturais (SANTILLI, 2005). Nesse processo de formação do ambientalismo brasileiro é diagnosticada a abordagem conservacionista com práticas que alertavam para ênfase da economia no movimento de defesa ao meio ambiente.

Para Drummond (1997), o governo brasileiro já adotava medidas de caráter ambiental antes mesmo período de 1920-1970. No quadro 1 é apresentado um histórico de medidas que contribuíram para a formação do movimento ambientalista brasileiro e para a consciência ambiental.

Quadro 1- Medidas ambientais do governo brasileiro.

MEDIDAS	INFORMAÇÕES	ANO
Assinatura do tratado internacional de proteção a um tipo de garça.	O Brasil era um grande exportador de penas deste animal.	1895
Assinatura de um tratado com outros países para proteção de aves úteis para a agricultura.	Nessa época já possuíam a informação de que algumas aves permitiam o controle de pragas no campo.	1921
Criação do Código de Águas e Minas e primeiro Código Florestal Federal.	O Código de Águas e Minas representou um marco na política de administração de recursos naturais no país. Já o Código Florestal Federal consagrou a criação do Serviço de Saúde Vegetal e Animal do Ministério da Agricultura e uma versão do Código de Caça e Pesca.	1934
Criação do primeiro parque nacional.	Mesmo com certo atraso em relação a outros países, foi criado no Brasil o Parque Nacional do Itatiaia.	1937
Criação do novo Código de Caça.	Importante para proteger as reservas biológicas brasileiras.	1943
Novo código florestal.	Pressionado pela Fundação Brasileira de Conservação da Natureza este novo código foi construído para detalhar melhor as questões preservacionistas e conservacionistas.	1965

Fonte: Elaborador pelo autor a partir de Drummond, 1997.

O Brasil foi um dos países que mais cresceu economicamente após a segunda guerra mundial e cujo desenvolvimento foi baseado na exploração intensa dos recursos naturais por meio de garimpos, construção de hidrelétricas, estradas e povoamento da região amazônica (DRUMMOND, 1997). Nesses períodos, a consciência ambientalista foi muito prejudicada devido à instabilidade democrática e à valorização do crescimento econômico em detrimento das ideias preservacionistas.

Concomitante a essas medidas de formação do movimento ambientalista no Brasil, principalmente após os anos de 1960, começa o processo de tomada de consciência ecológica por meio de várias atividades. A obra *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson (1962), inicia o ambientalismo moderno com a denúncia sobre os perigos do crescimento populacional e contaminação química, com uso de inseticidas e pesticidas na água e no solo. A autora narra em suas pesquisas sobre os movimentos sociais, a militância estudantil, feminista, hippie e de diversas minorias (MINC, 1987; SILVERSTEIN, 1993; DIEGUES, 1998; GUHA, 2000).

O movimento ambiental funciona como um norteador de mudanças na sociedade e sua significância se dá após a segunda guerra mundial, período caracterizado como desenvolvimentista devido à necessidade de reconstrução dos países e à abertura de novos modos de produção pelas empresas multinacionais, o que resulta em uma época de exploração predatória alavancada pelo “preço do progresso” (PÁDUA, 1987; MCCORMICK, 1992). Na década de 1960, houve três encontros importantes para o debate sobre a busca de soluções para os problemas ambientais. O primeiro foi o Clube de Roma, quando cientistas, professores, empresários e servidores públicos de

10 países discutiram os dilemas ambientais do presente e futuro. Posteriormente, a Assembleia das Nações Unidas que decidiu pela realização da primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, a ser realizada em 1972, e o terceiro grande momento foi o evento promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris (1968), que discutiu a conservação e o uso racional da biosfera (BURSZTYN, 1994; DIAS, 2009).

Grande parte dos analistas do final da década de 1960 não eram receptivos às ideias do Romantismo oriundo das premissas de Jean-Jacques Rousseau (LAGO, 2009). Este autor também destaca as obras *This Endangered Planet* (Este Planeta em Perigo), de Richard Falk (1971) e de Garrett Hardin (1968 e 1972), *The Tragedy of Commons* (A Tragédia dos Comuns) e *Exploring New Ethics for Survival* (Explorando a Nova Ética para a sobrevivência) que tiveram força para desestabilizar a opinião pública em relação aos impactos ambientais e uma forte mudança nos padrões de consumo.

Diversos autores, como Sachs (2007); Bernandes e Ferreira (2005); Santilli (2005); Jacobi (2003); Diegues (1998) e Viola (1987) consideram que a Conferência de Estocolmo (1972) foi um grande marco do movimento ambientalista internacional e também no Brasil, visto que resultou em diversas ações no País. Exemplo foi a criação pelo governo militar brasileiro da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973.

Acselrad (2004) e Viola e Vieira (1992) convergem sobre a importância da criação da SEMA e destacam a ação como uma importante política pública ambiental, ainda que tenha sido criada em um regime ditatorial, por isso burocrática e, em consequência, oferecia poucas articulações com a sociedade. Porém, Bursztyn (1994) considera a criação da SEMA apenas um ato simbólico do governo militar, pois, para o autor, o órgão não recebia nenhuma atenção do governo e não era usado como estratégia nas ações governamentais.

A Conferência de Estocolmo (1972) resultou em vários pontos positivos para a questão ambiental, posto que confirmou a entrada definitiva na agenda ambiental das discussões nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; criou o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; estimulou a criação de órgãos nacionais para o meio ambiente; incentivou o fortalecimento e surgimento de ONGs e de OAs e deu maior atenção à participação da sociedade para as questões da natureza.

Algumas críticas da Conferência partiu dos ambientalistas mais radicais. Para eles, o evento fugiu de sua proposta ao não debater profundamente o desenvolvimento das nações (LAGO, 2009). Após Conferência de Estocolmo, as reivindicações ambientais passam a agregar ações de cunho

mais político, pois há interação entre os desafios institucionais e econômicos (JATOBÁ; CIDADES; VARGAS, 2009).

O fato que é que nos anos de 1960 e 70, o ambientalismo surge combativo e denunciador nos países ricos localizados na Europa ocidental, como consequência da industrialização e os riscos causados pela poluição, pelo barulho excessivo, pela agressão à fauna e à flora, os quais atingiram significativa parcela da população desses países.

Após os anos de 1970, o movimento ambientalista se transformou e, por isso, conseguiu sensibilizar diversos grupos da sociedade, o que permitiu mudanças nas atividades das organizações e das pessoas o que resultou na ebulição e difusão das OAs pelo mundo e ao surgimento do “Novo Ambientalismo”, cujas características são ações mais políticas e sociais; ao contrário dos preservacionistas e conservacionistas, mais filantrópicas. Em 1976, intensifica-se o Movimento Ecológico Brasileiro liderado pelo ecologista José Lutzenberger, que representava dez organizações ecologistas.

Segundo Diegues (1998), em meados da década de 1980, surge no País o ecologismo dos movimentos sociais, que estabelece críticas ao modelo de produção capitalista e busca a defesa dos camponeses, dos ribeirinhos e seringueiros. Herculano (2000) concorda com Diegues (1998) sobre as fases dos movimentos sociais na década de 1970 e 80 destaca o surgimento do sindicalismo, de partidos políticos e associações de bairros entre outros tipos de organizações sociais. Por esses aspectos, é possível afirmar que o ambientalismo brasileiro na década de 1970 possuía características das concepções preservacionista de Diegues (1998) e “culto ao silvestre” de Martínez-Alier (2007) e do compromisso ideológico ecofundamentalista de Viola (1987; 1992).

Os sistemas políticos e governos começaram a entrar na discussão e demonstraram sua preocupação com o assunto, o que resultou na criação de vários partidos “verdes” pelo mundo, em destaque o partido “Verde Alemão” que, a partir dos anos de 1980, começaram a disputar as eleições cada vez com mais força (VIOLA, 1987a; DIEGUES, 1998; LEIS, 2004).

Entretanto, mesmo com o surgimento do sindicalismo, partidos políticos e organizações sociais nos anos de 1980, o ambientalismo nesses países perde espaço por causa da forte recessão que desencadeou uma baixa na economia e altas taxas de desemprego. No Brasil, o ambientalismo, neste mesmo período, também é combativo e denunciador e representado pela Associação Protetora do Meio Ambiente Natural (AGAPAN), tendo como prioridade a proteção de espécies, ecossistemas e populações tradicionais. (DIEGUES, 1998; 2008; LAGO, 2009).

A partir da década de 1980, aumenta o número de OAs originadas pela consolidação do movimento ambientalista no Brasil e também pela proliferação de atividades agrícolas, com uso de

materiais agroquímicos na agricultura, em especial na região sul do país. Outros fatores importantes para a construção do movimento ambiental brasileiro: o Relatório “Nosso Futuro Comum”; o aumento das queimadas na Amazônia e o assassinato do ativista ambiental Chico Mendes, em 1988; momento em que a concepção socioambientalista, justiça ambiental e o compromisso ideológico ecossocialista começam a protagonizar o movimento ambientalista (VIOLA; VIEIRA, 1992).

O movimento ambientalista na Amazônia surgiu dos movimentos sociais, com destaque para a liderança de Chico Mendes e sua bandeira em defesa dos seringueiros e ribeirinhos, cuja luta permitiu que diversas OAs internacionais se ativessem para a discussão ambiental no território amazônico, o que fez alimentar a criação de OAs no Brasil.

A partir da segunda metade da década de 1980, os ambientalistas ingressaram como partícipes do sistema político. A criação de um partido nacional de bandeira ecológica reflete a influência europeia e movimentos em comunidades rurais (GABEIRA, 1987; LEIS; D’AMATO, 1996; DIEGUES, 1998). Fábio Feldman é eleito deputado pelo Estado de São Paulo e foi o único parlamentar a representar o movimento ambientalista no Congresso e, nesse processo, sente a necessidade de os ambientalistas serem menos radicais e procurarem dialogar com os demais setores da sociedade.

Entre 1987 e 1989 ocorre o reforço dos deputados constituintes na luta ambiental, representados por duas agremiações políticas, Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), concomitante à articulação para a criação do Partido Verde (PV) no Brasil. Para Montibeller-Filho (2008), neste período e nos anos de 1990, é marcante a mudança de filosofia do movimento ambientalista que se interessava apenas pelos problemas ecológicos e passa a discutir as políticas de desenvolvimento.

As características da ecologia no Brasil perpassam diversas particularidades, identificadas nos estudos a partir do Brasil-Colônia, ao receber influências culturais no modo de produção e na interação com a natureza de diversos países europeus e atualmente a ecologia no Brasil é influenciada pela globalização, modernização dos meios de produção e movimentos sociais (PÁDUA, 1987). Essas ações direcionadas para o meio ambiente são diversificadas e complexas, fato que impede de observar que, por detrás de uma suposta evolução de formação das redes complexas e multissetoriais, o ativismo ambientalista perdeu sua razão de ser, no sentido de que a multissetorialização alcançada não ampliou verdadeiramente os espaços políticos de contracultura (VIOLA, 1987; VIOLA; VIEIRA, 1992).

Essas transformações foram possíveis devido às estreitas relações entre o movimento

ambientalista e os movimentos sociais. O ambientalismo é considerado como o primeiro movimento social de alcance mais amplo e que consegue, mesmo de forma precária, restabelecer a ligação entre agentes políticos e atores sociais e reorientar os objetivos e estratégias dos demais movimentos sociais (FERREIRA, 1997; LEFF, 2008). A visão panorâmica sobre os movimentos sociais latino-americanos na contemporaneidade indica que parte de segmentos do movimento ambientalista conseguiu se politizar em algumas regiões do continente; já em outros, setores do movimento ambientalista se articulam com os movimentos sociais populares, Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB) e pequenos agricultores nas regiões brasileiras (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais têm participação preponderante na construção do movimento ambientalista, na discussão das concepções ambientais e, conseqüentemente, no surgimento das OAs. No Brasil houve uma série de movimentos sociais que emergiram a partir da abertura do regime político nos anos de 1980, o que acarretou no crescimento do movimento ambientalista, social e das concepções ambientais nas OAs (DIEGUES, 2000; ZHOURI, 2006).

Os movimentos sociais juntamente com o movimento ambientalista apoiam atividades realizadas no território amazônico pelos seringueiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB) entre outros, que são modalidades de ecologismo combativo, progressivamente inserido por movimentos sociais já bem consolidados e que ambientalizaram as suas pautas (ACSELRAD, 2010).

Expressam-se nas ações da Amazônia, no início da década de 1980, as características das vertentes ambientalistas identificadas nas OAs protagonistas do movimento, como o socioambientalismo caracterizado por Diegues (1998) e ecossocialismo de Viola (1987; 1992). Os movimentos sociais passaram por transformações em suas práticas e foram se caracterizando como movimento ambientalista e, conseqüentemente, incorporando concepções socioambientais em suas ações (DOMINGUES, 2010).

Resultante dessas transformações, o movimento ambientalista, a partir dos anos de 1990, consolidou-se politicamente e se aproximou das comunidades por meio de diversos eventos como ECO-92; Protocolo de Kyoto, em 1997; Joanesburgo-02 e Rio+20. Bernandes e Ferreira (2005); Descola (2000) e Becker (1994) afirmam que a ECO-92 foi o grande marco da globalização do movimento ambiental mundial, ao organizar elementos como a Agenda 21 e o Fundo Global para o Meio Ambiente do Banco Mundial com o fito de auxiliar os países menos desenvolvidos e reforçar a preocupação com o futuro e ações mais transparentes para o cuidado com a Amazônia. O Brasil, país estratégico devido ao seus grandes territórios de áreas verdes, não ficou imune a essas mudanças políticas e ao fortalecimento do pensamento ambientalista.

Diferentemente dos Estados Unidos e da Europa, no Brasil, nos momentos de retração econômica, as discussões ambientais e as políticas públicas ganham protagonismo (VIOLA, 1992; 1997). Nos Estados Unidos, o ambientalismo é tratado como grupo de interesse político, inserido como outros assuntos, e não como tema específico. Neste país e no continente europeu, a discussão ambientalista é reduzida quando há retração econômica. No Brasil, a formação do pensamento ambientalista perpassa por quatro posturas: a) conivente com a degradação ambiental; b) o elogio da ação humana em sentido abstrato, passando ao largo das suas consequências destrutivas; c) a crítica à destruição da natureza propondo ações tecnológicas e capitalistas para a melhoria do país, e d) crítica à destruição da natureza apresentando um modelo alternativo e autônomo para o desenvolvimento nacional (PÁDUA, 1987).

A criação de OAs com características profissionais é reflexo da multissetorialização e complexibilidade do movimento ambiental, o que provoca a inovação do ecologismo brasileiro e do qual surgem organizações públicas, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, como respostas do governo às críticas internacionais sobre a política ambiental nacional.

Outra transformação é a globalização, que favorece o surgimento do movimento ambiental multissetorializado ao contribuir para a compactuação das posturas dos países, as quais resultaram numa macro sociedade ao apresentar suas múltiplas dimensões: financeira, cultural, religiosa, ambiental, científico-tecnológica entre outras e, assim, melhorar o processo de relação entre a esfera nacional e internacional (VIOLA, 1997).

A terceira mudança é o processo de democratização da sociedade brasileira, que possibilitou grandes transformações no ambientalismo brasileiro, principalmente no que se refere à participação popular nas questões ambientais. Reflexos dessas transformações dão origem a quatro grupos políticos-culturais no ambientalismo brasileiro: 1) Globalistas-progressistas-sustentabilistas, favoráveis ao uso da tecnologia para a preservação do ambiente; 2) Globalistas-conservadores-sustentabilistas, que concentram sua atuação no mercado para aumentar a proteção ambiental; 3) Nacionalistas-progressistas-sustentabilistas, céticos em relação às organizações internacionais e militam em favor da intervenção do Estado no sistema de produção e para a promoção do bem-estar da sociedade e, por fim, 4) Sustentabilistas-radicais, descentralizados e utópicos em relação à governabilidade internacional e não fazem alianças com outros setores da sociedade (VIOLA, 1992; VIOLA, 1997; VIOLA; LEIS, 2001).

Mesmo com resultados poucos significativos, o movimento ambientalista no Brasil conseguiu organizar algumas campanhas regionais para a conscientização da opinião pública e deu

origem a grupos de base que se alicerçam nas atividades dos movimentos sociais e buscam reprimir o modelo de desenvolvimento econômico (VIOLA, 1992; MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009). Essa problemática, entretanto, ainda se apresenta bem diferenciada dentro do movimento social. Como consequência, o movimento ambiental tem oscilado entre o enfraquecimento e o ânimo durante as últimas décadas. Milanez (1997) critica o movimento ambientalista pelos resultados e ações poucos efetivas em âmbito nacional e as Organizações das Nações Unidas (ONU) pela abordagem de “desenvolvimento sustentado”, por acreditar que a ONU privilegia o crescimento econômico em detrimento das questões naturais.

Para Gohn (2011), a partir de 1990, o movimento ambiental se torna o principal movimento social, principalmente devido ao crescimento de OAs após a ECO-92. Em 1990, as entidades ambientalistas buscaram integrar-se e constituíram o Fórum Brasileiros de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento para a ECO-92. Com a participação de 800 OAs originárias de mais de 150 países, decidiu-se naquele momento pela continuidade do Fórum para que as entidades participantes pudessem acompanhar as políticas públicas acordadas durante a Conferência (MAIA, 1997; LEIS, 2001; SCHERER-WARREN, 2001; JACOBI, 2003).

O movimento ambiental no Brasil salta de características localizadas e comunitárias para uma visão mais ampla das questões políticas, econômicas e científicas sobre o meio ambiente; é indiscutível que esse processo é resultante da preparação e realização da ECO-92 (LAGO, 2009). Como resultante do processo de criação do Fórum e ECO-92, foram fortalecidos acordos e a comunicação entres os países; a partir desses acontecimentos origina-se a Rio + 5 e Joanesburgo-02 e se consolidam os movimentos ambientais nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

De acordo com Ténorio (2008) e Tachizawa (2004), a partir dos anos 2000, o movimento ambiental brasileiro participa ativamente das discussões da sociedade, seja instigando as discussões ambientais, seja pautando ações positivas em relação à preservação e conservação da natureza. Porém, numa visão menos otimista, Acsegrad (2010) diz que as práticas do movimento ambientalista no Brasil têm sido equivocadas, tanto nos diálogos como nas ações. Para ele, as organizações e representações ambientalistas, mesmo que comunguem de um discurso ambiental, continuam a praticar a degradação.

As principais características do movimento ambiental brasileiro são sua diversidade, pluralidade e amplitude, mesmo com as dificuldades de ações conjuntas, em muitos casos com outros setores da sociedade como universidades e movimentos sociais, para o alcance da sustentabilidade. Ainda que se verifiquem transformações históricas, nas quais o movimento ambientalista participa de forma protagonista, pode-se evidenciar que esse movimento no Brasil,

assim como em diversos países, é composto de diversas matizes (MAIA, 1997; IVO, 1997; DOMINGUES, 2010). Essas mudanças e posturas promoveram, além de lutas históricas em prol do ambientalismo, transformações no modo de pensar da população sobre o meio ambiente com intensificação da busca pelo fim da degradação ambiental.

É apresentado no quadro 2, síntese do contexto histórico do movimento ambientalista para melhor compreensão da construção do ambientalismo e a sua interação com os grupos sociais e ambientais nos países.

Quadro 2 - Síntese das características do movimento ambientalista.

Características	Cronologia
Pensamento ambientalista	XVI: Surgimento da agricultura e mudanças no estilos de vidas das pessoas.
Socialismo e ambientalismo	Contrários as transformações da Revolução Industrial no século XVII e XVIII
Grupos ambientalistas	Influenciados pelo pensamento ambiental romântico. Eles eram compostos por latinfundiários.
Crescimento econômico	Devido a Revolução Industrial e as duas grandes guerras mundiais o ambientalismo cresceu na Europa e América do Norte.
Legislação ambientalista no Brasil	1920-1970 o ambientalismo brasileiro é desenvolvido em territórios urbanos e por medidas legislativos para o aumento da consciência ambiental.
Ebulição da agenda ambiental	O livro “Primavera Silenciosa”, o “Clube de Roma”, a assembleia geral da ONU e a “Estocolmo 1972” difundiram a agenda ambiental em todo o mundo, o que acarretou no surgimento de diversas OAs e o “novo ambientalismo”.
Ecologismo dos movimentos sociais	No Brasil nos anos de 1980, período que há o fortalecimento do movimento sindical e social por meio de partidos políticos “verdes” e organizações sociais, o que resultou em um ambientalismo combativo e denunciador.
Consolidação política do movimento ambiental	Nos anos de 1990 o movimento ambientalista se aproxima das comunidades por meio de grandes eventos e da globalização. O movimento ambientalista e a discussão ambiental tornam-se estratégicos nas agendas públicas dos países, no Brasil o movimento ambientalista torna-se multisetorializado e plural.
Movimento social	A partir dos anos de 1990 e década de 2000, o ambientalismo transforma-se em movimentos sociais com a criação de fóruns de ONGs que pautam os debates sobre políticas públicas voltadas para o meio-ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A contribuição das ações dos ambientalistas, além das discussões sobre distribuição de renda entre as classe sociais, se dá na questão de cidadania, diversidade da sociedade e na responsabilidade dos governos, que poderão refletir futuramente na sociedade e no ambientalismo (FELDMAN, 1997). Há um otimismo em torno do seu futuro, pois há inovação em termos de propostas de espaços públicos, porém existe a preocupação de os interesses individuais se sobreporem aos da sociedade (BERNARDO, 1997).

Como resultante desses acontecimentos, o movimento ambientalista brasileiro atravessa uma crise ecológica, vagueia entre a visão romântica do ambientalismo e a busca pela industrialização e crescimento econômico do País. A maioria dos ecologistas busca equilibrar o uso da tecnologia com

o desenvolvimento em consonância com a natureza (VIOLA, 1987). A partir dos dilemas entre capitalismo-socialismo, crise do marxismo e ecologia-predação, os ambientalistas interagem com a tecnologia guiados pelas concepções sustentabilista e ecoeficiência.

Muitas agressões ao meio ambiente ainda são corriqueiras, mesmo com a evolução da discussão ambiental e, de certa forma, de uma maior consciência ambiental por parte da população brasileira e mundial, vide os exemplos das construções de usinas hidrelétricas e sistema de produção agrícola nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. A Academia exerce papel importante nas discussões ambientais, com um forte apelo para a sociedade e provoca grande impacto por meio das publicações de trabalhos que alertam para o modo que o meio ambiente tem sido tratado.

O ambientalismo tornou-se um grande movimento e ocupa cada vez mais espaço na sociedade, perpassou pela fase de militância, e hoje se torna cada vez mais profissional. A partir desse momento, é necessário melhorar a articulação com as OAs. Estas, por sua vez, devem atuar de forma mais pragmática e orgânica com movimentos da sociedade que lutam por interesses coletivos (CAPOBIANCO, 1997).

Este é o único movimento contemporâneo capaz de desenvolver valores e conhecimentos possíveis de resolver problemas entre atores com objetivos, culturas e perspectivas divergentes frente à crise ecológica global. O ambientalismo possui estratégias que provocam a participação e gestão coletiva dos recursos e também as tomadas de decisões envolvidas nos projetos desenvolvidos (LEIS, 2001; LEFF, 2008).

Foram inúmeras as transformações ocorridas na sociedade, reflexo das três grandes Conferências: Estocolmo, Rio de Janeiro e Joanesburgo. Nos 30 anos que separam a primeira grande Conferência da terceira, o movimento ambientalista passou da busca pelo desenvolvimento em Estocolmo, do fortalecimento das OAs no Rio de Janeiro para as críticas da globalização, em Joanesburgo (LAGO, 2009).

O movimento ambientalista tem como propósito atual a articulação com as associações camponesas, operários, classe média urbana e com os povos indígenas, esta pode ser considerada a mais importante e promissora. Por meio dessa articulação, o movimento participa do processo de recondução social junto às ONGs e, principalmente, junto às OAs por meio da discussão de estratégias políticas discutidas com a sociedade e Estado (LEFF, 2008). Para Silverstein (1993), o ambientalismo não é mais somente uma preocupação para ecologistas, minorias dos movimentos sociais e simpatizantes da natureza, é também parte de interesse de organizações públicas e privadas e outros membros da sociedade.

Esses processos transformaram as práticas produtivas e degradação ao meio ambiente, modificando as formas de produção e as suas capacidades em torno da dependência tecnologia, cultural e as suas ideologias e motivações por meio de práticas de inovativas. Dessa forma, o meio ambiente pode ser inserido na lógica de mobilização das mudanças sociais para a transformação das relações de produção e forças sobre as bases de sustentabilidade e diversidade e cultural (LEFF, 2002).

O movimento ambientalista contemporâneo contribuiu para a construção de novas estratégias para a gestão das OAs e empresas privadas. A consolidação desse movimento nas organizações alcançam resultados nas seguintes características: com a equipe, que reduz o uso de bens naturais para a produção; com a sensibilização do público interno e dos acionistas, clientes, público-alvos, financiadores e fornecedores para as causas ambientais (BORSATO, 2012).

2.2 Concepções Ambientais, Compromissos Ideológicos e Teorias de Base

As concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base se consolidam por meio das atividades e discussões do movimento social e ambientalista no século XX, a partir da preocupação com as comunidades tradicionais. O movimento ambientalista surge ancorado nas visões preservacionistas e ecofundamentalistas, posto que guiado pela concepção de “culto ao silvestre”, ainda no final do século XIX.

Essas concepções são, por um lado, influenciadas por compromissos ideológicos e, por outro, sustentadas por teorias que apoiam o seu propósito científico. Os compromissos ideológicos baseiam-se nos ideais filosóficos e ideológicos das concepções ambientais nas OAs. Como teoria de base são permeadas as formas de abordagens nas quais as concepções ambientais são enquadradas e as quais delineam essas características e a construção do conhecimento das vertentes ambientais.

As concepções e compromissos ideológicos preservacionistas, “culto ao silvestre” e ecofundamentalistas ascenderam nos anos de 1950 e 60. A partir dos anos de 1970 e 80, são identificadas concepções mais moderadas em relação aos usos da tecnologia e interação da sociedade com o meio ambiente. Eclodem, então, o conservacionismo, ecorrealismo e ecoeficiência e, por fim, a partir da ECO-92, surgem novas concepções e compromissos como sustentabilista, socioambientalista, ecossocialista, ecocapitalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça social. Todas essas vertentes ambientais são amparadas em sua construção pelos instrumentos de “racionalidade e saber ambiental” das visões marxista, foucaultiana e weberiana (VIOLA, 1987; 1992; DIEGUES, 1998; LEFF; 2002; 2006; MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

2.1.1 Concepções ambientais

Na composição das OAs, há diversas formas, visões e objetivos referentes ao meio ambiente que as diferem umas das outras. Essas visões, nesta pesquisa, serão consideradas como concepções ambientais que, em síntese, refere-se ao pensamento sobre as diversas posturas e questões ambientais.

Concepção ambiental é a orientação, visão ou pensamento dos atores sociais, órgãos públicos, OAs, entre outros segmentos, sobre as diversas posturas existentes nas práticas e discussões ambientais (MENEZES, 2008) e surge a partir dos enfoques da relação humano/natureza. Em termos gerais, a primeira visão é a biocêntrica, na qual o ser humano é parte da natureza; a segunda, antropocêntrica, defende a ideia de que o ser humano tem direito sobre bens ambientais (PEPPER, 1996; DIEGUES, 1998). A partir das reflexões sobre o meio ambiente no século XVIII e XIX, Pádua (1987), por meio das discussões de Donald Worsten na obra *“Nature’s Economy: a History of Ecological Ideas”*, apresenta duas correntes ambientalistas, “ciência arcadista” e “ciência imperialista”. Os defensores da primeira corrente acreditam no relacionamento harmônico entre o ser humano e a natureza, visão considerada precursora das concepções organicistas e biocêntricas. Por sua vez, a imperialista diverge ideologicamente da arcadista ao defender a ideia de que a natureza deve ser tratada como um instrumento para o progresso humano e sustenta as concepções antropocêntricas (PÁDUA, 1987).

O preservacionismo é a concepção ambiental que busca tratar da “vida selvagem”. As pessoas e instituições seguidoras do preservacionismo são totalmente contrárias ao uso de recursos naturais, não aprovam a geração de produtos mesmo por meio de manejos regularizados e acreditam que toda a população natural é frágil e que pode ser extinta por qualquer manuseio da natureza pelo ser humano em suas comunidades (PIMBERT; PRETTY, 2000). Os preservacionistas são mais clássicos e mais radicais do que os conservacionistas e socioambientalistas, buscam a preservação da natureza sem a ação do ser humano, são, então, ecocêntricos (natureza como centro do universo). O principal objetivo preservacionista é a busca pela manutenção da biodiversidade, independente das necessidades das pessoas para uso dos bens naturais (DIEGUES, 1998, 2000; CUNHA e COELHO, 2005). Para Gómez-Pompa e Kaus (2000), o preservacionismo é aplicado à natureza como parte da solução dos problemas ambientais do planeta, sendo que os adeptos desta concepção ambiental defendem que a natureza não seja tocada e, assim, tenha garantia de continuidade das espécies da fauna e flora.

As ações de defesa da natureza nos Estados Unidos lideradas por John Muir, naturalista e escritor no século XIX, são preservacionistas, cujo objetivo era manter intactas as belezas naturais daquele país o maior tempo possível. O conservacionismo foi liderado por Theodore Roosevelt, biólogo e ex-presidente dos Estados Unidos, que defendeu a ideia de gerenciar de forma inteligente o manuseio das terras e os recursos naturais para gerar uma fonte de riqueza para a população americana (SILVERSTEIN, 1993).

Os preservacionistas têm características semelhantes aos adeptos da “Ecologia Profunda” desenvolvida por Arne Naess no início dos anos de 1970. Os adeptos da concepção de Naess se opõem ao antropocentrismo e valorizam espécies não-humanas, montanhas, rios e consideram a natureza uma influência espiritual e religiosa (PEPPER, 1996).

A partir da atuação dos grupos preservacionistas surgiram os primeiros parques nacionais ambientais ao final do século XIX nos EUA, e início do século XX nos países da Europa, América Central e do Sul (DIEGUES, 1998; JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Cunha e Coelho (2005) avaliam que as estratégias preservacionistas voltam a ganhar destaque a partir das décadas de 1970 e 80 com as discussões sobre a proteção das florestas em países em desenvolvimento quando foram amparadas com ações por partes dos governos e normas rígidas foram instituídas para manutenção da fauna e da flora com a consequente proibição do acesso de pessoas aos ecossistemas, inclusive das populações tradicionais.

Vieira (1987) defende que não basta haver a visão preservacionista. Para o autor, é necessário avançar na busca do equilíbrio entre o desenvolvimento social e econômico que resulte em uma visão conservacionista ao situar a natureza como um “sujeito social”.

A concepção “culto ao silvestre” contém características semelhantes ao preservacionismo, porém não tão radical. Tem como premissa cuidar das reservas de fauna e flora, mas não ataca o crescimento econômico, apontando apenas uma ação de retaguarda para os bens naturais. A concepção “culto ao silvestre” tem uma visão de resignação em relação ao crescimento econômico, resultado de certo conformismo em relação ao sistema econômico vigente na sociedade; defende a natureza e o culto sagrado aos animais e é harmônica com diversas religiões, principalmente as menos antropocêntricas (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Para o referido autor, as atividades de proteção à natureza de John Muir, no início do século XX, pertencem à concepção “culto ao silvestre”.

As ideias de Martinez-Alier (2007) e Silverstein (1993) divergem sobre a concepção na qual se enquadram os trabalhos de John Muir. Para Silverstein (1993), os trabalhos de Muir se enquadram como preservacionistas, para o autor é comum esse tipo de divergência, pois não é

simples categorizar concepções ambientais e, por isso, podem haver divergências nesses enquadramentos. É importante destacar que as concepções preservacionismo e “culto ao silvestre” partem da mesma matriz que defende a natureza como algo a ser mantido intocado.

O engenheiro florestal Gifford Pinchot articulou as bases teóricas do conservacionismo, concepção que admite a possibilidade de explorar os recursos naturais de forma racional e permanente sem ameaçar a extinção da natureza e, ainda, beneficiar a sociedade (MCCORMICK, 1992). Os ativistas de visão conservacionista acreditam que as áreas naturais são úteis para a sociedade, podendo ser utilizadas como laboratórios a serem usados pelos pesquisadores como bens para qualidade de vida e, portanto, têm de ser salvaguardadas das ações humanas (GÓMES-POMPA; KAUS, 2000).

O movimento conservacionista surge por meio das reflexões dos países ricos cujo intuito é reservar grandes áreas naturais preservadas para o seu lazer e apreciação (GADOTTI, 2006). O conservacionismo busca guardar os recursos naturais para as gerações futuras, ou seja, é a procura da relação harmônica entre ser humano e natureza para o desenvolvimento sustentável e, destarte, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Jatobá, Cidade e Vargas (2009) avaliam que tanto o preservacionismo quanto o conservacionismo têm propostas parecidas, porém se diferenciam pelo enfoque dado à criação de reservas naturais pelos primeiros, enquanto os segundo se preocupam com o homem e sua relação com o meio ambiente.

Iniciada em decorrência de algumas críticas ao movimento preservacionista por sua radicalidade, o conservacionismo recebe críticas dos ecologistas sociais como Ramachandra Guha e Mahdhav Gadgil, por eles acreditarem que os conservacionistas apoiam a criação dos parques nacionais se esquecendo das lutas e dos direitos dos povos tradicionais (SARKAR, 2000). Por sua vez, Gómez-Pompa e Kaus (2000) criticam os conservacionistas pela ênfase no valor estético, biológico e ecológico da natureza, relegando a segundo plano a interação das pessoas com o meio-ambiente. As críticas ao conservacionismo são divergentes e amplas entre os estudiosos, o que indica a necessidade de aprofundamento nos estudos dessa concepção e suas ações na natureza e sociedade.

Preservacionismo e conservacionismo apresentam uma série de divergências conceituais e práticas. Há duas linhas que diferenciam essas concepções, uma se pauta no respeito irrestrito à vida, radicalmente, em caráter biocêntrico e preservacionista; e outra, mais conciliadora, que prega o uso racional dos recursos naturais, que não pode exigir da natureza mais do que ela pode doar, seguindo as orientações antropocêntricas (DIEGUES, 1998; 2000; BRANCO, 1999).

Cunha e Coelho (2005) apresentam as diferenças entre as abordagens preservacionistas e

conservacionistas para a proteção ambiental sintetizadas no quadro 3.

Quadro 3 - Estratégias preservacionistas e conservacionistas.

PRESERVACIONISMO	CONSERVACIONISMO
Comunidades locais são vistas como inimigas e causam problemas para a natureza.	Comunidades locais são encaradas como atores parceiros para a proteção do meio ambiente.
A natureza é tratada apenas como algo a ser preservado.	A natureza é tratada como um recurso e as estratégias de conservação passam a ser destacadas e utilizadas. Programas começam a levar em conta os interesses econômicos e a satisfação da população.
Privilegiam a biodiversidade.	Além da biodiversidade, privilegiam a estrutura e praticidade das florestas.
São céticos em relação à participação dos agentes políticos.	Chamam a atenção para a colaboração dos agentes civis e da sociedade na elaboração de políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Cunha e Coelho, 2005.

A principal diferença estratégica entre essas concepções reside no fato de o conservacionismo ser mais aberto às interações de parceiros externos como comunidades, agentes políticos e organizações para a discussão dos problemas ambientais em busca do crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, enquanto o preservacionismo se postula de maneira reservada sobre a abertura de áreas ambientais para presença humana para fins econômicos.

Sustentabilismo é a concepção cujo valor primordial reside na atenção para com os fatores tecnológicos que possam causar crescimento econômico, de modo que se permita diminuir problemas causados pela industrialização, pela agricultura e crescimento urbano. É a vertente ambientalista que busca o alinhamento entre tecnologia e meio ambiente para o alcance da sustentabilidade (MENEZES; SIENA, 2010), cujas orientações ambientais procedem da ecoeficiência discutida por Martinez-Alier (2007), sendo, portanto, semelhantes à modernização ecológica tratada por Lenzi (2006), que a compreende como a dimensão sociológica que permite a interação entre a economia e ecologia com a participação do Estado.

Para Acseirad, Mello e Bezerra (2009), modernização ecológica tem como função apenas designar estratégias de livre-mercado para solucionar problemas ambientais. As críticas desses autores ao conceito apresentado por Lenzi (2006), é que, para eles, a modernização ecológica se opõe aos preceitos da concepção Justiça Ambiental de Martinez-Alier (2007).

A visão sustentabilista preocupa-se com o crescimento econômico e seus impactos negativos sobre a natureza e qualidade de vida das pessoas. Os sustentabilistas procuram organizar projetos que gerem resultados financeiros com a menor influência no uso dos recursos naturais, visando o bem-estar da sociedade (MENEZES; SIENA; RODRÍGUEZ, 2012).

A ecoeficiência é a linha ambiental que se atém aos impactos ambientais decorrentes das atividades industriais, urbanização e também da agricultura moderna. Para os defensores dessa corrente ambiental, a natureza é tida como “capital natural” a ser utilizado pela sociedade

(MARTÍNEZ-ALIER, (2007). Preocupa-se com ações tecnológicas da indústria e da agricultura moderna e tem como principal característica acreditar no “desenvolvimento sustentável” por meio da boa utilização dos recursos. A ecoeficiência, pensamento ambientalista que busca integrar e propôr ganhos econômicos por meio da eficiência do uso de tecnologias limpas para a diminuição da degradação ambiental (ZHOURI, 2002), possui laços com a concepção conservacionista, inclusive por ter influência de Gifford Pinchot.

Essa linha defende o crescimento econômico, porém não a qualquer custo, como a sustentabilista. As características da ecoeficiência se enquadram como sustentabilista, por essa razão, neste trabalho, essa corrente será tratada como parte da concepção sustentabilista.

Quanto ao socioambientalismo, trata-se de concepção ambiental que herdou os princípios do ecologismo baseado na criação de parques naturais protegidos, bem como na proposta dos movimentos sociais sobre o respeito à diversidade cultural para manutenção da diversidade biológica por meio da relação harmônica entre o ser humano e a natureza, com apoio da participação democrática na gestão dos territórios naturais (DIEGUES, 1998).

O socioambientalismo é a vertente que refletiu as mudanças ocorridas no Brasil durante a década de 1980: substituição de um governo militar por um civil; surgimento e fortalecimento das ONGs e a ampliação do debate sobre as questões ambientais com a constituição de novos fóruns de debates ambientais no país e no mundo, com maior aproximação dos ambientalistas com o campo político por meio das articulações e políticas dos movimentos sociais e movimentos ambientalistas (VIOLA; VIEIRA, 1992; JACOBI, 2003; SANTILI, 2005; LIMA, 2009).

Os adeptos desta concepção ambiental criticam o modelo de desenvolvimento econômico que destrói a natureza; discutem a função dos parques nacionais e luta pelo território dos povos tradicionais para não serem incorporados pelos projetos de expansão urbano-industrial-agrícola nas regiões de grandes territórios naturais do País (DIEGUES, 1998).

Para Viola (1992), Diegues (2000) e Santilli (2005), a concepção sociambientalista é a vertente que surgiu da interação com movimentos sociais. Foi construída com base em políticas públicas que concentram uma maior aproximação com os movimentos sociais e comunidades locais para repartição equitativa dos benefícios extraídos da natureza. Essa concepção é formada pela união de diversas organizações de movimentos populares que buscam a propriedade do território das populações tradicionais para a sua melhoria econômica e cuidado com a natureza.

Diegues (1998) assim classifica as organizações de movimentos populares: a) Movimentos locais espontâneos: pequenos grupos de extrativistas locais que defendem o seu território tradicional; b) Movimentos locais tutelados pelo Estado: populações tradicionais que vivem em

parques que foram largados por um longo período pelas autoridades e c) Movimentos locais com alianças incipientes com ONGs: participação das OAs com suas equipes técnicas em diálogo com as populações locais para as questões socioambientais em reservas extrativistas.

O socioambientalismo emerge como uma alternativa que permite conciliar a preservação ambiental e a presença humana em áreas de proteção ambiental e busca conciliar os ambientalistas e os movimentos sociais. A interação entre eles resulta no fortalecimento das questões ambientais, maior participação da população para o debate ambiental e social, principalmente nas regiões periféricas e mais degradadas do país como as Norte, Nordeste e Amazônia Legal.

A concepção denominada ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental busca proteger as comunidades tradicionais e países periféricos das injustiças ambientais cometidas pelas grandes organizações e pelos países ricos (MENEZES; SIENA; RODRÍGUEZ, 2012; MARTÍNEZ-ALIER, 2007). A justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres pauta-se pela preocupação social com as minorias, como indígenas, extrativistas, camponeses e pela preocupação com a biodiversidade e o racismo ambiental. Essa concepção é definida por Martínez-Alier (2007) como um movimento social que surgiu nos EUA devido à poluição urbana causadas pelas indústrias.

Justiça ambiental é um conjunto de princípios e práticas que assegura que nenhum grupo social padeça pela ausência de políticas públicas governamentais e que possa ter acesso justo e equitativo às informações por meio dos sujeitos coletivos e que ainda seja possível permitir acesso dos movimentos sociais e organizações populares aos recursos ambientais. Trata-se de uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura e dos direitos entre as minorias (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

A relação entre meio ambiente e justiça social teve maior repercussão a partir de meados de 1980, culminando com dois momentos: a constituição para a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência da ONU, em 1992; e, na discussão sobre os problemas ambientais e sociais das comunidades mais carentes, no Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio ambiente e o Desenvolvimento, que procurou inserir na temática ambiental e os problemas sociais das comunidades para a busca da justiça ambiental (ACSELRAD, 2010).

Para Martínez-Alier (2007), é possível buscar em todo o mundo exemplos de ações de movimentos sociais e OAs com base nas concepções de justiça social. A tese sobre valores pós-materialistas apresentada por Martínez-Alier (2002) revela que a população ficou um pouco mais sensível às questões ambientais com mudança de postura em relação à qualidade do meio ambiente. Essa tese explica que os movimentos ambientalistas/sociais têm a preocupação com valores

culturais e busca a justiça social e ambiental tese que é também chamado de “ambientalismo dos pobres”.

2.2.2 Compromissos ideológicos

Os compromissos ideológicos ecofundamentalista, ecossocialista, ecorrealista e ecocapitalista buscam apoiar as concepções ambientais discutidas por Diegues (1998; 2000) e Martínez-Alier (2007).

Os ambientalistas que partilham do compromisso ideológico ecofundamentalista possuem uma visão do mundo natural mais radical e anárquica do que as demais vertentes e acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade ecologista surgida nas regiões mais periféricas dos países. Os adeptos do ecologismo fundamentalista acreditam na construção de uma sociedade alternativa e desconsideram quaisquer possibilidades de transformação da sociedade atual. São bastante pessimistas e pautam suas atividades no radicalismo ecológico e acreditam que a sociedade destruirá o planeta. Por terem dificuldades de diálogo com a sociedade, órgãos públicos e empresários, esta posição ecológica não tem respaldo fora do movimento ambiental (VIOLA, 1987a). No entendimento das características deste compromisso ideológico é possível que os defensores do ecofundamentalismo pautem as ações das OAs influenciadas pelas concepções preservacionista e “culto ao silvestre”.

Semelhante à concepção sustentabilista é o compromisso ideológico ecorrealista. Para Viola (1987), esta é a visão ambiental em que seus membros acreditam que a sociedade possa se transformar por meio de um movimento ecologista rígido em sua estrutura e flexível na interação com a sociedade e com um sistema socioeconômico diferente dos sistemas capitalistas e socialistas baseado em pequenas propriedades privadas. Os ecologistas realistas defendem a construção da sociedade em interação com a natureza baseada em comunidades autogeridas por meio de um sistema social seguro que não se alinham às tradições liberais e socialistas (VIOLA; VIEIRA, 1992; ARRUDA; PELEGRINI, 2005). Os ecologistas realistas acreditam na interação da sociedade com o meio ambiente, cujas concepções se pautam nas ideologias do socialismo utópico. Apostam nas mudanças da sociedade por meio da discussão ambiental e creem no cooperativismo, num sistema produtivo gerido pela autogestão.

Os defensores do compromisso ideológico ecossocialista são radicais no tocante à discussão dos sistemas econômicos, pois seus adeptos são favoráveis à ruptura com a sociedade capitalista e contam com orientações marxistas, cujas teorias, ainda que heterodoxas, são fundamentais para a

construção do pensamento base dessa vertente (VIOLA, 1987; 1987a).

O ecossocialismo não deve ser confundido com o ecomarxismo e nem com a ecologia social. A diferença reside no fato de que os ecomarxistas são críticos das ideias marxistas clássicas em relação à natureza, consideram apenas a postura de ação das pessoas no processo de trabalho. Já os ecologistas sociais são anárquicos e utópicos e, nesse sentido, divergem dos marxistas clássicos pela visão estática de natureza. A ecologia social não é nem biocêntrica e nem antropocêntrica, mas sim favorável ao bem-estar humano. Os ecologistas sociais acreditam que a conservação da diversidade biológica é conseguida por meio da justiça social. Todas essas concepções são oriundas de um movimento contrário à ecologia profunda (PEPPER, 1996; DIEGUES, 2000; SARKAR, 2000). Os ecologistas sociais são contrários à ecologia profunda, porém não são favoráveis ao apoio a progressos tecnológicos e antropocêntricos (BRAUN, 2005).

Na década de 1980, os ecossocialistas cresceram, desde seu surgimento em 1982, mais que quaisquer outras concepções. Esse crescimento deveu-se, em parte, as suas raízes político-partidárias de esquerda. Formado principalmente por membros e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que acreditavam na transformação do partido em ecossocialista e pela fundação do Partido Verde (PV) a partir de alianças entre vários ecologistas de diferentes estados brasileiros. A criação do PV foi bastante discutida pelo movimento ecológico brasileiro e, como consequência, surgiram perfis distintos para o partido: no Rio de Janeiro, o PV caracterizava-se como ecorrealista e ecossocialista e, em Santa Catarina, com perfis ecorrealista e ecocapitalista. (VIOLA, 1987a).

Os ecossocialistas se caracterizam por serem mais atuantes para a construção do movimento ambiental do que os ecologistas realistas. A militância política partidária credencia-os para a busca de envolvimento de mais pessoas para participar das discussões dos problemas ambientais e concentram suas forças nos setores operários e populares como as comunidades rurais tradicionais.

O compromisso ecocapitalista defende o mercado como alocador de recursos e coloca o bem-estar social em detrimento ao ecológico. Os adeptos dessa posição têm uma visão otimista em relação às demais posições ecológicas para o futuro. No movimento social ecologista mundial, o ecologistas capitalistas é o que mais se destaca, principalmente nos setores sensíveis às ideias ocidentais, sendo acompanhada, em segundo plano, pelos ecologistas realistas. O ecologistas socialistas destaca-se nos setores sensíveis às ideias socialistas-comunistas e recebem influência das fortes correntes verdes dos partidos da Europa Oriental (VIOLA, 1987a).

No que tange às divergências existentes entre os compromissos ecossocialista e o ecocapitalista, Boff (1995) afirma que elas se dão pelo fato de ambos compromissos partirem tanto do sistema socialista como capitalista. Para o autor, a modernidade, seja de corte liberal ou

marxista, acaba intervindo na natureza, e destaca as diferenças nos modos liberal-capitalista e socialista-marxista de convívio com o meio-ambiente. Outro recorte de divergências originadas entre o ecossocialismo e ecocapitalismo é retratado pelos economistas que, em relação à questão ambiental, pautam-se por duas correntes: os neoclássicos (pigounianos), para quem os problemas ambientais são originários das falhas de ajuste e controle do mercado e os ecodesenvolvimentistas (visão de Ignacy Sachs), que consideram as adversidades ambientais como resultado da forma de desenvolvimento vigente (CARVALHO, 1987).

O compromisso ecossocialista se estrutura no pressuposto de que o sistema capitalista é prejudicial para as práticas de desenvolvimento sustentável (MEBRATU, 1998). Os ecocapitalistas defendem a economia de mercado como a única forma de dirigir com eficácia a relação entre ser humano natureza, e seus adeptos procuram dialogar com os órgãos governamentais (ARRUDA; PELEGRINI, 2005).

É importante delinear algumas características convergentes e divergentes nas posições definidas por Viola (1987; 1992), para que seja possível compreender peculiaridades desses compromissos ideológicos em relação aos seus membros e a sociedade. A convivência entre os ecologistas fundamentalistas, ecocapitalistas e ecossocialistas é conflituosa, cabendo aos ecologistas realistas papel fundamental para mediação entre essas três visões ambientais. Os ecologistas fundamentalistas consideram os ecocapitalistas e ecossocialistas estranhos ao movimento ambiental e potencialmente deturpadores da ideologia do movimento. Por sua vez, os ecocapitalistas e ecossocialistas consideram os ecologistas fundamentalistas românticos e politicamente ingênuos. Por outro lado, os ecossocialistas desconfiam das intenções dos ecocapitalistas e vice-versa, por eles terem raízes em sistemas econômicos divergentes (VIOLA, 1987a).

Hierarquicamente, até a segunda metade da década de 1980, destacavam-se no movimento ambiental brasileiro os ecologistas realistas; em segundo os ecologistas fundamentalistas e os ecossocialistas e, por último, apresentavam-se os ecologistas capitalistas que, apesar de menor influência, destacam-se pelo posicionamento estratégico nas agências estatais de meio ambiente e se apoiam na classe média bem informada (VIOLA, 1987). Essas posições refletem em diversos países e também no Brasil, conservando características próprias (VIOLA, 1987a). Acompanhando a perspectiva de Viola (1987), atualmente os ecossocialistas predominam no movimento ambiental brasileiro, por causa da participação das universidades e partidos políticos, seguidos pelos ecocapitalistas, devido ao maior envolvimento da classe média. Os ecorrealistas e ecofundamentalistas exercem menor influência pelo fato de possuir características próprias de envolvimento com a sociedade.

A preocupação dos ecossocialistas também se refere à burocracia dos ecocapitalistas nas agências estatais. Por outro lado, os ecocapitalistas desconfiam que os ecossocialistas transformam o movimento ecológico em movimento partidário.

Em relação aos ecologistas realistas, Viola (1987a) afirma ser esta posição predominante no interior do país e com pouco peso na opinião pública já que suas propostas não são facilmente entendidas e, às vezes, até confundidas com a ecologia fundamentalista.

Os ecocapitalistas são a ponte entre o movimento ambiental e os atores politizados, e os ecossocialistas fazem a ligação entre os setores operários, setores rurais, populares e urbanos. Nesses dois últimos casos, acompanhados pelos ecologistas realistas. A classe média é um ponto de disputa entre os ecocapitalistas e os ecologistas realistas (VIOLA, 1987a).

Essas visões apresentadas por Viola (1987; 1992) podem ser comparadas à análise multidimensional construída por Minc (1987), que são baseadas nos estudos de Ivan Illich, e debatem sobre a apropriação social, a tecnologia, dominação, autogestão, a autonomia e a reversão da lógica produtivista em torno dos sistemas socialista e capitalista do uso da natureza. Portanto, Minc (1987) e Viola (1987; 1992) apresentam posições ecológicas com desafios ambientais semelhantes: diminuição do desmatamento, educação ambiental e ecológica institucionalizada entre outras.

2.2.3 Teorias de base e concepções ambientais

As teorias de base das concepções ambientais são discutidas por Leff (2002; 2006; 2008). Essas bases propõem que as concepções sejam compreendidas por meio do entendimento da racionalidade ambiental e “saber ambiental”, que podem ser entendidas por meio dos estudos de três teorias: por meio do conceito de racionalidade em Weber; conceito de “saber ambiental” em Foucault e na concepção socioeconômica em Marx.

Devido aos diversos problemas ambientais, é preciso estudar as metodologias, as mudanças conceituais e as várias disciplinas que interferem nas mudanças das concepções ambientais, assim como esses paradigmas discutem o conceito de meio ambiente. Neste sentido, surge a necessidade de orientação epistemológica para a produção de novos conceitos e princípios para o desenvolvimento sustentável e manejo dos recursos naturais (LEFF, 2002).

Racionalidade ambiental e “saber ambiental” são categorias que funcionam como balizadoras para as estratégias conceituais que constroem as relações entre teoria e prática das OAs. O desenvolvimento dessas categorias permite o debate sobre a melhoria da qualidade de vida nas

comunidades e uma reflexão sociológica sobre o movimento ambientalista. A racionalidade ambiental define que a construção da sustentabilidade não é a fusão de duas lógicas, ou a internalização da lógica ambiental e econômica, mas sim um processo político e social que procura reorientar os interesses opostos para a ruptura de obstáculos epistemológicos e institucionais que possam prejudicar a criação de novas formas de organização, inovação, pesquisa e produção de novos conhecimentos que venham privilegiar as ações em favor da natureza (LEFF, 2002; 2004).

Depreende-se, por conseguinte, que todo processo de construção da racionalidade ambiental é importante para as OAs e também para o entendimento das concepções ambientais em geral. A racionalidade ambiental torna-se importante para a análise e construção dos princípios ambientalistas como instrumentos para a atuação do movimento ambientalista na busca de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade (LEFF, 2004).

A racionalidade ambiental apresenta alguns desafios para as OAs e movimentos sociais, posto que é preciso: a) analisar os desafios, práticas e participação democrática do movimento ambientalista; b) investigar o discurso ambientalista e seus impactos nos grupos sociais; c) explicar as estratégias de poder do movimento ambientalista para a prática do discurso ambientalista e seus princípios produtivos da racionalidade dominante e d) observar o grau de internalização dos princípios ambientais nos direitos culturais em uma perspectiva multiétnica (LEFF, 2008).

Para Leff (2002), a racionalidade ambiental em Weber possibilitar ampliar as expectativas para as soluções originados pela degradação ambiental, como é citado a seguir:

O conceito de racionalidade em Weber abre importantes perspectivas para a análise da problemática ambiental, não por sua referência direta à relação entre processos sociais e naturais, mas porque permite pensar de maneira integrada as diferentes processos sociais que dão coerência e eficácia aos princípios materiais e valores culturais que organizam uma formação social ambientalmente sustentável. Estes articulam [...] a colocação em prática de um processo de gestão participativa da sociedade sobre os seus recursos produtivos, orientada para fins de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2002 p. 122).

Com as análises de Leff (2002), é possível afirmar que as características e indicadores a serem identificados nas OAs em relação à teoria de base weberiana se baseia na valorização, diversidade, conservação dos recursos naturais e descentralização das riqueza e poder entre os atores por terem de apresentar diversos recursos biológicos, culturais e defender a distribuição financeira e de poder entre os atores participantes.

O “saber ambiental” procura coadunar a interdisciplinaridade por meio do encontro de diversas identidades, questionando o campo do conhecimento ambientalista, busca construir o diálogo entre posições divergentes sobre o conhecimento da natureza para que se possa identificar uma nova racionalidade para um futuro sustentável (LEFF, 2004). Além dos conhecimentos em racionalidade e “saber ambiental”, existe também a necessidade de debater as concepções gerais,

que, de acordo com Leff (2002; 2004; 2006), são elencadas nos discursos de Weber, Foucault e Marx, detalhados a seguir:

A racionalidade ambiental discutida em Weber é articulada por meio da interação entre quatro níveis: a) racionalidade substantiva, sistema que orienta os processos sociais para construção da racionalidade ambiental fundamentada em bases de um desenvolvimento sustentável; b) racionalidade teórica, permite a discussão e controle por meio da constituição de conceitos e valores da racionalidade substantiva para apoiar a racionalidade produtiva baseada em uma política ambiental de desenvolvimento; c) racionalidade instrumental, produz vínculos funcionais com bases orgânicas do desenvolvimento sustentável por meio de um sistema para a integração da racionalidade ambiental que inclui as estratégias do movimento ambientalista e d) racionalidade cultural, sistema que produz a identidade de diversas formações culturais que estabelecem práticas sociais e produtivas para a racionalidade ambiental (LEFF, 2002; 2006). Esses conceitos de racionalidade em Weber não têm sentidos únicos e se distribuem em cada uma de suas esferas.

O “saber ambiental” discutido por Foucault considera a questão ambiental como problema sociológico. Para Leff (2006), a questão ambiental abriu novas áreas de pesquisa e novos campos do saber - e do poder no saber - as quais acabam se refletindo em novas estratégias para o desenvolvimento sustentável e para a busca da sustentabilidade. O “saber ambiental” admite as identidades dos povos tradicionais, sua religiosidade mística e culturas tradicionais como forma de patrimônio dos recursos naturais e, nesse sentido, valoriza as práticas das comunidades urbanas, camponesas e indígenas (LEFF, 2004).

A estratégia conceitual em torno do “saber ambiental” combate os efeitos de forma sistêmica em torno do reducionismo ecologista com a intenção de pensar o homem como indivíduo e as suas formações sociais e inserir a “teoria geral de sistemas” para articular as ordens natural, social, econômicas entre outros (LEFF, 2002).

Leff (2002, p. 87) discute as características do “saber ambiental” com os seguintes dizeres:

A racionalidade ambiental fundada nas condições ecológicas para aproveitar a produtividade primária dos ecossistemas e das bases de sustentabilidade aos processos de industrialização, deve integrar os processos ecológicos que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos que os transformam em valores de uso socialmente necessários por meio da produção e apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades para autogestão de seus recursos produtivos.

A partir dessa discussão, é possível elencar as características da teoria de base em Foucault a ser diagnosticada nas OAs como autogestão, valores culturais, respeito a cultura dos povos entre outros.

As perspectivas foucaultianas sobre o “saber ambiental” se baseiam na formação ideológica

do ambientalismo ao incorporar os princípios de diversidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica entre as práticas de desenvolvimento sustentável. Este “saber ambiental” deve ser crítico e propositivo para mobilizar mudanças institucionais do modo operacional da sociedade para com o meio ambiente, deve-se apropriar do uso da inovação de tecnologias limpas e uso dos recursos de autogestão (LEFF, 2002). Por meio dessa concepção, compreende-se a busca pelo respeito e manutenção das tradições dos povos inseridos na natureza. As discussões no campo do “saber ambiental” admitem correlacionar as transformações econômicas advindas das modernidades tecnológicas para as práticas do ambientalismo.

A teoria socioeconômica de Marx, por sua vez, possibilita a discussão da formação acadêmica, econômica e social e os modos de produção, tendo como premissa o estudos dos processos estruturais da sociedade. Essa base teórica propicia uma formação socioeconômica e ambiental por meio da articulação de processos tecnológicos, culturais e ecológicos com o mercado econômico e órgãos públicos (LEFF, 2004). Percebe-se nessa teoria a dificuldade em estabelecer conexões entre o modo de produção e formação acadêmica, econômica e social para a incorporação dos processos ecológicos e produtivos. Para tanto, é necessário identificar as características do modo de produção para desenvolver manejo sustentáveis dos recursos naturais (LEFF, 2002).

O conceito de formação econômico-socioambiental tem como objetivo interligar os processos ecológicos, tecnológicos e culturais que trabalham nas comunidades e com órgãos do Estado para buscar a valorização dos recursos naturais que modificaram as práticas ambientais (LEFF, 2002). Nessa sentido, essa base teórica guarda relação com os parâmetros da posição ecossocialista, favorável ao socialismo e à destruição do sistema capitalista, que, segundo seus adeptos, é o principal responsável pela agressão ao meio ambiente.

Assim, a teoria de base é diagnosticada quando são propostas estratégias de certas regularidades a produtores rurais de diversos tipos nos meios de produção com uma metodologia que os orientem para a aplicação de estratégias que promovam o manejo sustentável de recursos naturais. Essa constituição só é colocada em prática de forma eficaz quando é incorporado a programa de pesquisas participativa nas universidades, participação política e empresarial, caso seja necessário, em projetos ambientais juntos as comunidades (LEFF, 2002). A partir dessas discussões sobre as vertentes ambientais, compromissos ideológicos e teorias discutidas por Leff (2002; 2006), Diegues (1998; 2000), Viola (1987; 1992) e Martínez-Alier (2007), Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Zhouiri (2006; 2008), torna-se necessário haver uma tipologia de estudo para a identificação das concepções ambientais e suas relações com compromissos ideológicos e teorias que as sustentam. É apresentado no quadro 4 a síntese sobre as concepções discutidas neste estudo.

Com o uso dessa tipologia torna-se possível a estudar as concepções ambientais presentes nas OAs. As organizações com características preservacionistas, “culto ao silvestre”, ecofundamentalistas são contrárias ao uso da natureza pelo ser humano e possuem enfoque biocêntrico. Já as OAs, que fazem uso da tecnologia e se preocupam com a questão socioeconômica e discussão da construção dos conceitos ambientais com os seus atores sociais, são ecossocialistas, socioambientalistas, sustentabilistas. As visões socioeconômica, racionalidade ambiental e conceito de saber buscam a interação com os agentes públicos, defendem uma legislação moderada e apoiam o sistema capitalista.

Quadro 4 - Tipologia de concepções ambientais.

Concepções Ambientais	Características
Preservacionista; “Culto ao Silvestre”	Defesa da natureza em detrimento ao ser humano e apoio ao Biocentrismo. Cumprimento da legislação ambiental. Segurança Econômica.
Conservacionista	Relação harmônica Natureza – Mercado – Sociedade.
Sustentabilista	Uso de Tecnologia para superação da crise ambiental. Serviços Ambientais. Noções de cooperativismo.
Socioambientalista	Inserção das Comunidades Locais e Movimentos Sociais. Diversidade social. Distribuição equitativa de renda. Participação democrática da gestão de territórios.
Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental	Legislação moderada. Direitos ambientais comunitários. Propõe a discussão e criação de políticas públicas para que todos os grupos possam ter acesso aos bens naturais.
Compromissos Ideológicos das Concepções Ambientais	Características
Ecofundamentalista	De herança anarquista, possui visão pessimista. Acredita na construção de uma sociedade alternativa na periferia da sociedade consumista.
Ecorrealista	Transformação da sociedade por meio de movimento ecológico rígido no princípios e flexível na sua realção com a sociedade. Sistema socioeconômico diferente do capitalismo e socialismo.
Ecossocialista	Defesa da ruptura com a sociedade capitalista.
Ecocapitalista	Defesa do Mercado enquanto alocador de recursos. Estado do Bem-Estar Socioecológico. Otimismo ecológico
Teorias de Base das Concepções Ambientais	Características
Racionalidade Ambiental (Weber)	Análise dos desafios, práticas e participação democrática do movimento ambientalista; investiga o discurso ambientalista e seus impactos nos grupos sociais; explicar as estratégias de poder do movimento ambientalista; discute o grau de internalização dos princípios ambientais nos direitos culturais em uma perspectiva multiétnica.
Conceito de Saber (Foucault)	Análise do discurso ambiental em relação aos princípios de diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social. Formações ideológicas e culturais.
Socioeconômica (Marx)	Compreensão dos processos estruturais da sociedade. Compreende a formação socioeconômica e ambiental por meio da articulação de processos tecnológicos, culturais e ecológicos com o mercado econômico e Estado.

Fonte: Elaborado pelo autor tendo como base as referências discutidas.

Os estudos sobre concepções ambientais em OAs se pautam em Diegues (1998; 2000). Em se tratando de justiça ambiental, destacam-se os estudos de Martinez-Alier (2007) e também os trabalhos de Acselrad, Mello e Bezerra (2009) e Zhouri (2006; 2008). Não há, todavia, diálogo entre os autores com foco nas OAs e suas respectivas concepções. Essa afirmativa se torna possível posto que, durante esta pesquisa, procurou-se identificar o estado da arte e não foram encontradas pesquisas que se baseiam no diálogo entre as concepções de Antônio Carlos Diegues (1998; 2000) e Joan Martínez-Alier (2007); com os compromissos ideológicos de Eduardo J. Viola (1987; 1992); e as teorias de base de Enrique Leff (2002; 2006) discutidas neste trabalho. Esta, portanto, poderia ser considerada a primeira investigação com este enfoque, o que empresta valor teórico à investigação.

3 ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS

Assim como as concepções ambientais, as OAs têm seus pressupostos, identidades e percepção do mundo natural, baseados na visão biocêntrica e antropocêntrica da natureza. Essas organizações buscam promover as relações das pessoas entre si e com a natureza por meio das práticas científicas para a compreensão dos fenômenos naturais e humanos (TAVOLARO, 2000).

As OAs são geralmente ONGs que abrangem desde associações do tipo "clube de observadores de aves", grupos específicos de defesa ambiental para determinadas áreas, como Pantanal, Amazônia e destinadas à criação de parques indígenas, passando por associações profissionais de diversos segmentos, até sociedades científicas e centros de estudos e pesquisas (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

São essenciais na atuação de problemas ambientais em escala nacional e internacional, por isso procuram pressionar os governos e também assumem o papel do poder público quando é necessário; alavancam as pesquisas nas comunidades com caráter ambiental, novos projetos e experiências, apóiam iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitam relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões (PIGNATTI, 2005).

Na América Latina, as ONGs são divididas em quatro matrizes ideológicas: Neomarxista, concepção que norteia as ONGs para a formação de consciência e execução de formação de lideranças políticas; Neo-anarquista, ONGs que rejeitam a participação do Estado por considerá-lo centralizador e são concebidas em movimentos sociais de base como nos grupos feministas e ecologistas; Teologia da Libertação (cristã), reelabora e reinterpreta o discurso cristão com o auxílio do discurso marxista e busca coordenar grupos de reflexão por meio da solidariedade e, por fim, a matriz Articulista que recebe influência das outras matrizes para realizar a análise da relação entre o Estado, mercado e sociedade. Nesta matriz é que se destacam os trabalhos das OAs por existir um espaço propício para articulação e comunicação entre os atores (SCHERER-WARREN, 2001).

As grandes ONGs internacionais norteiam as atividades voltadas para o meio ambiente, para problemas sociais e para governança global devido à vinculação com bancos, fundações e corporações multinacionais. Essa influência é identificada por causa da grande capacidade de absorção de recursos por partes dessas organizações, inclusive em países como o Brasil (DIEGUES, 2008). Para Fonseca e Pinto (2002), no Brasil as OAs atuam na busca de recuperar e cuidar dos recursos naturais e meio ambiente, por estes serem ameaçados pelas atividades humanas que acarretam em crescimento econômico, mudanças sociais e pela dificuldade do Estado em gerir as

necessidades da população com o cuidado dos bens naturais.

Guha (2000) divide em cinco os grupos responsáveis pelos cuidados com a vida natural nos países com características semelhantes ao Brasil: no primeiro grupo estão os moradores locais e turistas que, em suas férias, cuidam da natureza; no segundo, grupos governantes que avistam nos cuidados do meio ambiente melhoria da imagem perante o eleitorado; terceiro são as OAs que trabalham com o intuito de educar as pessoas para as benfeitorias dos cuidados com o meio ambiente; no quarto, estão os funcionários de parques e, por último, o grupo dos biólogos que trabalham com a natureza por acreditar na vida selvagem e preservação das espécies por meio da busca de resultados científicos.

Vários autores, como Diegues (1998; 2008), Bernardes e Ferreira (2005), Jacobi (2003), Herculano (2000), Ferreira (1999) e Viola (1987), discutem a importância das OAs para o crescimento do movimento ambientalista, que avançaram em todos os países e movimentam milhões de dólares que recebem de empresas e agentes financiadores. São identificadas também como produto oriundo das crises globais (PIGNATTI, 2005).

Ferreira (1999 apud PRINCEN; FINGER, 1996, p. 16) conceitua as grandes OAs como “[...] grupos não-lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”. Pignatti (2005) define OAs como entidades privadas com fins públicos, sem fins lucrativos, e que aceitam voluntários que atuam em comunidades com problemas ambientais, os quais procuram realizar as articulações políticas para a interação do poder público e comunidade local. Esse conceito também pode ser utilizado para todas as OAs, independente de sua nacionalidade e tamanho.

As OAs se arranjam em torno de bandeiras ideológicas diferentes que podem ser supracionais e globais. Não há uma agenda única nessas organizações, seus propósitos são de orientações políticas e de diversas visões (DIAS, 2009).

No final do século XIX, surgiram as OAs para contrapor à degradação ambiental oriunda da Revolução Industrial (SILVERSTEIN, 1993). Nascidas, principalmente, no fim dos anos de 1960, momento concomitante ao do surgimento do Clube de Roma, por isso é necessário afirmar a importância desse Evento para o processo de surgimento das OAs (BERNARDES; FERREIRA, 2005). Dias (2009) expõe que, já na década de 1960, as OAs, mesmo com recursos escassos e pouca estrutura, já se destacavam nos debates em prol do meio ambiente, provocando atenção da sociedade e de políticos para a preocupação pelo uso indevido dos bens naturais pelas indústrias.

São caracterizados dois momentos de ebulição das OAs. No primeiro momento, final do século XIX, são evidenciados o caráter protecionista da própria terra pelo fato de os membros das

OAs serem jovens herdeiros de atividades poluidoras. No segundo, início da década de 1960, já existe uma preocupação mais coletiva da sociedade com o meio ambiente, quando as OAs se pautam nas ações de interesse das comunidades que sofrem alterações causadas pela degradação ambiental oriundas das indústrias e dos novos modos de produção.

Essas reações ao impacto industrial no ambiente dão origem as diversas OAs que procuram sensibilizar a opinião pública para as causas ambientais. Devido ao crescimento das OAs, foi preciso que mudassem suas estratégias para se adequar às demandas contemporâneas de defesa da natureza.

As OAs tiveram papel importantíssimo na Conferência de Estocolmo. Participaram do evento mais de 400 organizações, momento que traçaram pautas e reivindicações para todos os países participantes (MCCORMICK, 1992; DIEGUES, 2008).

A participação de diversos grupos de movimentos sociais, que emergiram a partir das décadas de 1970/80, contribuiu também para a organização e surgimento das OAs no país. Destacam-se o fortalecimento e articulação entre os movimentos sociais dos seringueiros, dos sem-terras, indígenas, hippies, feministas, de quilombos, minorias étnicas entre outros. O movimento ambientalista consolidou também as atividades das OAs com a liderança em vida, e também após a morte de Chico Mendes (GABEIRA, 1987; GONÇALVES, 2004; KRISCHKE, 2001; SILVA, 2004; SANTILI, 2005).

O papel das OAs internacionais na década de 1980 foi importante para os movimentos sociais no Brasil, principalmente no território amazônico, onde o movimento social apresentava tímidos resultados em relação à mídia e à opinião pública por se situarem na Amazônia, distantes dos centros urbanos do Sul e Sudeste do País (ZHOURI, 2006). Os movimentos sociais dos anos de 1980, assim como os atuais, têm construído representações simbólicas e afirmativas por meio de discursos e práticas, conseguindo atenção do Estado, obrigando-o a propor políticas públicas e a criar órgãos que se atenham para as demandas diversas dos movimentos sociais e OAs.

Os movimentos sociais e participação popular emergem de uma sociedade capitalista e das reivindicações de luta para melhorar a qualidade de vida das pessoas, trazendo à tona a discussão sobre novas perspectivas das condições de vida e necessidade de se construir uma nova forma da sociedade (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009). A articulação do movimento social faz com que as concepções ambientais sejam diagnosticadas e, assim, guiem os objetivos das OAs.

A relação entre OAs e movimentos sociais foram importantes, principalmente nas últimas décadas, para a construção do país e para a melhoria da qualidade de vida social (HERCULANO, 2000). A autora divide em três os tipos de OAs: as de Primeiro Mundo, que captam recursos

financeiros para investir em países menos desenvolvidos; os Institutos e Fundações, de países em desenvolvimento que recebem os recursos das organizações de países desenvolvidos e que buscam desenvolver ações sociais em seus países e, por último, as Associações Cívicas que buscam desenvolver alternativas de interesse público.

Nesta década, as OAs se aproximam estrategicamente do Estado, o que dá origem ao crescimento de políticas públicas de meio ambiente nos anos de 1990 e 2000 em diante. Reflexo disso é que estas organizações assumem funções que o Estado não conseguiu desempenhar com eficácia nos grandes programas ambientais originados pelas políticas públicas (FONSECA; PINTO, 2002; GOHN, 2011).

Para Fonseca e Pinto (2002), Zhouri (2006) e Gohn (2011), há correlação entre o movimentos sociais e as OAs decorrente da interação para o fortalecimento desses atores e a discussão ambiental em consonância com as concepções ambientais.

As OAs no Brasil pautam as suas ações no socioambientalismo (VIOLA, 1987; JACOBI, 2003). Por outro lado, as grandes OAs internacionais como Conservation International (CI), Nature Conservancy (TNC), Wildlife Conservation Society (WCS) e World Wildlife Fund (WWF) são conservacionistas.

Por serem conservacionistas, necessitam de muitos recursos financeiros para realizar as suas atividades nas comunidades locais (MACCHAPIN, 2008). Essas grandes OAs internacionais recebem críticas pela posição ecológica porque às vezes não dialogam com as comunidades tradicionais, principalmente em países com soberania e democracia enfraquecidas e com graves problemas ambientais. Essas organizações impõem medidas não democráticas cerceando a participação das comunidades locais para não prejudicarem sua relação com os seus financiadores internacionais e algumas são empresas que agredem o meio ambiente (MACCHAPIN, 2008; DOWIE, 2008). Há ainda OAs internacionais que preferem trabalhar com parques ecológicos não povoados e, dessa forma, ignoram as comunidades locais (BROCKINGTON; IGOE, 2008).

Há dificuldade de relacionamento entre OAs do Brasil e as grandes ONGs internacionais, o que explica a complexidade existente no contato entre elas, resultando em empecilhos para desenvolver atividades nas comunidades rurais, nos seringais da Amazônia e nos grupos indígenas (VIOLA, 1987; JACOBI, 2003; MACCHAPIN, 2008).

As OAs buscaram se profissionalizar, orientar seus aspectos legais e participar do campo político. Momento em que houve geração de empregos e renda aliada às atividades promovidas por esse tipo de organização (VIOLA, 1987; VIOLA; VIEIRA, 1992; KABLIN, 1997).

Existem grandes OAs que influenciam os governos e as OAs locais com orientações ambientalistas, forma de gestão, recursos financeiros entre outras características, as quais se espalharam pelo Brasil e pelo mundo e são de diversos tipos, com os mais variados objetivos estratégicos (VIOLA, 1987; JACOBI, 2003, DIEGUES, 2008). O principal objetivo das OAs é o de se interpor entre o Estado e a iniciativa privada no sentido de auxiliar estes atores em suas atividades voltadas para o meio ambiente.

Um dos aspectos centrais dessa atuação está na governança ambiental, entendida como processos de gestão, voltado ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade, permitindo a conciliação de interesses econômicos, sociais e ecológicos sem considerar as relações de poder que envolvem a dinâmica social (ZHOURI, 2008). As OAs concentraram suas atividades em acompanhar as transformações resultantes da participação do Estado e do setor privado, principalmente em grande obras, como as usinas hidrelétricas, a construção de estradas e ferrovias no Brasil nos últimos anos. Esse envolvimento faz com que tanto o poder público, quanto o privado junto com as OAs coloquem a governança ambiental em prática (CÂMARA, 2013). Esta é atingida sempre que há crise do Estado, haja vista ser este a prática principal para suprir as necessidades de políticas públicas voltadas à solução dos problemas ambientais.

O papel dessa governança, coordenação das atividades relacionadas ao meio ambiente no mundo é desempenhado pelas grandes OAs (COMPAGNON, 2008). Essa forma de governança ganhou espaço principalmente após a ECO-92 e Joanesburgo-02, pela necessidade de diálogo entre os países, a sociedade e as OAs em prol do meio ambiente (LAGO, 2009). Um dos problemas das práticas de governança em escala global refere-se à ausência de soberania entre os Estados pelos problemas ambientais que envolvem muitos países. Por isso, é necessário que as OAs se utilizem das práticas de Governança Ambiental para resolver essas questões.

O foco de atuação das OAs no Brasil divide-se nas seguintes funções: a) as direcionadas para área científica, buscam aplicar novas formas de desenvolvimento que não degrada os recursos naturais; b) as assistencialistas ou extensionistas, cujo objetivo principal é melhorar a qualidade de vida das populações locais; c) as de campo político, com diversas posições religiosas, éticas e ideias direcionadas ao desenvolvimento de políticas e legislação ambiental e d) setor privado, ramo que ainda se consolida e apresenta um potencial de crescimento, em que as OAs têm se aproximado do setor privado para buscar novas oportunidades econômicas e parceria para diminuição da degradação ambiental.

Essas diferentes posições permitem as OAs atuarem em diversas áreas com características variadas como em atividades de manejo de espécies, técnicas agroecológicas com públicos-alvo

constituídos por moradores de Unidade de Conservação, ribeirinhos, seringueiros, pescadores e indígenas e, a partir dessas ações, há movimento de pessoas e de recursos financeiros (FERREIRA, 1999; FONSECA; PINTO, 2002).

Para Tavolaro (2000), é necessário pesquisar a capacidade de interação das OAs e as crescentes mudanças da sociedade contemporânea como um catalisador da modernidade. O referido autor propõe investigação da possível relação de proximidade entre a modernidade, que é a capacidade de controle, domínio e autonomia sobre os recursos naturais, e as OAs. Esse debate já foi realizado por vários autores como Leis (1999), Ferreira (1996) e Diegues (1996). A dimensão de modernidade é dividida na seguinte estrutura: racionalização das concepções de mundo, que apresenta a relação das OAs e define o caráter histórico e o dever reflexivo; a racionalização da normatividade, que se caracteriza pela busca do homem ao consenso e normas; o sistema político-administrativo, que busca legitimar os processos burocráticos e políticos da relação entre os indivíduos e, por último, o sistema econômico que autonomiza a relação com outras esferas da vida social. Essas estruturas de modernidade resultam em processos de situação de alto risco; monetarização do “mundo da vida”; burocratização do “mundo da vida”, os quais contribuem para formação e surgimento racional das OAs.

As OAs são influenciadas pelas concepções ambientais e compromissos ideológicos de diversas maneiras, posto que essas concepções e compromissos possuem posturas e filosofias de atuação e, assim, orientam as atividades das organizações.

As três OAs selecionadas para pesquisa têm ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a busca da sustentabilidade. Localizadas em diferentes Estados e regiões do país, também diferem em suas atuações e públicos-alvo: IOV atua junto aos agricultores familiares na região norte do Estado de Mato Grosso para a inter-relação da participação social para o desenvolvimento sustentável; a FASE-MT, cujo trabalho consiste em contribuir para a criação de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento por meio da difusão da agroecologia, associativismo, articulação de sujeitos políticos e comunicação em rádios comunitárias e projetos audiovisuais na região oeste de Mato Grosso e pantanal mato-grossense. A KANINDÉ, atua em defesa do meio ambiente e trabalho com povos indígenas em suas áreas e com ribeirinhos para planos de manejo em reservas extrativistas e unidades de conservação no Estado de Rondônia, região noroeste de Mato Grosso e sul do Amazonas.

4 METODOLOGIA

Os métodos e técnicas de pesquisas utilizados neste estudo foram apoiados nas orientações de Denzin e Lincoln (2006); Quivy e Campenhoudt (2008); Flick (2009); Stake (2009); Creswell (2010) e Yin (2010), com seus aspectos específicos pertinentes e aplicáveis a cada fase do processo da pesquisa.

A concepção filosófica que orienta este trabalho foi a construtivista social. Essa epistemologia metodológica abarca a ideia de que o ser humano constrói o conhecimento por meio de suas relações sociais (CASTAÑON, 2004). A pesquisa foi norteadada pelos princípios qualitativos de interpretação de dados baseados nas realidades construídas nas atividades das organizações investigadas, com a intenção de identificar como é construído o processo de compreensão de suas concepções ambientais. Com base em Denzin e Lincoln (2006), este enfoque foi relacionado às pesquisas qualitativas com a postura construtivista social ao direcionar e impulsionar a investigação qualitativa como procedimento interpretativo de dados. Assim, o uso dessa concepção filosófica se deu porque o pesquisador procurou entender os ambientes históricos e culturais dos objetos estudados e, conseqüentemente, de seus participantes.

A trajetória metodológica do trabalho e suas características estão dispostas na figura 1 que perpassam cronologicamente as informações contidas nesta pesquisa.

O ponto de partida deste estudo surgiu da curiosidade do pesquisador em compreender quais as concepções ambientais existentes e os modos de gestão das OAs. Esse questionamento é o alicerce que sustenta todo o processo de pesquisa. A partir dessa problemática, foram iniciados o processo de leitura e a contextualização do referencial teórico para identificação do quadro teórico que pautou este trabalho, por conseguinte, das concepções ambientais que nortearam a pesquisa nos objetos de estudo.

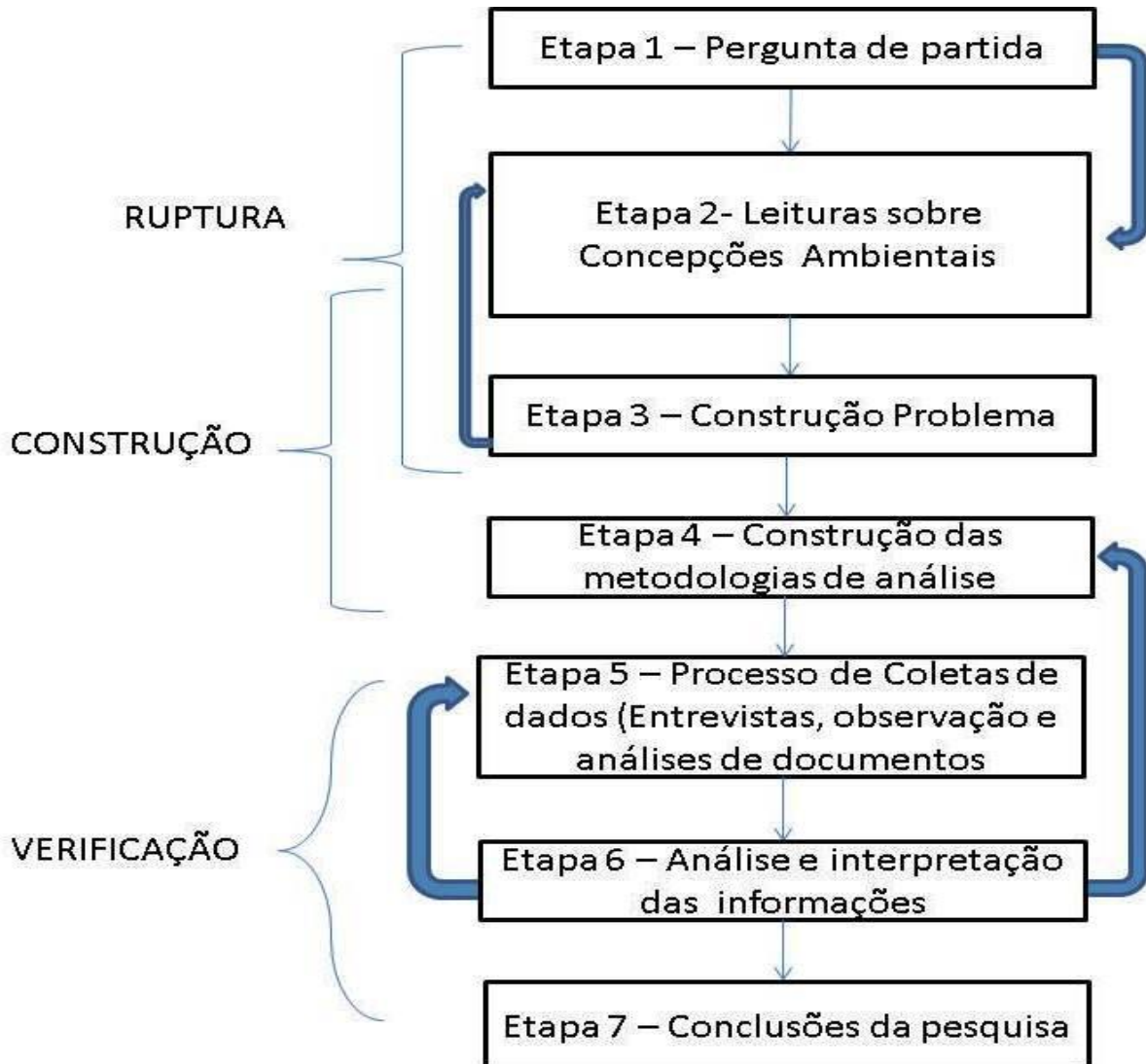
Identificadas as concepções ambientais na literatura, o pesquisador partiu para a construção do problema de forma mais concisa para poder avançar na construção do projeto. Dessa maneira, delimitou os estudos em relação às perspectivas de pesquisa e resultados esperados.

O método geral utilizado nesta proposta foi a pesquisa qualitativa que, de acordo com Creswell (2010), é baseado na subjetividade, em que os indivíduos participantes buscam compreender um problema social ou humano, cujos dados são coletados nos objetos pesquisados.

Esse tipo de investigação se desenvolve por meio de diversas estratégias de pesquisas: planejamento dos estudos; métodos de coletas; interpretação de dados; observação-participante e se pauta em dados de texto e imagem condicionantes aos objetos a serem pesquisados (CRESWELL,

2010; DENZIN, LINCOLN, 2006). Definidas as abordagens metodologias e os dados coletados, o pesquisador construiu o processo de análise e interpretação dos dados e, em seguida, procedeu a conclusão do trabalho.

Figura 1- Etapas da construção do trabalho.



Fonte: Adaptado de Quivy e Campenhoudt, 2008.

4.1 Tipos de Pesquisa e Métodos de Procedimentos de Coletas de Dados

Os dados foram coletados no ambiente de pesquisa por uma análise construída de forma indutiva, partindo das especificidades aos temas gerais das interpretações do pesquisador, com base nos pensamentos dos atores participantes da pesquisa, nas informações documentais e na observação (CRESWELL, 2010; FLICK, 2009). Demo (2009) argumenta sobre a importância destas múltiplas fontes de dados para trabalhos qualitativos, pois o autor aconselha que o

pesquisador conviva e observe por algum tempo os entrevistados para, somente depois, aprofundar as análises sobre o objeto estudado.

Foi adotado o estudo de caso que, conforme Stake (2009), é um dos planos básicos da pesquisa qualitativa e tem como característica compreender o fenômeno em seu ambiente natural. Nesse estudo, por se tratar da investigação de três OAs de diferentes características, aplicou-se o estudo de casos múltiplos que, consoante Yin (2010), é uma das variações dentro dos estudos de casos e não se diferencia dos métodos de pesquisa dos estudos de caso único, mais comuns na pesquisa qualitativa.

A escolha em realizar uma pesquisa por meio de casos múltiplos é ainda mais desafiador, por ser este tipo de pesquisa mais amplo e robusto do que as de caso único. A pesquisa de múltiplos casos pode premiar o pesquisador, pois permite ampliar as possibilidades de replicações teóricas e generalizações a partir de constatações e cruzamentos dos resultados dos casos (YIN, 2004; 2010).

Para a prática do método de estudos de casos múltiplos foi seguido roteiro de pesquisa, de acordo com as orientações de Yin (2004; 2010), conforme quadro 5.

Quadro 5 - Roteiro de pesquisa.

ETAPA	AÇÃO
Revisão e leitura de artigos e publicações sobre OAs e concepções ambientais.	Mapeamento das discussões sobre OAs e catalogação das principais concepções ambientais.
Definição das unidades de caso.	Pesquisa e mapeamento das OAs a serem pesquisadas.
Obtenção da autorização formal dos objetos de estudos para realizar as pesquisas de campo.	Identificação dos coordenadores responsáveis das OAs pesquisadas e, posteriormente, contato por e-mail e telefone para apresentação da proposta de pesquisa.
Elaboração do plano de amostragem.	Identificação e seleção da amostra dos membros a serem entrevistados das OAs.
Estabelecimento dos instrumentos de coleta de dados.	Entrevista aos coordenadores das OAs; observar as atividades realizadas e análise dos documentos formais das OAs.
Investigação sobre as técnicas de análise de dados apropriada as organizações investigadas.	Uso de registros por meio de gravadores de áudio, vídeo e bloco de anotações.
Delineamento e formatação do roteiro de entrevista.	Criação de tópicos estruturais baseados no problema e objetivos da pesquisa.
Construção de banco de dados para armazenamento das respostas obtidas pelos sujeitos participantes.	Construção de códigos para as OAs e concepções ambientais para facilitar o entendimento e interpretação das respostas dos sujeitos participantes.

Fonte: Adaptado de Yin, 2010 e 2004.

Para a realização do trabalho de campo, da entrevista e da observação, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido de Pesquisa que orientou os responsáveis legais pelas

organizações pesquisadas sobre as ações do pesquisador e formalizou a autorização para a realização dos trabalhos.

As atividades de coleta de dados nas organizações ocorreram durante o mês de fevereiro no IOV, na cidade de Alta Floresta, Terra Nova do Norte-MT e Carlinda-MT, e na FASE-MT em maio, nas cidades de Cáceres-MT e Araputanga-MT, e no meses de junho e julho na KANINDÉ, em Porto Velho-RO e Costa Marques-RO, todas as organizações tiveram os seguintes procedimentos metodológicos para coleta de dados:

I. Entrevistas: foram preparadas de acordo com as leituras sobre as concepções ambientais e OAs, de modo que o entrevistador pudesse conduzi-las de forma organizada e dominando todo o processo de coleta de dados e informações recolhidas dos entrevistados. A técnica da entrevista focalizada e semiestruturada foi empregada conforme orienta Flick (2009), na qual os entrevistados são sensibilizados por uma explanação inicial do pesquisador sobre o assunto, neste caso especificamente sobre as concepções ambientais.

O processo de entrevista com coordenadores responsáveis pela gestão das organizações foi conduzido da seguinte forma: durante o período de observação-participante foi agendado horário com os entrevistados para não prejudicar o andamento das atividades de rotina da organização. O roteiro da entrevista consistiu de: 1) Quais as estruturas no processo de gestão da organização ambientalista; 2) Qual (is) a (as) concepções ambientais inseridas na organização; 3) Quais são as características e processo na gestão para a identificação e aplicação das práticas inerentes as concepções ambientais; 4) Quais os documentos oficiais das OAs 5) Qual a concepção ambiental que você melhor se identifica e 6) Qual a concepção ambiental que você melhor identifica as características da organização ambientalista. Com intuito de compreender a estrutura organizacional da instituição; concepção ambiental preponderante; público-alvo; objetivo estratégico; métodos de gestão e perfil da concepção ambiental dos gestores pesquisados. A entrevista semiestruturada foi guiada pelas questões-base (APÊNDICE I) orientadas a atender os objetivos da pesquisa.

II. Análise de documentos: foi solicitado aos gestores das OAs documentos que, posteriormente, foram lidos e analisados pelo pesquisador, de maneira que se pudesse conseguir informações referentes às características das concepções ambientais e, assim, fosse possível analisar convergências e divergências entre as informações coletadas nas entrevistas.

Foi solicitado acesso aos seguintes documentos: atas de reuniões do conselho administrativo, relatórios anuais, plano de gestão, plano estratégicos, planejamentos de projetos em execução e estatuto, além de outros que viessem contribuir para a identificação da concepção (ões) das organizações. Foram coletados recorte de escritos dos documentos relativos às características e

indicadores das concepções ambientalistas debatidas conforme a discussão dos autores no referencial teórico. Foram catalogados os que expunham sobre a missão, os objetivos dos projetos, parcerias com público-alvo e agências estatais e continham posicionamento sobre o sistema econômico, cultura e religiosidade dos membros das comunidades e da instituição.

III. Observação-participante: esta técnica permitiu ao pesquisador compreender o objeto de pesquisa. O pesquisador, concomitantemente à aplicação das entrevistas e análise documental, observou o funcionamento dessas organizações para entender os diversos atores envolvidos e, assim, poder identificar, com maior propriedade, quais as concepções ambientais e qual o modo de atuação das organizações investigadas.

Foi realizada a observação *in loco* das atividades de gestão das organizações, para isso tornou-se necessário acompanhar as atividades de rotina da gestão da organização e dos projetos em atividade. Os dados coletados durante as atividades de observação foram informações que serviram para complementar os dados obtidos nas entrevistas e análise de documentos. São informações referentes às características e aos indicadores das concepções ambientais existentes nas organizações pesquisadas, tais como relação com as agências estatais e público-alvo, ações voltadas para o cooperativismo, posicionamento sobre o sistema econômico, uso de tecnologia sustentáveis e bens naturais nas atividades de gestão e de projetos de campo.

Para a realização de todas as atividades de pesquisa de observação, necessário se fez a cedência, por parte das organizações estudadas, do uso da estrutura física como sala de estudos e de observação do pesquisador.

Esse método de coleta permitiu ao investigador obter dados referentes às características das concepções ambientais e, assim, correlacionar com as informações coletadas pelas entrevistas. A observação das atividades proporcionou ao pesquisador uma percepção mais detalhada das organizações.

O método de observação acompanhou a aplicação das entrevistas e o funcionamento dessas organizações, de modo que fosse possível permitir melhor entendimento dos processos da pesquisa pelos diversos atores envolvidos.

4.2 Categorias e Tipologias de Concepções Ambientais

Este trabalho surgiu do diálogo estabelecido com vários teóricos sobre concepções ambientais: Diegues (1998; 2000) e Martinez-Alier (2007), os compromissos ideológicos de Viola (1987; 1992) e teorias de base das concepções ambientais de Leff (2002; 2006). Pelo critério de

semelhanças e para análise mais adequada da pesquisa, as concepções de Diegues (1998) e Martínez-Alier (2007) foram tratadas em conjunto. No quadro 6, é apresentado, sinteticamente, o quadro-teórico que sustentou esta pesquisa.

Quadro 6 - Quadro teórico sobre concepções ambientais.

AUTORES	VISÃO/QUESTÃO AMBIENTAL	CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Diegues (1998; 2000) Martínez-Alier (2007)	Sociológica	Preservacionista; “Culto ao Silvestre”; Conservacionista; Sustentabilista; Socioambientalista; Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental.
AUTORES	VISÃO/QUESTÃO AMBIENTAL	COMPROMISSOS IDEOLÓGICOS DAS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Viola (1987; 1992)	Sociológica	Ecofundamentalista Ecorrelista Ecossocialista Ecocapitalista
AUTORES	VISÃO/QUESTÃO AMBIENTAL	TEORIAS DE BASE DAS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Leff (2002; 2006)	Filosófica	Teoria de base em Weber (Racionalidade Ambiental) Teoria de Base em Foucault (Conceito de Saber Ambiental). Teoria de base em Marx (Socioeconômica).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a realização da pesquisa foi proposta a tipologia de concepções ambientais. Para sintetizar essa categorização apresenta-se no quadro 7 o elenco que serviu de base para a pesquisa.

Para aplicar esta tipologia, que permite visualizar as categorias e identificar as concepções ambientais nas OAs, foi necessário mapear, analisar e identificar as concepções ambientais e compromissos ideológicos apresentados pelos autores que estudam a temática e verificar nesses estudos quais foram os indicadores e características que corroboraram com as vertentes ambientais e compromissos estudados, para, posteriormente, verificá-las nas instituições pesquisadas por meio de múltiplas estratégias de pesquisa.

A instrução para identificação das concepções ambientais das OAs partiu dos seguintes critérios: identificar nas OAs quais eram os seus projetos, público-alvo e perfil de atividades; atuação com os seus atores sociais; interação com o meio ambiente; aceitação ou não do uso de tecnologias; práticas de inovação limpa; relação com o sistema econômico; se possuíam características antropocêntricas ou biocêntricas entre outras. Essas características são importantes, pois permitiu conhecer qual concepção ambiental predominava em determinada organização ambientalista, cuja identificação aconteceu pelo uso de instrumentos como entrevistas, observação, aplicação de questionários socioeconômicos, visualização das tecnologias utilizadas nas atividades de gestão e de campo.

Quadro 7 - Identificação das concepções ambientais e compromissos ideológicos.

Concepções Ambientais	Características	Indicadores
Preservacionista “Culto ao Silvestre”	Defesa da natureza em detrimento ao ser humano e apoio ao Biocentrismo. Cumprimento da legislação ambiental. Segurança Econômica.	Luta pela natureza preservada; legislação rígida; contrária ao crescimento econômico.
Conservacionista	Relação harmônica Natureza – Mercado – Sociedade.	Valorização da integração da natureza, mercado e sociedade;
Sustentabilista	Uso de Tecnologia. Serviços Ambientais.	Defesa no uso de tecnologias para manejo florestais e avanços em defesa do desenvolvimento sustentável.
Socioambientalista	Inserção das comunidades e parceria com movimentos sociais. Distribuição equitativa de renda.	Aproximação com os movimentos sociais e ambientais. Discussão de projetos que resultam na divisão igualitária dos recursos. Gestão compartilhada dos projetos.
Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental	Diversidade social. Legislação moderada. Direitos ambientais comunitários. Discussão de políticas públicas	Criação de áreas verdes para comunidades tradicionais. Busca de correções legislativas para injustiças ambientais. Inserção em políticas públicas para acesso aos recursos naturais e que todos os grupos sociais sejam beneficiados com políticas públicas.
Compromissos Ideológicos	Características	Indicadores
Ecofundamentalista	Diálogo com a sociedade, órgãos públicos e empresários. Pensamento radical sobre o ambientalismo. Visão romântica do Ambientalismo.	Participa de reuniões com órgãos públicos, empresários e sociedade.
Ecorrealista	Relação com a sociedade. Autogestão. Noções de Cooperativismo.	Interage com a sociedade por meio de projetos; acredita no Ambientalismo puro.
Ecosocialista	Posição sobre o sistema econômico. Apoia o cooperativismo e associativismo. Verificação do uso da autogestão. Relação com as agências estatais.	Visão contrária ao sistema capitalista; práticas de Gestão Participativa; participam de vários projetos com as comunidades.
Ecocapitalista	Posição sobre o sistema econômico. Otimismo ecológico. Relação com as agências estatais.	Meio ambiente não corre risco de ser degradado; sistema econômico não prejudica o meio ambiente; interage com as agências estatais.
Teorias de Base das Concepções Ambientais	Características	Indicadores
Concepção Weberiana (Racionalidade Ambiental)	Valorização da diversidade biológica. Heterogeneidade cultural e pluralidade política. Conservação dos recursos naturais. Descentralização da riqueza e do poder entre os atores.	Apresenta diversos recursos biológicos e culturais; prima pelo uso moderado dos recursos naturais; distribuição de renda e poder entre os participantes.
Concepção Marxista (Socioeconômica)	Relação com os financiadores. Relação com o público-alvo. Mercado de destino dos produtos ou serviços. Intensidade do uso dos bens naturais.	Financiadores participam da gestão da organização; os atores do público-alvo participam das atividades; identificação do uso dos produtos naturais dentro da organização.
Concepção Foucaultiana (Conceito de Saber)	Respeito a cultura e as religiões místicas. Análise do discurso ambiental em relação aos princípios de diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social. Inovação por meio de tecnologias limpas. Autogestão comunitária dos recursos.	Valorização da cultura e religião dos povos. Compreensão das concepções ambientais. Uso de tecnologias que diminuem a agressão ao ambiente e gestão participativa dos recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3 População e Amostra

A população e amostra têm como princípio identificar os atores que serão pesquisados no estudo, a quantidade, qualidade e características (CRESWELL, 2010). A população da pesquisa foram três OAs de públicos-alvo e objetivos diferentes. Essa diferença de perfil se deu pela busca de ampliar as análises propostas na pesquisa. As escolhas dessas organizações foram feitas de modo intencional, as quais se devem ao fato de pertencerem ao território amazônico, por já terem projetos consolidados nas discussões ambientais e por possuírem perfis de colaborar com a condução de pesquisas acadêmicas.

Para cada organização, a amostragem foi sistemática, pois foram selecionados para participar da pesquisa dois dos coordenadores responsáveis pela gestão das organizações. No caso de haver apenas um coordenador, selecionou-se, além dele, o colaborador imediato de acordo com o organograma da organização.

As amostras de documentos das OAs consistiram dos estatutos, atas de assembleias gerais e os relatórios anuais de gestão, publicações de projetos já finalizados ou em andamento.

4.4 Técnicas e Procedimentos para Registro, Análise e Interpretação dos Dados

Para as análises de documentos, o pesquisador teve em sua posse um diário de anotações onde foram marcadas suas observações. O uso desse diário foi importante, pois nele foram feitos os registros em memória dos documentos analisados. Para as entrevistas, o pesquisador usou um diário de anotações para notificar as respostas e situações dos entrevistados mais relevantes, que foram gravadas, posteriormente transcritas, e enviadas aos respondentes para serem validadas. Os momentos de observação das reuniões, assembleias, eventos promovidos pelas organizações pesquisadas também foram registrados em fotografias.

A análise foi detalhada por meio de um processo de codificação e utilizada na interpretação dos dados. Os gestores entrevistados foram registrados por meio de códigos criados para facilitar a redação e catalogação dos dados. Os códigos dos coordenadores foram os seguintes: EK1 e EK2 para coordenadores da Kanindé, EF1 e EF2 para os gestores da FASE-MT e EI1 e EI2 para os do IOV.

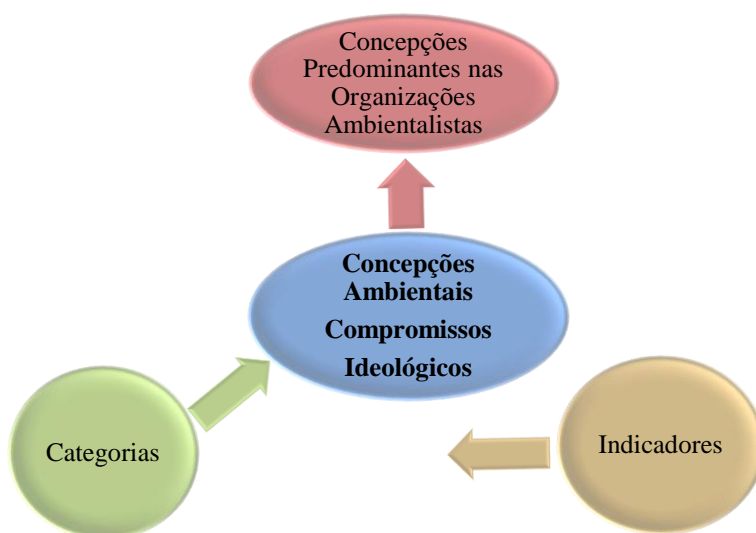
A partir disso, validou-se a pesquisa por meio da comprovação desses procedimentos metodológicos, criando um protocolo de banco e análise de dados. Realizou-se, ao final, a

triangulação dos dados coletados e analisados nas entrevistas, observações e análise de documentos, em consonância com o sugerido por Creswell (2010) e Flick (2009).

Com o contexto apontado nas técnicas metodológicas, buscou-se analisar as divergências e convergências sobre as concepções ambientais dos gestores das organizações investigadas. A análise e interpretação dos dados realizaram-se conforme a orientação de Creswell (2010), de forma constante, durante toda a coleta de dados nas organizações investigadas. As análises das entrevistas foram correlacionadas com o referencial teórico utilizado no trabalho e ainda com o apoio das informações da observação e também das análises documentais.

Na figura 2 é apresentada de forma sucinta a triangulação do processo para identificação das concepções ambientais nas OAs.

Figura 2 - Síntese da estrutura para orientar a coleta e análise de dados sobre concepções ambientais de OAs.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Seguidos este processo metodológico, foi possível visualizar as categorias e identificar as concepções ambientais nas OAs, por meio das estratégias de coletas de dados e do alinhamento das características identificadas com suas respectivas vertentes ambientalistas. Cada característica observada foi descrita em uma planilha no editor de planilhas do programa Microsoft Excel, posteriormente compiladas as informações e, assim, foram feitas as análises que possibilitaram identificar as concepções ambientais e modos de gestão e atuação das organizações e, a partir disso, gerado relatório com os resultados e discussões dos dados.

Para decisão sobre a presença da concepção ambiental, compromisso ideológico e teoria de base em cada organização foi considerado como critério a presença de indicadores em no mínimo

duas das três estratégias de pesquisa. Para o conjunto das organizações, o critério foi a identificação dessa presença pelo menos em duas das organizações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Há necessidade de as OAs terem objetivos semelhantes em sua filosofia e política ambiental. Essas organizações possuem, explicitamente ou não, concepção (ões) ambiental (is) para que lhes permitam diagnosticar problemas e buscar soluções para o desenvolvimento sustentável (CARMIN; BALSER, 2002). Zhou (2006) diagnostica que é difícil categorizar nas OAs as concepções ambientais, principalmente no que se refere às concepções preservacionista, conservacionista e socioambientalista pelo motivo de o conceito de desenvolvimento sustentável recomendar um consenso entre o ambiental, o econômico e o social, o que não é tão simples de se fazer, considerando as nuances das OAs e de seus atores sociais.

Neste capítulo, são discutidos os resultados da investigação sobre concepções ambientais que orientam as organizações estudadas e apresentados os resultados por organização para, ao final, a partir das características, identificar algumas similaridades e divergências entre as organizações e suas concepções.

5.1 Associação Etnoambiental Kanindé (Kanindé)

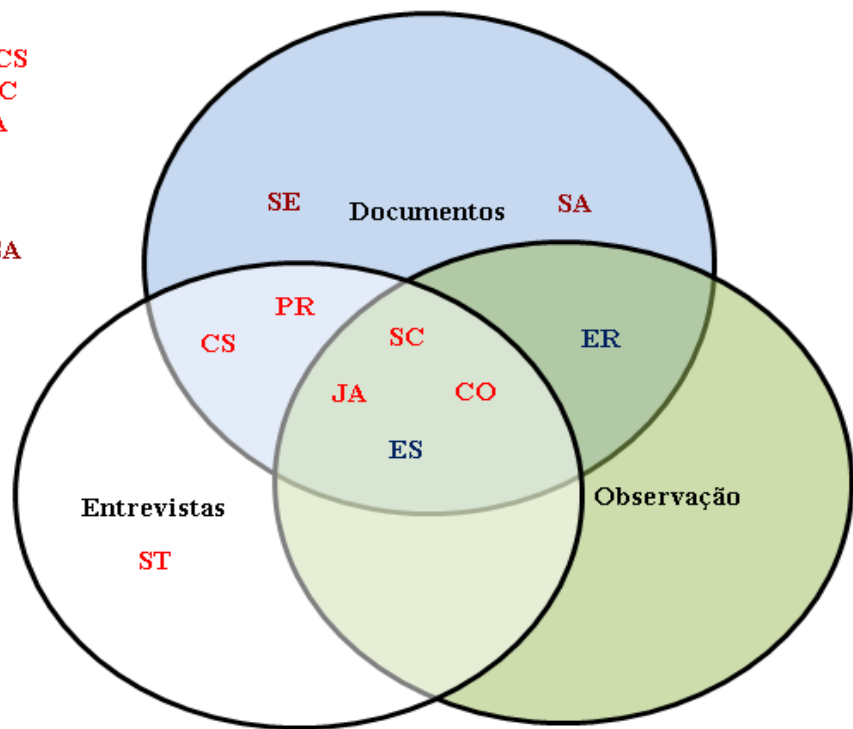
A organização Associação Etnoambiental Kanindé (Kanindé) pauta as suas atividades na busca de direitos ambientais, construção de políticas públicas e uso sustentável de tecnologias.

Na organização Associação Etnoambiental Kanindé, as concepções ambientais conservacionista, socioambientalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental foram identificadas como as que mais influenciam na atuação e gestão da organização. Essas concepções podem ser associadas às forças políticos-culturais globalistas-progressistas-sustentabilistas, favoráveis ao uso da tecnologia para a preservação do ambiente, bem como às forças globalistas-conservadores-sustentabilistas que concentram sua atuação no mercado para aumentar a proteção ambiental, conforme discutidos por Viola (1992; 1997) e Viola e Leis (2001).

A figura 3 apresenta as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de bases identificadas com as estratégias de pesquisa utilizadas.

Figura 3 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas na Kanindé.

Legenda: **Preservacionista - PR**
“Culto ao Silvestre” - CS
Socioambientalista - SC
Justiça Ambiental - JA
Sustentabilista - ST
Ecossocialista - ES
Ecorrealista - ER
“Saber Ambiental” - SA
Socioeconômica - SE



Fonte: Elaborado pelo autor.

As concepções ambientais preservacionista e de “culto ao silvestre” estão presentes no Estatuto da organização Kanindé que, em seu artigo 3º, inciso XV, lista entre seus objetivos “Realizar e incentivar estudos de impacto ambiental, decorrentes de ações ilegais em áreas de preservação permanente e indígenas, objetivando inibir tais ações e recuperar áreas degradadas.” (ESTATUTO, p. 3) e também no documento Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas (2010, p. 28), em que a Kanindé declara

Nos diagnósticos ambientais busca-se investigar a cultura material e imaterial de um povo, preocupando-se com as mudanças sofridas por esta sociedade e, ainda, enfatizando as relações entre ser humano e a natureza, sua estrutura social e instituições. Esses estudos são fundamentais na elaboração do etnozoneamento.

Nesses trechos, presentificam-se as características da luta pela natureza expressa pela preocupação com o cumprimento da legislação ambiental.

O entrevistado EK2, ao ser questionado sobre a preferência da organização em relação ao ser humano e à natureza, respondeu que “Não tem, o homem e natureza são a mesma coisa, não há uma preferência, não se divide.”. Essa resposta demonstra a preocupação que existe na organização sobre o cuidado com a natureza e a visão de que o ser humano não deve degradar o ambiente, pois prejudicaria a si mesmo. Conforme o entrevistado, o ser humano também faz parte da natureza.

Para Gómez-Pompa e Kaus (2000), os grupos indígenas não consideram os ecossistemas naturais como selvagens ou algo para ser mantido intocado, e sim como a sua casa e moradia. Para eles, às áreas urbanas são as que podem ser consideradas selvagens. Essas evidências são correlatas aos indicadores e características do preservacionismo como a defesa da natureza e o apoio ao biocentrismo e estão em acordo com a discussão ecocêntrica de Silverstein (1993), Pepper (1996) e Diegues (1998), para as quais a natureza deve se manter intacta.

A existência dessas concepções ambientais nessa organização pode ser relacionada às características do seu público-alvo, principalmente os povos indígenas, os quais necessitam, para sua sobrevivência, de espaços preservados que garantam a permanência da cultura e perpetuação das etnias.

As características conservacionistas estão presentes no documento Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo (2010, p. 64): “[...] zona de uso público corresponde aos locais específicos de acesso para visitantes que buscam atividades conservacionistas e ecoturísticas.”, e no Estatuto, na página 2, Art. 3º inciso VI “Difundir técnicas conservacionistas, visando proteger a diversidade genética dos diferentes ecossistemas do país.”. Os depoimentos dos dois coordenadores da Kanindé convergem sobre a relação entre mercado, natureza e sociedade que deveria ser harmônica. No entanto, os gestores entendem que hoje esta relação é conflitante. Esses registros vão ao encontro da visão conservacionista sobre a necessidade de explorar os recursos naturais de forma responsável para a manutenção da natureza (MCCORMICK, 1992; DIEGUES, 2000).

A presença dessa concepção talvez seja consequência da necessidade de as etnias indígenas manterem suas características próprias visando a perpetuação. A relação harmônica entre mercado e sociedade nas atividades da organização foram os principais indicadores encontrados durante a coleta de dados, os quais apareceram em grande número nas três formas de coletas de dados nos trabalhos da Kanindé.

Durante o processo de observação-participante realizada na atividade do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário no município de Costa Marques-RO, uma das colaboradoras afirmou que o “[...] conservacionismo é sonho, é o que a Kanindé busca.”. Essa fala permitiu inferir sobre a existência da concepção conservacionista na visão dos membros da organização.

As características da concepção sustentabilista está presente na percepção dos coordenadores. Preocupam-se com a aplicação de tecnologias limpas nas atividades e nas estrutura física e de trabalho. Os coordenadores relataram que há dificuldade em usar mais as tecnologias limpas devido ao alto custo e à dificuldade de acesso a essas tecnologias. O Coordenador EK2

ponderou que a organização defende o uso de tecnologias para manejos florestais, a criação de animais e que o cultivo de hortaliças ajuda na defesa do desenvolvimento sustentável. Essa visão é reforçada quando afirma que “Com certeza absoluta, [...] os índios estão procurando harmonizar as tecnologias, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, eles estão fazendo o tripé, o econômico, social e ambiental [...]”. A resposta de EK2 indica que a organização apoia o uso responsável da tecnologia como alternativa para busca do desenvolvimento com menor desgaste ambiental.

Existe convergência das respostas dos entrevistados, o que permitiu inferir que essa vertente ambientalista está presente na Kanindé. Os entrevistados afirmaram que há o uso de tecnologia limpa aplicadas nas práticas de gestão ou atividades da Kanindé. Citaram o exemplo do tijolo ecológico e saneamento básico do Centro de Formação. O uso dessas tecnologias para a diminuição da degradação ambiental e para o melhor uso dos recursos naturais indicaram também a presença da visão de conceito de “saber ambiental” em Foucault discutida por Leff (2002; 2006) na Kanindé, porém, no contexto das atividades da organização, foi identificado que essa característica é melhor definida como sustentabilista.

Outras concepções presentes nas práticas da Kanindé foi a socioambientalista discutido por Diegues (1998) e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental identificada por Martínez-Alier (2007). A preocupação com a geração de renda das comunidades tradicionais, conciliando presença humana e proteção ambiental, é uma característica importante dos defensores da concepção socioambientalista, pois buscam ajustar a situação econômica, social e ambiental da sociedade.

No Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas, volume 2, Terra Indígena Ipixuna está declarado que um dos objetivos é “Desenvolver de forma sustentável as ações voltadas à produção econômica e à geração de renda.” (2012, p. 26). Em vários outros projetos há preocupação com o item “sócio-economia” das comunidades e etnias investigadas, conforme destaque no documento Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas (2010, p. 54): “Identificar a característica socioeconômica da comunidade que vive nos limites da terra indígena e municípios que estão inseridos.”. A presença do item que discute a situação socioeconômica das comunidades indígenas permite inferir a presença socioambientalista na Kanindé.

Outra evidência da preocupação socioeconômica praticada pela Kanindé está presente na resposta do Coordenador EK2 quando afirmou “[...] A gente acredita que dá para trabalhar a ecologia e ao mesmo tempo ter geração de renda, ter desenvolvimento sustentável, a gente aprendeu isto com os índios.”. Em todos os projetos e ações nas comunidades e etnias foi notada a

preocupação com o equilíbrio ambiental, social e econômico e também com as práticas para um desenvolvimento sustentável.

A concepção justiça ambiental tem como um dos indicadores a preocupação por uma sociedade mais justa e sustentável. A missão da organização descrita no documento Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012 representa essa característica, conforme sua descrição: “É buscar a harmonia entre o ser humano e a natureza, preservar a integridade dos povos indígenas e suas culturas e contribuir para o desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável.” (2012, p.23). A missão da Kanindé reflete a posição de Martínez-Alier (2007) e Alcserad (2010) sobre a concepção justiça ambiental. Para os autores, essa concepção consiste em buscar a valorização das minorias para o equilíbrio social em conjunto com as comunidades e movimentos sociais.

A justiça ambiental evidenciou-se em diversos documentos da organização que tratam do ecoturismo e comercialização de produtos artesanais e da agricultura oriundos das comunidades. A Kanindé se orienta pelos direitos ambientais comunitários e nas ações contra as injustiças ambientais. Os depoimentos dos Coordenadores EK1 e EK2 são convergentes. Ambos disseram que, com certeza, a organização procura combater e diminuir as injustiças ambientais. Nesse sentido, existe a preocupação com as injustiças ambientais, principalmente em relação aos povos indígenas. Os respondentes também evidenciaram o respeito à cultura e à religiosidade dos indígenas, dos agricultores e ribeirinhos.

A justiça ambiental está presente ainda na estratégia da Kanindé. A questão é importante para o êxito dos projetos e para a busca de melhores resultados práticos. Faz parte da essência da organização, a luta contra as injustiças ambientais e a valorização da cultura e religiosidade dos povos indígenas. É evidente a preocupação da Kanindé com os povos indígenas, posto serem comunidades que necessitam de apoio para a defesa dos seus direitos. A organização demonstra este cuidado ao oferecer cursos aos povos indígenas para fomentar a renda, melhorar as formas de relação entre a sociedade e as comunidades indígenas, e que valorizem o zelo com a natureza, os valores culturais e espirituais.

Constatou-se que a Kanindé estabelece relação com órgãos públicos, como Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO e associações que discutem a formação de políticas públicas para a defesa, direito e promoção econômicas dos povos indígenas. A aproximação entre a organização e os órgãos públicos e representativos pode ser associada ao conceito de justiça ambiental na perspectiva discutida por

Acseirad, Mello e Bezerra (2009), que é a busca de conjuntos e práticas para que não haja ausência de grupos sociais nas ações de políticas públicas pela busca dos direitos das minorias.

Na sede da organização, os colaboradores relataram que um dos objetivos da Kanindé é a luta pelos direitos humanos e durante atividade de Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário, foi observada a relação harmônica entre os pesquisadores da organização e os membros das comunidades, o que pode ser interpretado com a busca de inserção das comunidades nas atividades praticadas pela organização.

A teoria de base de “saber ambiental” em Foucault foi identificada no documento Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012 (2012, p. 53), onde está escrito: “A abordagem de trabalhar com práticas de empoderamento de grupos de base pode servir para frear as ameaças à floresta, ao mesmo tempo que constrói um consenso em torno do desenvolvimento sustentável dentro do marco dos corredores etnoambientais.”. O conceito de “saber ambiental” foi evidenciado nesta análise; as ações institucionais são pensadas e praticadas em torno das discussões ambientais estabelecidas na Kanindé.

Busca-se, conforme os achados nos documentos pesquisados, a compreensão das práticas ambientais e, principalmente, o fortalecimento do conhecimento sobre meio ambiente por parte da instituição e das comunidades indígenas. O Estatuto, artigo 3º, inciso XI, formaliza que a associação tem por finalidade: “Organizar e promover cursos, simpósios, seminários e outros eventos visando o fortalecimento das ações socioambientais.”. De acordo ainda com os achados, a organização pretende compreender as práticas ambientais e, principalmente, fortalecer o conhecimento dos seus colaboradores, atores sociais e comunidades indígenas sobre meio ambiente.

O empoderamento político, característica da teoria do “saber ambiental”, é evidenciado nesta análise pelo fato de as ações institucionais da Kanindé serem praticadas em torno das discussões ambientais estabelecidas em seus planejamentos. A realização de atividades acadêmicas e reuniões para a discussão sobre o meio ambiente é outro fato que indica a preocupação com o empoderamento e autonomia tanto para a organização quanto para o seu público-alvo. Foi identificado que existem reuniões para fortalecer o discurso das concepções da entidade entre os colaboradores e público-alvo.

As características socioeconômicas, já discutidas na concepção socioambientalista e de justiça ambiental, podem ser associadas ao compromisso ideológico da base teórica socioeconômica em Marx. Esta visão foi destacada em poucos documentos da Kanindé. Existe influência desta nas ações da organização, porém ainda não consolidadas. Mesmo com poucos registros nas atividades

da organização, é importante salientar que as construções das ações de projetos perpassam por suas características. A relação com o uso e mercado dos bens naturais também são referenciadas nos documentos analisados, o que indica a influência da visão marxista nas ações da Kanindé.

Nas entrevistas, identificou-se que a relação com financiadores é muito próxima, eles acompanham os projetos e as atividades da Kanindé, os coordenadores reforçam com convicção que a organização prima pelos recursos biológicos. Há, entretanto, uma contradição entre os coordenadores sobre a participação dos financiadores na gestão da organização. EK1 compreende que há uma relação entre os financiadores e a organização, e que eles participam da gestão, de acordo com a seguinte fala: “Sim, tanto que nós tínhamos um financiador da Kanindé na inauguração no Centro de Formação. Faz parte do nosso processo, eles participam sim da discussão dos projetos no máximo que a gente pode.”. Já EK2 afirma que: “Não, eles só apoiam os projetos e para as auditorias independentes [...] O que tem é a prestação de contas, como a gente apresentou o Centro de Formação e a Marina Campos da Fundação Moore foi convidada.”.

A divergência entre os coordenadores se dá pela diferença de compreensão do que é participação da gestão. EK1 reconhece que a participação dos financiadores em inaugurações é considerada como participação nas atividades de gestão e para EK2 isso é apenas um dos procedimentos de prestação de contas da Kanindé para com seus financiadores. A presença da Fundação Moore e demais parceiros foi identificada durante a observação-participante na visita ao Centro de Formação da Kanindé.

O compromisso ideológico ecorrealista é presente na Kanindé. No trecho retirado do documento *Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012* (2012, p. 9) verifica-se: “Um dos grandes desafios, portanto é promover ações conjuntas entre os múltiplos setores da sociedade voltada para a mitigação de diversos impactos ambientais na região e formulação de políticas públicas de proteção a floresta e dos povos que ali moram mediante a processos participativos.”.

A proposta técnica para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário apresenta evidências ecorrealistas, conforme o trecho: “no segundo momento, estabeleceremos diálogos com as comunidades, suas lideranças e com as organizações representativas/parceiras, prefeituras etc, registrando suas nuances idiossincráticas, destacando uma somatória de elementos técnicos e os ressaltados pelos atores/sujeitos sociais.” (s.d, p.12). Essas informações enfatizam a forte relação com a sociedade almejada pela Kanindé, sendo este um dos indicadores levantados por Viola (1987; 1992) para pertencer ao compromisso da visão ecorrealista.

Na inauguração dos alojamentos do Centro de Formação estiveram presentes vários parceiros da organização, dentre eles universidades, financiadores, órgãos públicos, etnias indígenas e associados. Esses alojamentos são utilizados por vários parceiros para a realização de cursos e outras atividades. Durante a inauguração, foi identificada a interação com as universidades que trouxeram para o evento trabalhos acadêmicos. É comum estudantes de mestrado, graduação e estagiários de universidades públicas e privadas participarem de projetos em conjunto com a Kanindé. Essa interação se processa por meio de atividades e participação em reuniões com órgãos públicos. O desenvolvimento de vários projetos e ações com diversos setores da sociedade é característica e indicador da discussão ecorrealista mencionada por Viola (1987; 1992).

O ecorrealismo está presente também pelo fato de a organização dialogar com a sociedade ao participar de diversos conselhos e contribuir para a formação de políticas públicas em alguns municípios. Conforme os entrevistados, a Kanindé tem o interesse de melhorar o diálogo com os empresários, aproximação que, anteriormente, não era tratada como estratégica pela organização.

As características ecorrealistas têm pouca relevância na organização. A participação e relação com a sociedade é característica importante do ecorrealismo e evidencia-se nas ações da Kanindé, o que permite dizer que ela influencia nas boas relações diagnosticadas nos escritos analisados.

O compromisso ecossocialista e suas características de gestão participativa e a autogestão foram identificados nos documentos da Kanindé. No documento Corredores Etnoambientais na Amazônia Oriental: Principais Resultados do Projeto Garah Itxa 2009-2012 consigna-se que

A realização do diagnóstico etnoambiental participativo com mapeamento cultural da terra Indígena Zoró foi liderada pela Kanindé, em parceria com a Ecam e Associação do Povo Indígena Zoró (APIZ), envolvendo uma série de oficinas, assembleias e reuniões ao longo dos últimos dois anos do Projeto Garah Itxa. Para dar início ao diagnóstico, a Kanindé promoveu uma reunião na Aldeia Escola Castanhal, onde estiveram presentes representantes da FUNAI, da Kanindé, da Metareillá, da APIZ e lideranças Zoró de treze aldeias. Ao todo participaram aproximadamente 50 pessoas. (2012, p. 30).

Outro exemplo desse compromisso ideológico consta no documento Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário (s.d, p. 12), que diz:

Estudos de uso público (visitação-educação ambiental) A pesquisa em questão pautar-se-á em princípios de investigação explicativa a partir das discussões e levantamentos participativos para a compreensão da realidade local e seus desdobramentos para garantir um melhor manejo dos recursos naturais e benefícios para as comunidades envolvidas.

O documento Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo (2010, p. 12), por sua vez, informa que “A associação indígena (se houver) e a comunidade escolhem em conjunto os indígenas que farão parte da coordenação das pesquisas e dos pesquisadores indígenas.”. Assim, a participação do público-alvo em suas ações é outro ponto; a organização cobra a participação e

interesse das comunidades pertencentes aos projetos. Conforme relatos dos entrevistados, os projetos só acontecem nas comunidades ribeirinhas e indígenas, caso elas participem proativamente das atividades e da condução do projeto.

Antes do início de qualquer projeto, a Kanindé busca discuti-lo com os membros das comunidades envolvidas, instituições parceiras e órgãos públicos inseridos para a construção do projeto e realização do planejamento das atividades a serem propostas, de modo a envolver e dar responsabilidades a cada entidade. Viola (1992) defende que a gestão participativa é uma característica que identifica a presença ecossocialista no ambientalismo e essa forma de gestão está presente na Kanindé. A autogestão é outra prática recorrente na organização. O Coordenador EK1 foi categórico ao afirmar que “Acreditamos tanto que estamos fazendo.”. O Coordenador EK2 reforça este ponto de vista ao relatar que “Com certeza absoluta, tanto que não temos presidente, nós temos coordenação, porque nós acreditamos na autogestão, [...]”. Por essas afirmações e pelas análises realizadas, verifica-se que a autogestão é praticada e instruída em todos os seus projetos e gestão das atividades da organização.

No Centro de Formação da organização e na atividade do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário também foi possível identificar características de autogestão em suas atividades, por meio de comentários entre os colaboradores e atores sociais que relataram sobre a necessidade de a organização tornar as comunidades e etnias independentes e com autonomia para tomar suas próprias decisões. De acordo com Pimbert e Pretty (2000), as populações indígenas se organizam e representam os seus interesses próprios sem a consulta controlada e/ou interferência das OAs.

As características ecossocialistas são evidenciadas pela forma de relação com a comunidade por meio de projetos como o "Flamboyant" e também pelo protagonismo no desencadeamento dos municípios verdes. Os entrevistados corroboram com as práticas de gestão participativa e cooperativismo, o que evidencia a boa relação entre os atores sociais que dialogam com a Kanindé. Destaca-se a fala de EK2 sobre a participação em projetos com a sociedade: “Sim, uma coisa que a gente não tinha e a gente começou a desenvolver há dois anos, o projeto flamboyant, totalmente urbano com a secretaria municipal de meio ambiente [...]”. Os entrevistados tem uma linha de pensamento semelhante quando são questionados sobre os sistemas capitalista e socialista. Ambos criticam o primeiro sistema, o que evidencia uma postura ecossocialista (VIOLA, 1987a; BOFF, 1995; MEBRATU, 1998).

Não é possível caracterizar a Kanindé como orientada pela visão ecocapitalista, apesar de a organização ter como estratégia em suas ações a relação com as agências estatais. São, no entanto,

identificadas algumas características nas ações das organizações pertencentes a essa visão. No documento Etnozoneamento da Porção Paraense das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera (2012, p. 65) há indícios de aproximação da organização com agências estatais: “Ultimamente a APIM tem desenvolvido parcerias com a SEMA-PA (Diagnóstico e Etnozoneamento Territorial Indígena) e com a ACT (Amazon Conservation Team/Brasil), no projeto de Mapeamento cultural das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera.”.

Outro registro das relações com agências estatais foi identificado no relatório do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Rio Cautário (s.d, p. 3), “3ª etapa: A equipe de planejamento deverá durante o período de 7 dias realizar visita aos prefeitos ou representantes das prefeituras, outros órgãos públicos e comunidades envolvidas para informar o início da elaboração do plano de manejo.”. Em todos os projetos da Kanindé existem a participação das agências estatais. A organização não vê conflito em manter projetos com essas instituições e acredita que isso é um dos pontos fortes de suas ações. Mantém também relação com órgãos ambientais, principalmente ligados às causas indígenas e em secretarias estaduais, cujas ações relacionam-se com causas ambientais.

Os coordenadores apontam a boa relação com agências estatais da Kanindé. EK1 afirma que “Dentro da Kanindé, nós participamos do conselho de meio ambiente, da criança e adolescente e outros conselhos, temos parcerias com ICMBIO, CONAMA, FUNAI, UNIR [...]”. Na atividade de inauguração dos alojamentos do Centro de Formação, foi verificada a boa relação com as agências estatais pela presença do secretário municipal de meio ambiente, um dos associados da instituição. O Ministério Público Federal foi outro parceiro presente na cerimônia de inauguração no Centro de Formação.

A organização mantém posicionamento contrário à forma de condução do sistema capitalista. Reflexo disso é a fala de EK2 sobre a interação da organização com agências estatais: “Sim, nós desenvolvemos uma série de atividades com o Estado. Dentro do que a gente acredita, a gente participa do que a gente não acredita nós vamos denunciar...” Por meio desse relato, conclui-se que a relação com as agências estatais são apenas por questões estratégicas, de acordo com o direcionamento das ações da Kanindé.

Portanto, as concepções ambientais identificadas com maior presença nos documentos da organização foram a justiça ambiental, socioambientalista e conservacionista. Quanto ao compromisso ideológico, a visão mais presente é a ecossocialista.

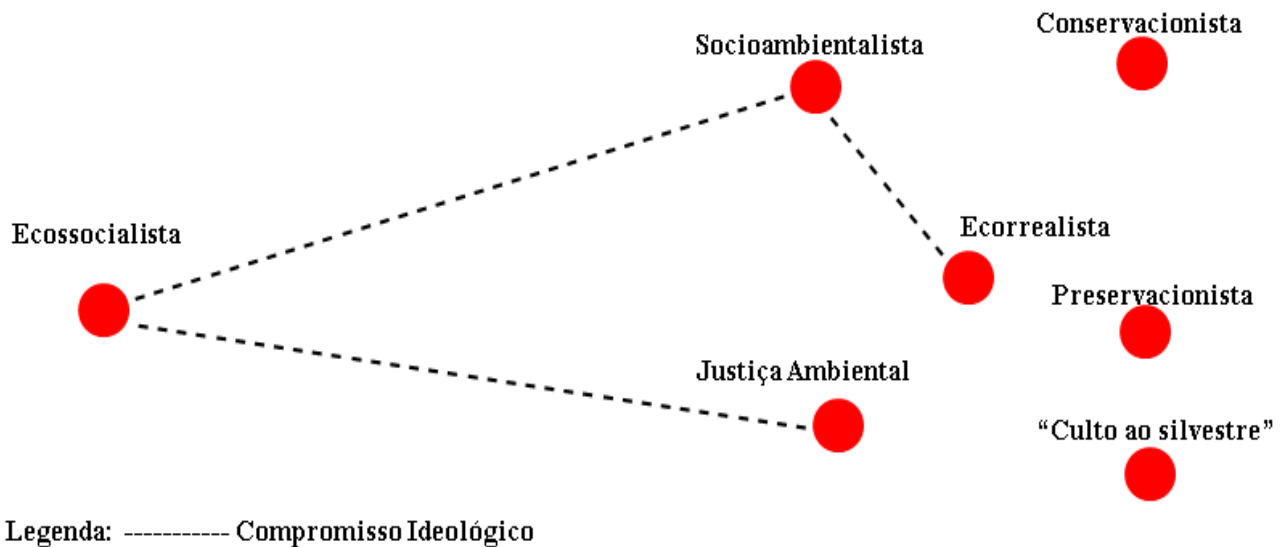
A maioria dos documentos analisados da Kanindé são relatórios de diagnósticos de etnozoneamento e planos de manejos que apresentam características conservacionistas

influenciadas por outros parceiros como órgãos públicos, agências estatais indigenistas e financiadores.

No entanto, quando analisados os documentos institucionais da organização como o Estatuto, é verificada a presença da concepção socioambientalista, justiça ambiental e compromisso ecossocialista. Na gestão da organização, as concepções mais presentes são a conservacionista, socioambientalista e justiça ambiental e também o compromisso ecossocialista, em relação aos gestores, além das concepções e compromisso identificado nos documentos e na gestão da organização é verificado também a presença da concepção sustentabilista.

Na figura 4 estão expostas as concepções ambientais e os compromissos ideológicos mais presentes na organização Kanindé.

Figura 3 - Concepções ambientais e compromissos ideológicos mais presentes na Kanindé.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As concepções mais presentes são a socioambientalista e conservacionista de Diegues (1998) e a de justiça ambiental abordada por Martínez-Alier (2007). Essas concepções destacam-se, possivelmente, devido as características do público-alvo e dos parceiros da organização, principalmente quando se trata da concepção conservacionista. Sobre a socioambientalista e a justiça ambiental a presença dessas concepções se justificam pela preocupação da organização com a melhoria de renda e dos direitos da população indígena. Os compromissos ideológicos presentes são a ecossocialista e ecorrealista de Viola (1987; 1992), predominante na organização devido à proximidade com as concepções socioambientalista e justiça social e também por desenvolver seus projetos por meio da autogestão e gestão participativa com o público-alvo e parceiros. Esses

resultados convergem parcialmente com as concepções supostas no início do trabalho, posto que não foi suposta a concepção justiça ambiental e ela é identificada como influente na gestão e atuação da organização.

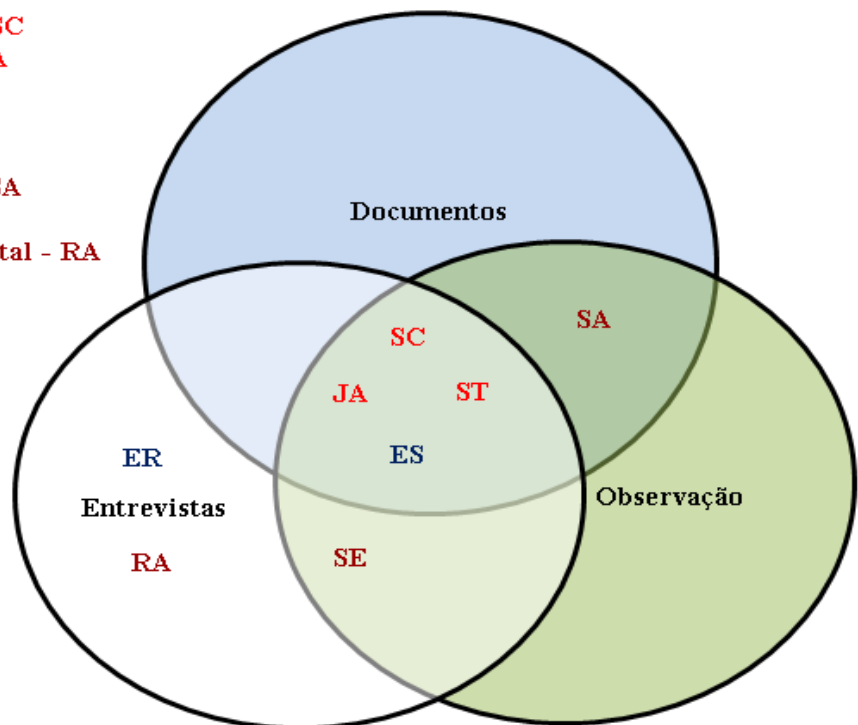
5.2 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT)

Na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT), a concepção ambiental identificada em caráter estratégico foi a socioambientalista. A organização distingue a concepção socioambientalista de ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental, conforme observado na coleta de dados. Mesmo com fortes características de justiça ambiental, a organização se postulou apenas como socioambientalista, provavelmente por falta de um mergulho mais aprofundado no discurso de Martínez-Alier (2007), Zhouri (2006) e Acselrad (2010) sobre justiça ambiental.

A figura 5 apresenta as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de bases identificados com as estratégias de pesquisa utilizadas.

Figura 4 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas na FASE-MT.

Legenda: Socioambientalista – SC
 Justiça Ambiental – JA
 Sustentabilista – ST
 Ecosocialista – ES
 Ecorrealista – ER
 “Saber Ambiental” – SA
 Socioeconômica – SE
 Racionalidade Ambiental – RA



Fonte: Elaborado pelo autor.

No documento release de apresentação da instituição, o item objetivo apresenta o seguinte: “Promover avanços no controle social sobre a coisa pública, na justiça ambiental, na economia solidária, na renda básica cidadã, nas políticas afirmativas e na equidade de gênero. Elabora e difundir metodologias para exigir o cumprimento de direitos como forma de redução das desigualdades.” (s.p). Em seus objetivos, a organização demonstra preocupação com a justiça ambiental e a formação de políticas públicas que possam atender a sociedade, o que valida a presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental.

Nesse mesmo documento é apresentada a missão da FASE-MT com a seguinte formatação: “A FASE tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.” (s.p). Esse texto contém características da vertente justiça ambiental discutida por Martínez-Alier (2007) e Acselrad (2010) e vertente socioambientalista de discutida por Diegues (1998; 2000), pois retrata a preocupação da organização com as comunidades menos favorecidas e a busca dos direitos ambientais comunitários. A missão da organização aponta a busca da inclusão social por meio de ações que possam contribuir para uma sociedade melhor.

Outra evidência da concepção justiça ambiental foi identificada no Estatuto da organização que, em seu artigo 2º, expõe os objetivos institucionais e, dentre eles, o objetivo “B”: “Contribuir para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender as contingências sociais e para a universalização dos direitos sociais.” (p.1). Nesse objetivo estatutário, a FASE-MT reitera a sua preocupação com as injustiças e a busca pelos direitos da sociedade. O Coordenador EF2 registra a participação da FASE-MT na rede de justiça ambiental e explica que esta é uma das bandeiras da organização, que busca a proteção dos territórios pertencentes aos agricultores familiares. Ao ser questionado se a organização busca, nos direitos ambientais comunitários, ações contra as injustiças ambientais, ele responde: “[...] a FASE-MT participa da rede de justiça ambiental e uma das bandeiras é proteger os territórios de agricultura familiar [...]”.

O socioambiental foi identificado na fala do Coordenador EF1, quando responde sobre o uso de tecnologias limpas nas atividades da organização e expõe que há preocupação da instituição com as causas socioambientais: “A gente usa tecnologias adaptadas, guardadas as condições socioeconômicas, culturais dos agricultores e agricultoras”. Ao ser questionado sobre as tecnologias limpas, EF2 sugere que elas deveriam se tornar políticas públicas e fazer parte da matriz curricular

nas escolas. EF2 também em sua resposta sobre a preocupação econômica e riscos da natureza resume que a preocupação da organização é com o equilíbrio social, econômico e ambiental a longo prazo nas comunidades. Evidencia ainda a necessidade de avaliar as atividades econômicas para ajustar este equilíbrio nas ações da organização e das comunidades.

Outra evidência socioambientalista na FASE-MT se deu pela aproximação com os movimentos sociais. Característica relatada por Diegues (1998) como importante para os propósitos de inserção da comunidades nos projetos das OAs. Durante a observação, foi possível registrar junto aos colaboradores e nas atividades de rotina da organização as parcerias com os movimentos sociais. Exemplo dessa aproximação foi ajuda da FASE-MT na criação do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento e Rede do Cerrado (FORMAD).

A aproximação com os movimentos sociais que indica a presença da concepção socioambientalista foi ainda observada na atividade de campo realizada no assentamento em Araputanga-MT, pois o curso de agroecologia é realizado em parceria com o MST. A representante técnica da organização que ministrava o curso de agroecologia, durante sua apresentação relatou que faz parte do MST há 14 anos. O curso de agroecologia "Pé no Chão" realizado em Araputanga-MT é voltado para as mulheres, o que caracteriza a luta pelas minorias e contra as injustiças ambientais relatadas por Martínez-Alier (2007) e Acselrad, Mello e Bezerra (2009). Neste curso, notou-se o discurso político de enfrentamento do racismo, da busca pela afirmação da identidade e também pela procura de métodos alternativos para a geração de renda nas comunidades, o que denotou a luta da organização contra as injustiças. Essas características das práticas de luta pela justiça ambiental da FASE-MT ligadas aos movimentos sociais e a relação com o MST são apontadas como características socioambientalistas, conforme Domingues (2010), Santilli (2005) e Viola (1992) que retratam que o socioambiental se alinha aos movimentos sociais e busca a repartição das benesses oriundas da natureza entre as comunidades.

O concepção sustentabilista é presente nas ações da FASE-MT. No link "Projetos", do sítio da organização, lê-se declaração que apresenta características sustentabilistas: "O Programa Regional Mato Grosso da FASE procura apoiar a resistência de agricultores familiares que ainda não se deixaram vencer pela pressão do agronegócio ou que estão se organizando e procurando alternativas sustentáveis de produção desenvolvendo projetos que lidam com essa problemática.". A organização tem a preocupação em orientar os agricultores familiares para o uso de alternativas de produção sustentáveis e de tecnologias que buscam melhorar as atividades desses agricultores evitando a degradação ao meio ambiente.

A vertente sustentabilista também foi identificada nas entrevistas com os gestores da organização. O Coordenador EF2, quando questionado sobre uso de tecnologias para manejos florestais, criação de animais e cultivo de hortaliças para ajudar na defesa do desenvolvimento sustentável, respondeu: “[...] Na agroecologia se desenvolvem diversas tecnologias a partir do olhar e compreensão da realidade do território ou comunidade. A FASE-MT, ao longo dos anos, tem aprofundado o conceito de trabalhar com projetos a base de agroecologia e esta visão tem contribuído na defesa de um desenvolvimento sustentável.”. Os respondentes foram eloquentes em afirmarem que a tecnologia deve ser utilizada para as melhores práticas com o meio ambiente, inclusive apresentaram a agroecologia como uma das técnicas mais utilizadas pela FASE-MT em suas atividades junto às comunidades. Acreditam que agroecologia é primordial para a contribuição da organização na defesa de um desenvolvimento sustentável.

O Coordenador EF2 recriminou algumas práticas sobre as formas de uso de tecnologia limpas que os órgãos públicos e privados defendem e, no exemplo referente à tecnologia limpa dado durante a entrevista com EF2, ele reforçou que o discurso da organização em relação à postura sobre determinadas formas e uso dessas tecnologias que empresas consideram como limpas, são, de fato, contra a sociedade e o meio ambiente, conforme relatos a seguir:

Recriminamos algumas práticas de tecnologia limpa, que órgãos públicos e empresas, usam dizendo que é uma prática sustentável, pegamos como exemplo a empresa X produtora de etanol no município de Barra do Bugres, a vinhaça e seus componentes químicos é lançado no tanque que funciona para filtrar as impurezas e depois ser lançado no solo, e depois isto vai para o rio e lençol freático, etc, sabemos que essas impurezas não são totalmente descartadas e isto polui o ambiente. Isto não é de fato prática de tecnologia limpa. Por outro lado essas empresas, como contrapartida, desenvolvem projetos sociais como contrapartida para a sociedade local, mas sabemos que isso são práticas para compensar as ações de impactos negativos ao meio ambiente.

A discussão do uso de tecnologias limpas também é uma característica da visão de “saber ambiental” em Foucault, principalmente quando se trata do seu caráter inovador, o que não foi identificado na organização. A discussão deste estudo é coerente com o que foi observado na fala do Coordenador EF2 sobre relacionar o uso de tecnologias limpas da FASE-MT como sustentabilista. Esses fragmentos, que indicam a presença dessa concepção, identificados nos documentos e nas entrevistas vão ao encontro dos dados registrados na observação-participante na gestão da organização e no curso de agroecologia no assentamento em Araputanga-MT, pois foi constatado que a agroecologia é vista com uma tecnologia a ser aplicada e difundida entre os agricultores.

A FASE-MT promove cursos de agroecologia nas comunidades rurais e possui, no município de Pontes e Lacerda-MT, um centro de tecnologia alternativa. Em síntese, a concepção sustentabilista está presente, pois a organização busca desenvolver o uso de tecnologias sustentáveis

para a diminuição da degradação ambiental, conforme orienta Diegues (1998) e Gómes-Pompa e Kaus (2000) que defendem que as áreas naturais devem ser úteis para a sociedade se utilizadas com tecnologias sustentáveis.

A visão do “saber ambiental” em Foucault está presente na atuação da FASE-MT. No documento Cadernos de Debates 01: Visões Alternativas ao Pagamentos por Serviços Ambientais: Núcleo Justiça Ambiental e Direitos – FASE (2013) apresenta-se um discurso ambiental bem consolidado e coerente, em conformidade com o verificado nas ações e práticas da organização. De acordo com a descrição no documento, “Uma outra economia e os comuns”, Jean Pierre Leroy – Fase (p. 39-43) informa que “Devemos tentar articular o debate político ao debate preciso e concreto sobre as estratégias econômicas das comunidades e grupos sociais” (2013, p. 43). Na atividade de campo em Araputanga-MT foi observada a busca pela formação e qualificação dos agricultores.

No curso, aberto a toda comunidade, verificou-se o respeito à religiosidade mística ao discutir a relação entre as religiões africanas e indígenas e o respeito pela natureza. Exemplo disso está no fato de que, em uma das falas da técnica da FASE-MT, responsável pelo curso, ela se dirigiu às agricultoras familiares salientando que não se deve ter preconceito com as religiões indígenas e africanas e finaliza dizendo “Deus está na natureza”.

Foi identificada a presença de um discurso ambiental consolidado, o que define a presença estratégica da base teórica do “saber ambiental” na FASE-MT. Os colaboradores proferiram discurso político bem articulado e procuraram repassá-lo aos parceiros e atores envolvidos nas atividades de gestão da organização.

Leff (2002; 2006) apresenta a preocupação com a religiosidade mística e com o “saber ambiental”, o que parece sustentar a posição da FASE-MT em respeito às religiosidades e também ao fortalecimento do discurso e empoderamento das comunidades envolvidas com a organização.

Nas entrevistas com os coordenadores foi identificada a influência da teoria socioeconômica na orientação dos colaboradores e o modo de atuar da FASE-MT. A relação da FASE-MT com os seus financiadores parece amistosa. Estes, na medida do possível, participam das atividades da organização e os financiadores internacionais acompanham as ações da organização por meio de relatórios que são enviados regularmente. O Coordenador EF2 salientou o diálogo e a relação de confiança existentes entre a organização e seus financiadores e da importância da troca de experiências nas atividades que os financiadores participam quando possível.

O público-alvo participa de forma orgânica. Exemplo é a participação nas assembleias e na discussão dos planejamentos, conforme apontou o Coordenador EF1: “[...] participam, nos fazemos

o planejamento sempre ouvindo eles, como a organização envolve outras formas, assembleia e tudo, quando eles vêm, nos vemos como atendê-los, se tem algum problema, eles participam.”. Essa relação próxima com os financiadores evidencia a busca pelo equilíbrio socioeconômico e a participação na gestão da organização, características e indicadores que sustentam a presença da visão socioeconômica de Marx, conforme exposição de Leff (2002; 2006).

Durante o processo de observação na sede da FASE-MT, em Cáceres-MT, e na atividade de campo em Araputanga-MT foi flagrado o discurso comunista e socialista com características marxistas, e também a importância da relação dos agricultores com o meio ambiente. Esse discurso é estabelecido e fomenta a racionalidade e o “saber ambiental” de forma indireta, partindo mais dos colaboradores, pois não é institucionalizada essa característica, posto que não se apresenta nos documentos. Leff (2002) adota essas características como pertencentes à visão marxista, posto que possibilita a abertura de estudos estruturais e sociais das populações envolvidas.

As características da racionalidade ambiental em Weber foi registrada apenas na entrevista com os coordenadores, o que permite inferir que essa posição tem pouca influência nas ações da FASE-MT. Segundo os entrevistados, a organização prima pelos recursos biológicos e culturais e também respeita e incentiva a diversidade política e a cultura dos integrantes e público-alvo. Eles concordam também que um dos seus elementos principais é a distribuição da riqueza entre os atores sociais. O Coordenador EF2 salientou em sua fala “[...] é evidente que se formos contratar qualquer técnico vamos colocar alguns princípios da FASE-MT.”, o que indica que não seria contratado um técnico que não se alinhe com os princípios e posicionamentos políticos da FASE-MT, mesmo EF2 reiterando que a organização acredita no diálogo democrático e respeito à pluralidade de pensamentos.

O compromisso ecorrealista não influencia nas ações da FASE-MT, porém foram encontradas nas entrevistas evidências dessa posição nas ações da organização. A organização mantém diálogo com a comunidade, conforme as respostas dos entrevistados. O Coordenador EF2 adiantou, contudo, que a organização não dialoga com a classe empresarial. A participação nos conselhos é a forma mais destacada de participação e interação com a comunidade por parte da FASE-MT. A presença da organização em diversos conselhos tanto no município de Cáceres-MT quanto no Estado de Mato Grosso indica uma importante característica ecorrealista, conforme observado por Viola (1987; 1982). Outra evidência ecorrealista é a defesa do cooperativismo. Os entrevistados ressaltaram essa característica da FASE-MT, conforme o Coordenador EF1: “[...] com associativismo também.”. Já EF2 disse que: “Sim, faz parte da metodologia da FASE-MT, a organização e o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, todo processo tem de ser coletivo

e debatido para trabalhar coletivamente.”. Viola (1987; 1992) afirma que o ecorrelismo defende o cooperativismo como forma de aproximação e interação entre as OAs e seu público-alvo.

O compromisso ecossocialista foi diagnosticado na FASE-MT por meio da fala dos coordenadores ao reiterarem que a organização é contra o sistema econômico capitalista. O Coordenador EF2 defendeu que o sistema vigente é um dos principais causadores da destruição da natureza. Na atividade de campo, no assentamento em Araputanga-MT, foi observado na fala de umas das colaboradoras, durante o curso de agroecologia, que a linha de ação da FASE-MT tende a denunciar os impactos do capitalismo, o que remete às indicações de Boff (1995) e Carvalho (1987) sobre as divergências dos pontos de vistas entre ecossocialistas e ecocapitalistas em relação ao sistema econômico.

Outra evidência ecossocialista é o apoio da organização à gestão participativa. Os coordenadores confirmaram a recomendação do uso dessa prática administrativa aplicada nas ações da organização e que esta prima pela gestão coletiva e compartilhada com os demais atores sociais. Estes relatos indicam a presença do compromisso ecossocialista discutida por Viola (1987; 1992), principalmente no que concerne à oposição ao sistema capitalista por meio dos discursos e práticas dos gestores da FASE-MT. Além disso, ambos os respondentes defenderam a autogestão como ferramenta administrativa a ser utilizada pela organização e seus atores sociais em seus projetos e foram categóricos em suas respostas sobre as práticas de autogestão em todas as atividades da FASE-MT.

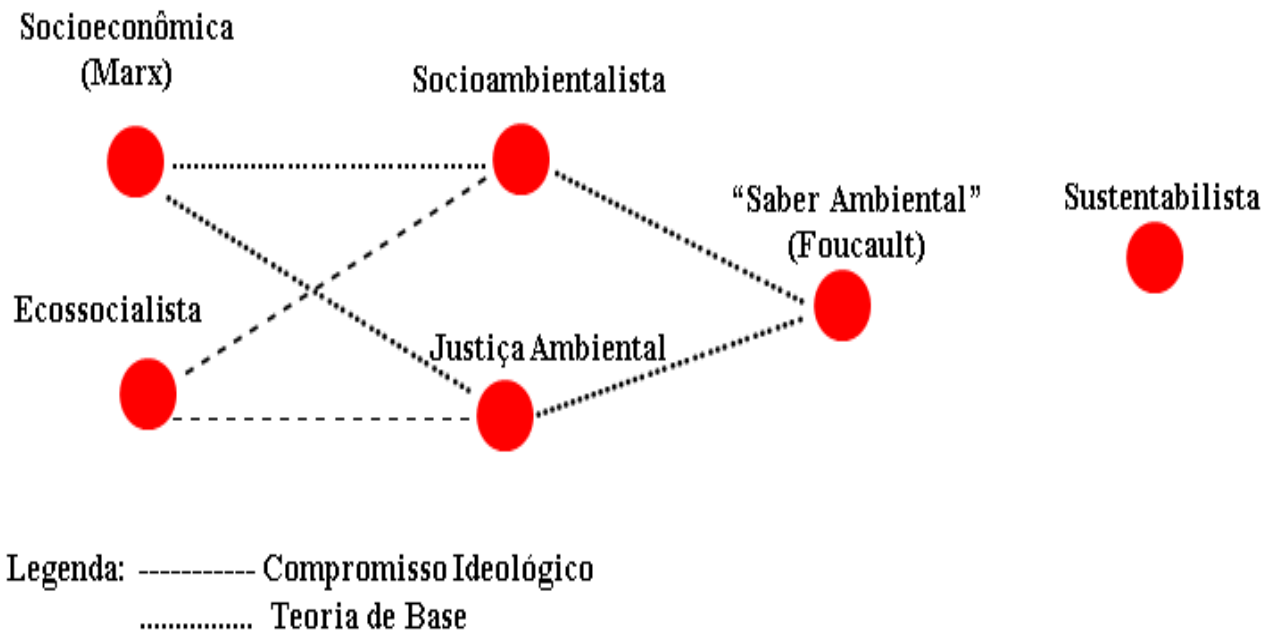
Não é possível afirmar que existem características da visão ecocapitalista nas ações da FASE-MT. O que existe, conforme os entrevistados, são parcerias com diversas agências estatais. A organização se utiliza dessa ação como cunho estratégico para as suas realizações, pois entende que é necessário manter esse diálogo dentro das atividades burocráticas.

As concepções ambientais identificadas com maior presença nas atividades da FASE-MT foram a socioambientalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental. A primeira é trabalhada de forma estratégica, posto que organização foi fundada tendo a socioambientalista como base e esta concepção está presente em todos os planejamentos e as ações dos projetos da organização.

A concepção sustentabilista, por sua vez, é identificada devido as características das ações de seus públicos-alvo e uso da agroecologia nos principais projetos de extensões da organização em Mato Grosso. A visão socioeconômica é identificada na organização, principalmente quando são considerados os conteúdos de fundo marxista coletados durante as observações das atividades de campo e de gestão e das entrevistas com os coordenadores.

Na figura 6 são apresentadas as as concepções ambientais, os compromissos ideológicos e as teorias de base identificadas com maior presença na FASE-MT.

Figura 5 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e as teorias de base mais presentes na FASE-MT.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A concepção socioambientalista tem a preocupação econômica e aproximação com os movimentos sociais como característica presente na organização. A justiça ambiental pode ser atribuída pelo fato de a organização discutir os direitos ambientais da sociedade para buscar diminuir as injustiças sociais. A vertente sustentabilista foi identificada por parte dos gestores e também nas atividades da organização devido a atenção voltada para o uso da agroecologia nos projetos da FASE-MT. A presença sustentabilista foi justificada porque a organização busca desenvolver e aplicar tecnologias sustentáveis como a agroecologia em seus projetos e práticas. Não foi identificada a presença da concepção conservacionista de forma relevante na organização, pois foi encontrada apenas em alguns documentos, cuja identificação tem a ver com características de atuação e do público-alvo.

O “saber ambiental” e a teoria socioeconômica fornecem sustentação às concepções socioambientalista e justiça ambiental. A primeira influencia o discurso ambiental, em especial quanto ao respeito às religiões por parte dos membros da organização e público-alvo; já a segunda, pelo modo participativo de tomada de decisões na execução dos projetos da FASE-MT.

Os compromissos ideológicos identificados foram o ecossocialista e ecorrealista, este com participação mais tímida. O compromisso ecossocialista é influente pois a organização se postula como contrária ao sistema capitalista e aplica e defende a autogestão em suas atividades e também pela forte presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental. Já o compromisso ecorrealista está presente pelo fato de a organização procurar manter diálogo com a sociedade por meio da participação de diversos conselhos.

Nas atividades da organização foram identificadas as concepções socioambientalista, justiça ambiental, sustentabilista e da teoria de base socioeconômica. Seguindo o que foi constado neste trabalho, as concepções pressupostas neste estudo foram parcialmente confirmadas. Apenas o socioambiental foi identificado na organização. Destaca-se, ainda, a presença da justiça ambiental, que não havia sido enunciada como uma possível concepção atuante na FASE-MT. Salienta-se ainda ausência da concepção conservacionista como influente nas atividades da organização.

5.3 Instituto Ouro Verde (IOV)

As concepções identificadas nas atividades do Instituto Ouro Verde (IOV) foram a socioambientalista, ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental e a sustentabilista. Os compromissos ideológicos identificados foram ecossocialista e o ecorrealista. São evidências dessa presença: preocupação da organização na melhoria da renda e na busca por fortalecer os agricultores e agricultoras familiares; pela procura em inserir as comunidades no contato com a sociedade e políticas públicas e fortalecer a relação entre elas; no incentivo para participação e interação dos movimentos sociais com a sociedade e na prática da autogestão e cooperativismo em suas atividades, características orientadas por Viola (1987; 1992), Diegues (1998) e Martínez-Alier (2007).

A figura 7 apresenta as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de bases identificados com as estratégias de pesquisa utilizadas.

Figura 6 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas no IOV.

Legenda: Socioambientalista – SC

Justiça Ambiental – JA

Sustentabilista – ST

Conservacionista - CO

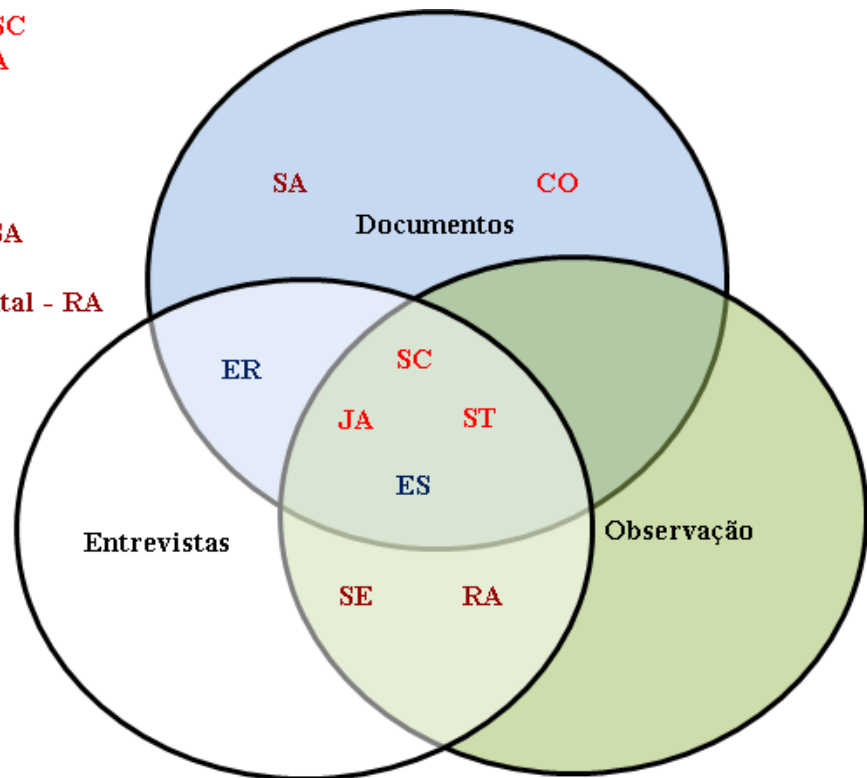
Ecosocialista – ES

Ecorrealista – ER

“Saber Ambiental” – SA

Socioeconômica – SE

Racionalidade Ambiental - RA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os indicadores socioambientalistas e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental estão presentes em todos os documentos analisados. A presença dessas concepções nas ações do IOV são importantes pois condicionam todas suas atividades. No Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) está descrito :

As ações fundiárias estão relacionadas basicamente a regularização de terras e a reforma agrária. Estas ações são consideradas essenciais na busca de um novo modelo de desenvolvimento no campo, tornando-o um espaço de paz, produção e justiça social. a distribuição e regularização de terras, mas que, junto a essas ações seja disponibilizado políticas públicas, de infra-estrutura e produção, especialmente capazes de orientar os (as) assentados (as) da reforma agrária. Além disso, deve-se criar mecanismos participativos e deliberativos de zoneamento e ordenamento territorial, garantindo a condição soberana do território, em definir os rumos e prioridades de ocupação de seu solo. (2010, p. 31).

Nessa citação foram identificados alguns elementos das concepções socioambientalista e justiça ambiental, pois se destacam a presença e a importância da criação de políticas públicas e a legislação para a busca de direitos sociais para os agricultores e agricultoras familiares.

A missão da organização redigida em seu Currilucum (p. 3-4) evidência as concepções socioambientalista e a justiça ambiental como concepções que regem as ações e atividades do IOV.

O Instituto Ouro Verde tem como finalidade a promoção da cidadania através do apoio às organizações populares rurais ou urbanas, formais ou não, estimulando a participação ativa,

crítica e construtiva do cidadão na sociedade. O foco de atuação é a participação social como base para o desenvolvimento sustentável atuando em diversas diretrizes: educação, produção de alimentos, meio ambiente, saúde coletiva, economia solidária e gestão do desenvolvimento.

A missão do IOV procura promover a diversidade social para a busca do desenvolvimento sustentável, o que demonstra o interesse da inserção das comunidades locais, característica discutida por Diegues (1998) como socioambientalista. Foi identificado nas atividades de gestão e de campo que há inserção das comunidades locais nos projetos, exemplo foram as reuniões em Carlinda-MT e Terra Nova do Norte-MT convocadas e organizadas pelas comunidades e seus núcleos-base. Outro exemplo está na apresentação da fase II do projeto “Sementes do Portal”. A atividade foi realizada com a participação dos movimentos sociais, tais como: Movimento das Mulheres Camponesas de Nova Canaã-MT; Comissão Pastoral da Terra e Associação de Agricultores de Nova Guarita-MT. A participação dos movimentos sociais em seus projetos remete a organização à importante característica socioambientalista mencionada por Diegues (1998; 2000).

O pronunciamento do Coordenador EI2 foi notadamente marcado pela presença da concepção justiça ambiental, ao dizer que a organização não tem experiência com inserção de comunidades tradicionais em áreas verdes. Trouxe, contudo, os dizeres: “[...] eu acho que a forma que a legislação brasileira vem tratando de tentar isolar estes povos não é bacana, uma coisa é assegurar o direito delas as terras, isto eu acho que é fundamental, faz parte da justiça com estes povos [...] Uma coisa básica é reconhecer o direito das pessoas dos espaços deles.”. Ao analisar a indagação de EI2, foi identificado que a justiça ambiental não é trabalhada de forma estratégica pela organização; o IOV busca mediar em suas ações a redução das injustiças ambientais ao tentar fortalecer a renda e buscar diminuir o isolamento dos agricultores das políticas públicas ofertadas pelos governos municipais, estadual e federal.

Sobre a concepção conservacionista, não foram encontrados muitos fragmentos que fundamentassem a sua presença nas ações do IOV. No entanto, é importante destacar o trecho do documento “Cartilha Sementes do Portal” (2013, p. 13)

O projeto trás consigo um outro entendimento sobre a relação entre homem e natureza. Defende que essa relação não deve ser de exploração e nem de depredação. Árvores não devem ser vistas como obstáculo. De fato, o sementes do portal vem consolidar a ideia que devemos trabalhar observando a natureza e definir as atividades agrícolas a partir do funcionamento da vida na natureza.

Dessa forma, a concepção conservacionista apresenta-se, principalmente, pela característica da organização em procura manter uma boa relação com a sociedade para a busca do desenvolvimento sustentável na aplicação dos seus projetos.

A concepção sustentabilista têm relevância nas ações do IOV, principalmente porque a organização tem como estratégia em seus projetos usar da tecnologia para avanços em defesa do desenvolvimento sustentável. No documento Planejamento do Instituto Ouro Verde 2013-2014 foram encontradas características e indicadores sustentabilistas:

Apoiar o processo de transição dos sistemas produtivos, incentivando a diversificação da matriz produtiva e o aumento de renda das famílias, tendo como princípio fundamental a agroecologia. [...] Que os grupos associados ao IOV possam articular novas comunidades e novos agricultores e agricultoras para compor estas iniciativas de produção, sejam elas individuais ou, preferencialmente coletivas. (2013, p. 24).

Constam nos projetos que o IOV informa que os fatores tecnológicos são usados para busca da promoção do desenvolvimento sustentável. O principal exemplo de tecnologia utilizada pela organização é a agroecologia. Foi observado, tanto na sede da organização quanto nas atividades de campo nos municípios de Carlinda-MT e Terra Nova do Norte-MT, que a agrofloresta é o tema central das atividades do IOV e está relacionado a técnicas de manejo de florestas, principal técnica do projeto “Sementes do Portal”, carro chefe financeiro da organização.

Um dos coordenadores do IOV relatou que o interesse da instituição é trabalhar com agrofloresta nas comunidades. A defesa da agrofloresta representa uma característica importante da concepção sustentabilista nas atividades do IOV e remete à preocupação da organização com o uso de tecnologias e serviços ambientais que ajudem a defender o desenvolvimento sustentável, orientação esta que vem a ser fundamentada por Diegues (1998) e Menezes (2008). O Coordenador EI1 quando questionado se há alguma tecnologia limpa aplicada na gestão ou atividade da organização, respondeu que é feito “[...] controle biológico, o uso dos produtos naturais nas hortaliças.”. E EI2 informou que são utilizados os sistemas agroflorestais (SAFs), tecnologia limpa usada de forma responsável e vital para as atividades da organização.

Foi verificado o uso das SAFs durante a observação nas atividades de campo em Carlinda-MT e Terra Nova do Norte-MT. O Coordenador EI2, ao ser questionado sobre uso de tecnologias para manejos florestais, criação de animais e cultivos de hortaliças para ajudar na defesa do desenvolvimento sustentável, apresentou, em suas respostas, noções da concepção sustentabilista:

Eu não gosto do termo desenvolvimento sustentável, é um termo que perdeu conotação política, crítica e revolucionária, é uma ideia revolucionária de repensar a sociedade, a sua forma de organizar e viver. Você não está reduzindo para uma dimensão técnica de mudar um pacote tecnológico que antes usava menos insumo, isto faz parte de uma discussão que é muito mais ampla do que isso, enfim, eu acho que sim a forma que como a gente maneja a floresta, conduz animais e produz hortaliças. Ela contribui para uma reflexão de mudança do comportamento da sociedade, com certeza sim, isto não é suficiente, mas isto faz parte.

Nesse relato foi identificada a preocupação com o uso das tecnologias, pois essa vertente ambiental é caracterizada por defender como alternativa o uso de tecnologias sustentáveis para

manejar melhor a floresta e fauna e, assim, proporcionar melhor discussão sobre desenvolvimento sustentável.

A visão do “saber ambiental” em Foucault está presente no IOV, como verificado no documento Planejamento do Instituto Ouro Verde 2013-2014 (s.d, p. 11).

A difusão de propostas que se dizem ‘sustentáveis’ faz com que as instituições precisem ter clareza quanto ao seu posicionamento frente a embate entre a ideia de aperfeiçoamento do sistema ou evolução da sociedade. Não se trata de dizer qual é a leitura que pode ser considerada correta, mas sim de ter coerência entre os princípios e as ações executadas.

Nesse trecho está demonstrado a preocupação do IOV em propor discussão sobre ações sustentáveis e empoderamento político nas comunidades com as quais a organização interage.

Os financiadores não participam da gestão da organização, fato que não representa uma característica da visão socioeconômica de Marx. Nas atividades de campo foi verificado que há a preocupação com a formação e aperfeiçoamento dos agricultores e a comunidade em geral, com a atenção voltada para lhes oferecer novos cursos técnicos e lhes apresentar tecnologias inovadoras. Conforme as respostas do Coordenador EI1, a organização prima pelos recursos biológicos e há o uso dos bens naturais na gestão e nas atividades, como observado neste relato: “A gente tá buscando isto, talvez mais, por exemplo, aqui embaixo no SISCOS foi feita pintura com terra água e cola, o SISCOS busca isto, tipo as caixas de ovos voltarem, as embalagens voltarem.”. De acordo com a fala de EI1, a organização precisa melhorar suas atividades com o uso dos bens naturais e por meio dos projeto Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS) isso será possível.

Ambos coordenadores são unânimes em dizer que a organização incentiva a pluralidade política e a presença de diferentes culturas. Foi constatada durante a observação das atividades a presença de diversas culturas e ponto de vistas diferentes dentro da organização, isto é uma importante característica da visão de racionalidade ambiental, conforme discutida por Leff (2002; 2006).

No documento “Curriculum IOV” são encontradas características da visão ecorrealista discutida por Viola (1987; 1992): “A) Movimento de Mulheres Camponesas (Nova Canaã do Norte); B) Comissão Pastoral da Terra (Terra Nova do Norte) [...]; F) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lucas do Rio Verde.” (s.d., p.8). Foi diagnosticada no mesmo documento a participação e articulação com a sociedade, de acordo com o registro das parcerias com diversas organizações sociais e participação em redes e fóruns. Sendo assim, infere-se que o IOV, de acordo com seu interesse, relaciona-se e interage com a sociedade por meio de projetos.

Conforme os entrevistados, o IOV se relaciona com a sociedade e com as agências estatais, exemplo disto foi o relato de EI1

Sim, de alguma forma sim, em momentos pontuais [...] por que a gente passou por muitos momentos de apropriação indevida, de manipulação do negócio, então a gente tem receio, por exemplo a gente tá fazendo um processo de parcerias com IFMT, EMBRAPA, claro que a EMBRAPA tem uma concepção então em que o momento a gente pode fazer alguma coisa junto.

Constata-se, no na fala de EI1, ao fazer o registro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um forte indicador ecorrelista: a interação com órgãos públicos, sindicatos e movimentos sociais por meio de projetos. Esse diálogo com a sociedade é visto como importante para as ações do IOV, porém são realistas e têm dificuldade em se envolver com setores da sociedade fora de suas ações, participa e dialoga apenas com setores e membros da sociedade que fazem algum trabalho direto com a organização.

A visão ecossocialista foi registrada na presença de diversos indicadores e características, tais como: a noção de cooperativismo, o uso da gestão participativa, presença da autogestão e posição contrária ao sistema capitalista. No documento Planejamento do Instituto Ouro Verde 2013-2014 (s. d, p. 15) consta:

2.1.2 Estrutura de gestão: os núcleos de base Durante a sua história, o IOV foi percebendo uma necessidade de não apenas modificar sua forma de atuação, mas também incorporando em sua própria estrutura administrativa a participação das comunidades diretamente envolvidas com suas ações. Assim, o IOV foi pouco a pouco transformando-se de uma organização estritamente técnica, em uma organização mista, envolvendo técnicos e agricultores.

O IOV busca fortalecer e praticar o cooperativismo em suas ações e em seus projetos incentiva esta ação entre os seus parceiros e atores sociais. É marcante a presença do discurso em favor do cooperativismo, como foi observado nos diversos documentos analisados. Destaca-se como exemplo o trecho disposto no PTDRS (2010, p. 38) “Programa de fortalecimento do cooperativismo, envolvendo: capacitações e apoio para estruturação de cooperativas. [...] Discussão sobre cooperativismo de crédito no Portal da Amazônia, com enfoque na agricultura familiar e economia solidária.”. Este recorte apresenta a preocupação com a noção sobre cooperativismo do IOV que, conforme Viola (1987; 1992), é uma das características do compromisso ecossocialista.

O Coordenador EI2 afirmou que o IOV defende o cooperativismo, ao dizer que: “a ideia de cooperação ela está embutida no *modus operandi* do IOV...”. EI2, por sua vez, argumentou sobre gestão participativa: “A nossa essência como necessidade como estratégia daquilo que a gente acredita...”. A gestão participativa e cooperativismo são incentivados tanto nas ações da organização quanto para os membros das comunidades envolvidas em seus projetos. EI2 apresentou a autogestão como grande objetivo do IOV. Ele afirmou em sua entrevista que: “[...] Toda ação do IOV é direcionada que as comunidades avancem no processo. A palavra autogestão na minha concepção carrega o peso do instituto e o instituto carrega o peso da palavra.”.

Foi observado nas atividades de campo que o IOV trabalha com o cooperativismo, pois tem a intenção de criar uma cooperativa entre os envolvidos no projeto “Sementes do Portal”, sendo que o IOV só manterá relações comerciais com membros dessa futura cooperativa.

Foi detectada também a gestão compartilhada. Os projetos não foram feitos somente pelo IOV, e sim juntos com a comunidade, com o conselho de gestão, conselho local, conselho com funções bem específicas. Para formação desses órgãos colegiados é necessário ter no mínimo três pessoas: uma para execução do projeto, outra para comercialização e outra para comunicação. Foi verificado que a organização busca ser o ponto de contato entre a sociedade e os agricultores e agricultoras familiares, citam-se projetos importantes da instituição, cuja função é estreitar estes laços como SISCOS e “Sementes do Portal”. Viola (1987a) relata que o elo entre as comunidades e sociedade é uma característica da visão ecossocialista.

Há participação do público-alvo nas atividades do IOV, conforme registrado na fala de EI2, ao responder sobre a participação do público-alvo na gestão da organização,

O IOV só trabalha com comunidades que estão intrinsicamente envolvidas com a estrutura da organização, Apiácas-MT, Carlinda-MT e Alta Floresta-MT eles fazem o que a gente chama de núcleo de base do IOV, eles tem membros naquela comunidade associados ao IOV. Então o IOV na verdade é a mistura de técnicos com agricultores e a gente não trabalha onde não tem núcleo-base[...].

Para fundamentar essa característica da visão ecossocialista, foi observado nas atividades de campo que os agricultores tomam as decisões dentro da organização por meio do “núcleo-base”, importante ferramenta de articulação das atividades da organização com os agricultores e agricultoras familiares que participam dos projetos da instituição, tanto no SISCOS quanto no projeto “Sementes do Portal”. O IOV não impõe um projeto, tudo é discutido com o público-alvo, exemplo dessa discussão foi a reunião na comunidade Nazaré em Carlinda-MT, organizada pelo “núcleo-base”. A relação com público-alvo é forte e utilizada como um dos pilares estratégicos das ações do IOV. Percebe-se a característica do compromisso ecossocialista discutida por Viola (1987; 1992).

O IOV se posiciona, conforme os entrevistados, contrários ao sistema capitalista, o que reporta a mais uma característica ecossocialista e, conseqüentemente, é contrária ao compromisso ecocapitalista.

Durante as atividades de observação, foi percebido que são estabelecidas relações com agências estatais, porém estas são meramente pontuais. Foi ainda verificado o acordo para comercialização de produtos entre o IOV e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

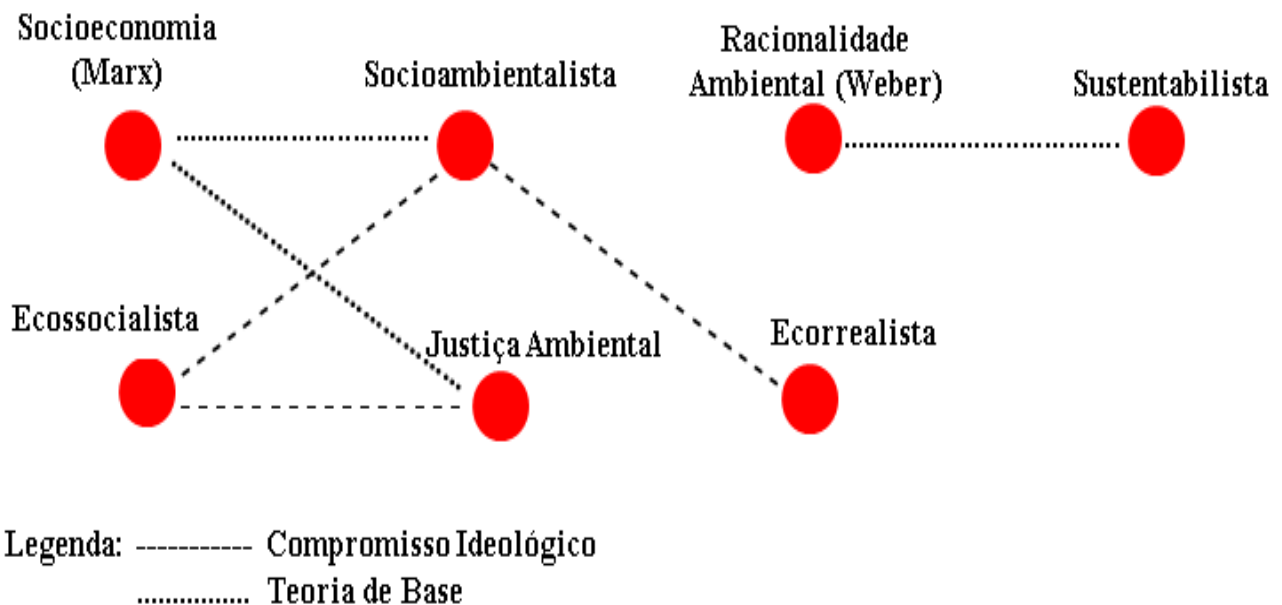
De acordo com Gómez-Pompa e Kaus (2000), os agricultores familiares não são homogêneos, são grupos com características e origens culturais diferentes, o que demanda distintas

pesquisas e educação ambiental. Essa constatação resulta nas diversas características de concepções ambientais encontradas no IOV, devido a organização trabalhar diretamente com este público heterogêneo.

Os pressupostos deste trabalho foram corroborados com a presença das concepções sustentabilista e socioambientalista, bem com a presença das características do compromisso ideológico ecossocialista nas ações do IOV. Também foi diagnosticada a concepção ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental, embora esta não seja tratada de forma estratégica pela organização e do compromisso ecorrealista.

Na figura 8 estão expostas as concepções ambientais, os compromissos ideológicos e as teorias de base mais presentes no IOV.

Figura 7 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e as teorias de base com mais presença no IOV.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, as concepções ambientais mais presentes são a socioambientalista e a justiça ambiental, por meio das quais a organização procurar discutir e propor políticas públicas que possam garantir os direitos sociais e ambientais das comunidades. A concepção sustentabilista é outra concepção recorrente no IOV devido ao uso das tecnologias sustentáveis como as práticas agroecológicas em seus principais projetos como o “Sementes do Portal”.

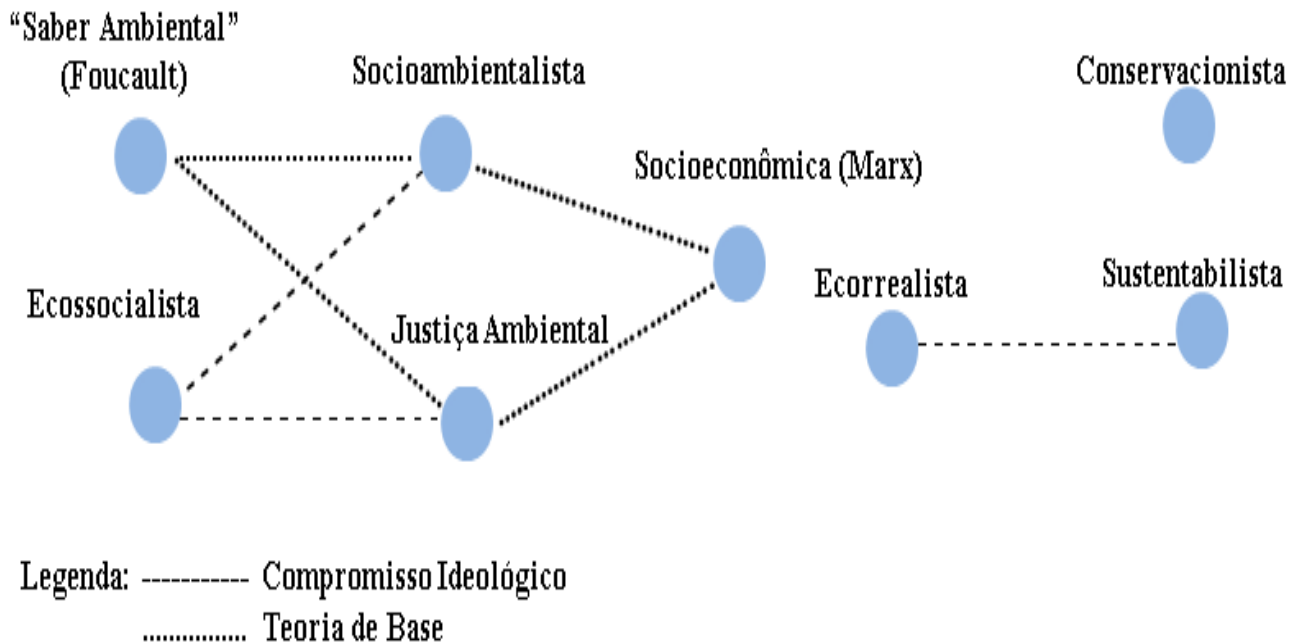
O compromisso ideológico ecorrealista destaca-se na organização pela sua interação e relacionamento, de acordo com as suas atividades e projetos em execução, com a sociedade e movimentos sociais. A posição ecossocialista fundamenta a presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental por meio das práticas da gestão compartilhada, tendo como exemplo a criação e execução dos “núcleos-base”. A teoria de base do “saber ambiental” busca empoderar politicamente os membros das comunidades que interagem com o IOV. Já a teoria da racionalidade ambiental se caracteriza pela defesa da pluralidade política entre os membros da organização e seus parceiros.

5.4 Síntese dos Resultados

Foram discutidas neste estudo cinco concepções ambientais: preservacionista ou “culto ao silvestre”, conservacionista, sustentabilista, socioambientalista, justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres. Três concepções teóricas que dão sustentação às concepções ambientais: racionalidade ambiental em Weber, “saber ambiental” em Foucault e socioeconômica em Marx e quatro compromissos ideológicos: ecorrealista, ecossocialista, ecocapitalista e ecofundamentalista. Nem todas foram encontradas nas três organizações pesquisadas. O compromisso ecocapitalista não foi identificado em nenhuma delas.

Na figura 9 são apresentados os resultados com base na análise documental.

Figura 8 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas nos documentos.

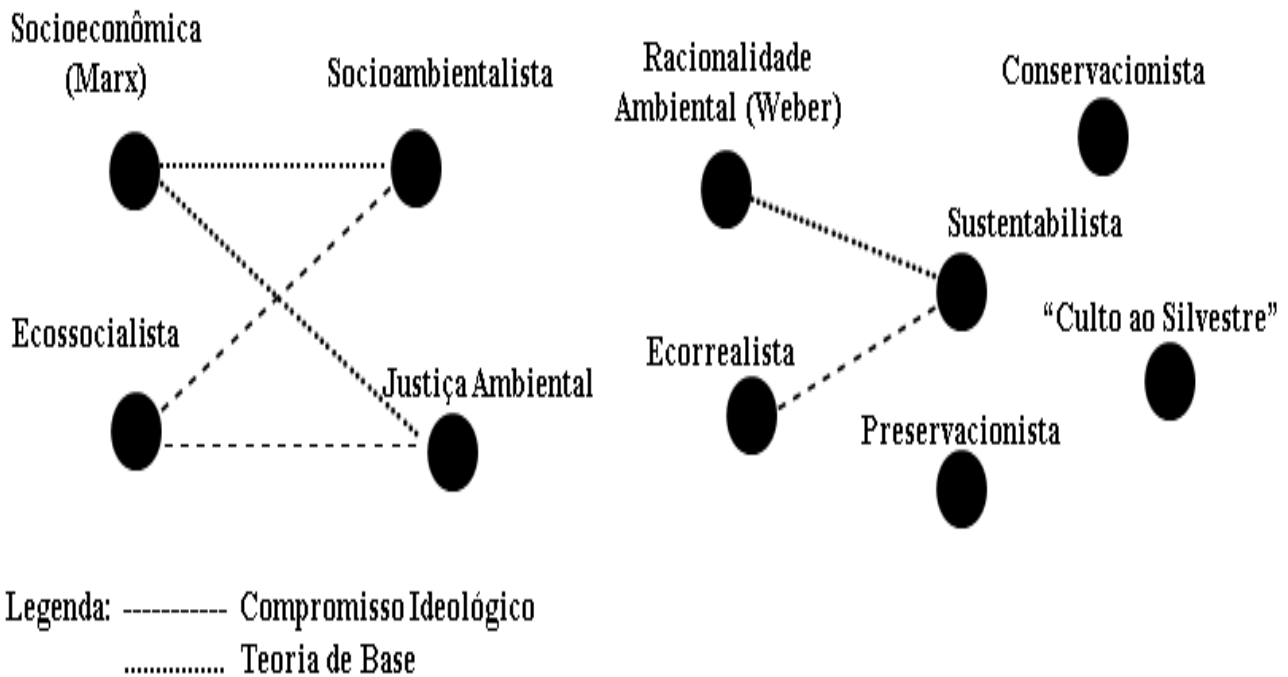


Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram encontradas diversas concepções ambientais nos documentos das organizações. Infere-se, desse modo, que há uma dispersão de indicadores que caracterizam essas presenças. Em todos os documentos das três organizações destacaram-se as concepções socioambientalista e justiça ambiental. Foram identificados também indicadores da presença da concepção sustentabilista. Em relação aos compromissos ideológicos, verificou-se indicadores da presença ecosocialista na Kanindé e IOV, além de fraca presença ecorrealista. Em termos de teoria de sustentação de concepção, identificou-se a presença do "saber ambiental".

Na figura 10 são apresentados os resultados com base nas entrevistas.

Figura 9 - Concepções ambientais compromissos ideológicos e teorias de base identificadas a partir das entrevistas.

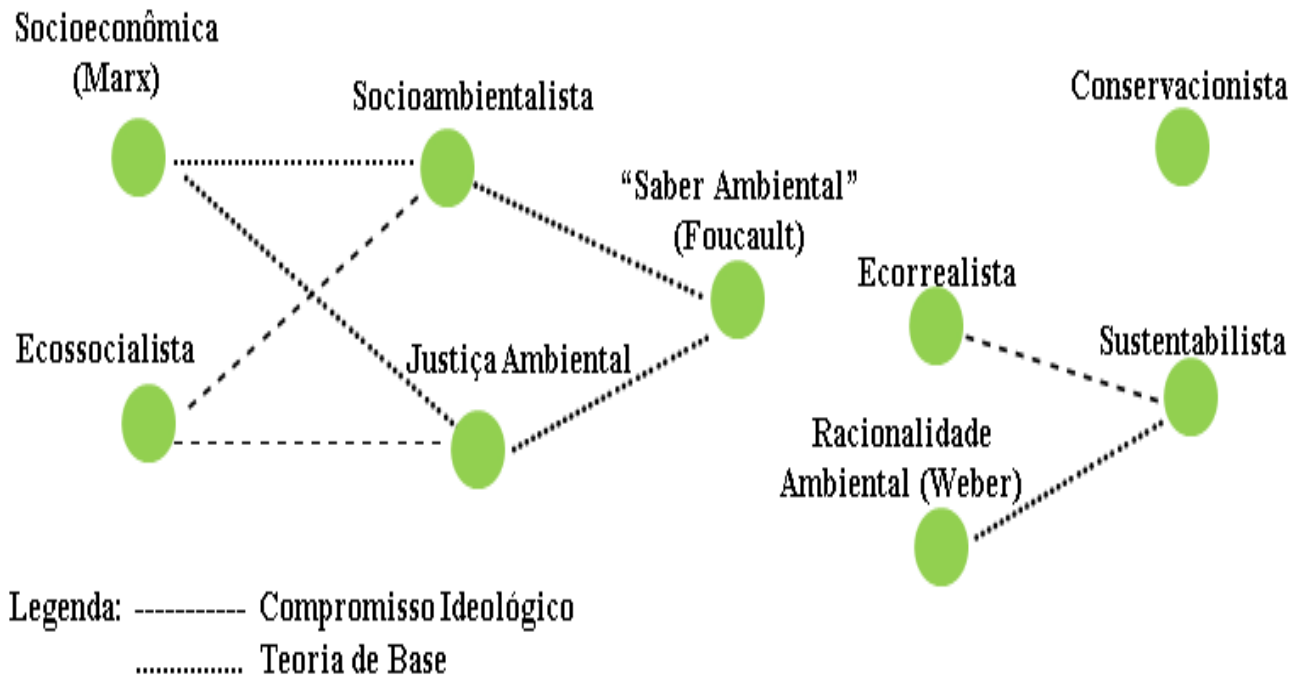


Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram registradas diversas concepções ambientais, compromissos e teorias nas entrevistas realizadas com os coordenadores das três organizações, conforme figura 7. As características das concepções socioambientalista, justiça ambiental e sustentabilista foram destacadas pelos gestores das organizações, isto pode ser justificado pelas experiências desses coordenadores e também pelas propostas documentais das organizações. O compromisso ecosocialista é mais presente nas ações dos gestores, o que os aproxima das concepções sociambientalista e justiça ambiental, já a presença ecorrealista é percebida devido a forte presença da concepção sustentabilista. A base teórica que sustenta a visão dos gestores é a socioeconômica e da racionalidade ambiental que condicionam a presença da concepção sustentabilista.

Na figura 11 são apresentados os resultados com base na observação durante as atividades de gestão e campo das organizações.

Figura 10 - Concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas durante a observação-participante.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As práticas das organizações são pautadas pelas concepções socioambientalista e justiça ambiental, pois elas possuem caráter de auxiliar as comunidades e seus públicos-alvos em questões de direitos para a redução de injustiças ambientais e sociais e fortalecimento da renda. A concepção sustentabilista é identificada pela uso de técnicas agroecológicas com tecnologia limpa e sustentável. O compromisso ideológico ecosocialista aparece devido a forte presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental. O compromisso ecorrealista é identificado, pois esse compromisso ideológico pode ser relacionado à presença da concepção sustentabilista. A teoria de base socioeconômica em Marx e “saber ambiental” em Foucault sustentam o aparecimento das concepções socioambientalista e justiça ambiental principalmente no que foi observado na gestão da FASE-MT.

Foram encontradas concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base nas atividades das organizações. Destacam-se as concepções socioambientalista e justiça ambiental, presente nas três organizações. A concepção sustentabilista foi identificado nas organizações FASE-MT e IOV; a conservacionista na Kanindé. O compromisso ideológico mais presente nas três organizações foi o ecosocialista; o ecorrealismo foi identificado nas atividades da FASE-MT tendo como base teórica de sustentação a visão socioeconômica.

Nas figuras 12 e 13 são sintetizados os achados para concepções, compromissos ideológicos e teorias de base encontrados.

Figura 11 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas.

Legenda: Socioambientalista – SC

Justiça Ambiental – JA

Sustentabilista – ST

Conservacionista – CO

Preservacionista – PR

“Culto ao Silvestre” – CS

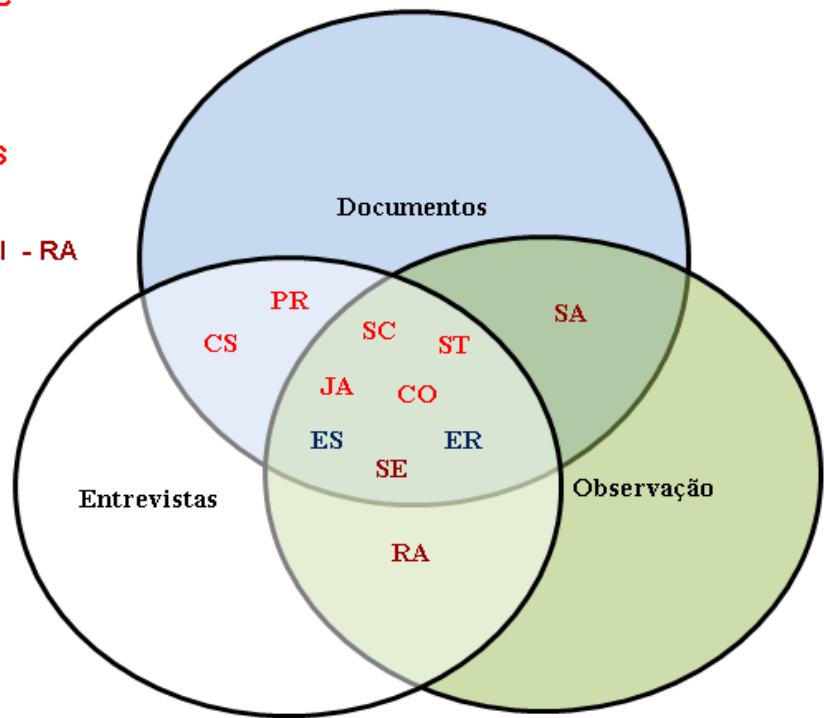
Ecossocialista – ES

Ecorrealista – ER

Racionalidade Ambiental – RA

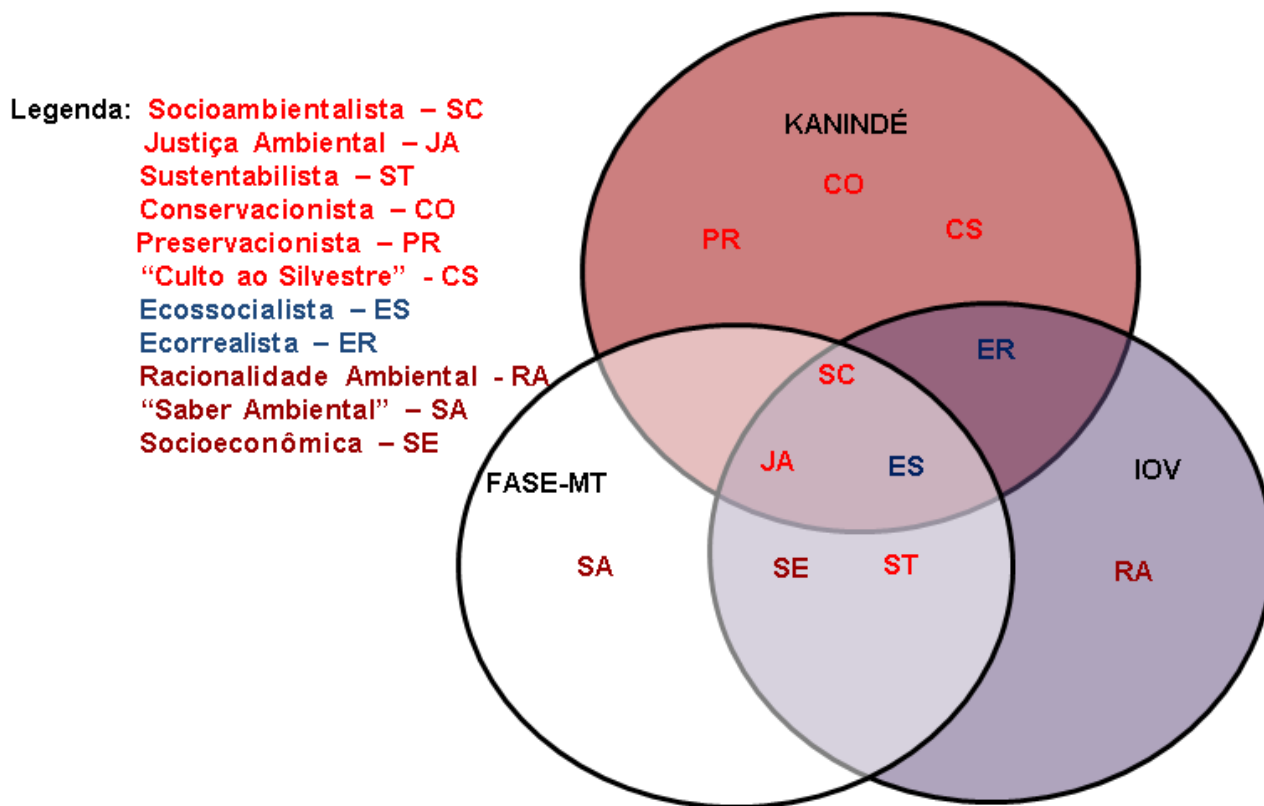
“Saber Ambiental” – SA

Socioeconômica – SE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 12 - Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base com maior presença nas organizações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Há presença das concepções socioambientalista, justiça ambiental, sustentabilista e conservacionista, assim como dos compromissos ideológicos ecosocialista e ecorrealista com base nas três estratégias de pesquisa. O compromisso ecosocialista sustentando as concepções socioambientalista e justiça ambiental e o ecorrealismo como base para a sustentabilista também são presentes. Já a concepção conservacionista não se relaciona com nenhum compromisso ideológico, sua presença é apenas na Kanindé, provavelmente pelo fato de a organização trabalhar com os povos indígenas.

A socioeconomia em Marx se destaca perante as demais teorias de base devido a forte presença das concepções socioambientalista e justiça ambiental. A racionalidade ambiental em Weber é identificada apenas nas entrevistas, o que pode ser inferido que essa teoria não é disseminada nas organizações. O “saber ambiental” em Foucault, apesar de sua presença nas ações da FASE-MT e IOV, deve ser discutido mais acuradamente pelas organizações, principalmente no que se remete aos gestores e práticas das organizações.

As concepções identificadas nos documentos das três organizações convergem com as diagnosticadas nas suas práticas. De acordo com as informações coletadas, sejam nos documentos

ou durante a observação-participante, pode se afirmar que as organizações aplicam em suas atividades o que é proposto nos projetos. Nas entrevistas com os gestores foram identificadas a presença de várias concepções, além das encontradas nos documentos e na observação-participante, o que provavelmente acontece pelo fato de os gestores terem pontos de vistas advindos de múltiplas outras experiências convivências durante a realizações de atividades nas organizações.

Sobre as similaridades, contextualizou-se que as concepções preservacionista e “culto ao silvestre” possuem diversas semelhanças e são sustentadas pelo compromisso ecofundamentalista. A principal delas é a defesa da natureza intocada, conforme discutida por Diegues (1998). Essas concepções foram identificadas apenas na Kanindé pelo fato de ser esta organização a única, dentre as três pesquisadas, a desenvolver suas atividades com povos indígenas, que necessitam de parte de seu território preservado para perpetuação de suas culturas. Apesar disso, não é possível afirmar que essas concepções influenciem na atuação e gestão dessa organização. Em duas organizações, FASE-MT e IOV, não foram encontrados nenhum indicador relevante das concepções, preservacionismo, “culto ao silvestre” e compromisso ideológico ecofundamentalista.

A visão de “saber ambiental” em Foucault e compromisso ideológico ecorrealista amparam à concepção sustentabilista no que se refere ao uso de inovação e de tecnologias limpas e à abordagem da autogestão, fatos presentes nas ações das três organizações estudadas.

Em relação as divergências, constatou-se as diferenças entre as concepções preservacionista e conservacionista são bem evidentes, a primeira é baseada na natureza intocada (biocêntrica), a segunda, por sua vez, permite o manuseio da natureza para fins econômicos e sociais (antropocêntrica). A Kanindé, tem como ponto forte ações que autorizam o uso do meio ambiente com responsabilidade, permitindo a interação humana com os bens naturais, característica conservacionista conforme descreve Branco (1999); Cunha e Coelho (2005) no quadro 3 “Estratégias preservacionistas e conservacionistas”.

No IOV verificou-se as presenças das socioambientalista e sustentabilista. A diferença entre elas está no fato de que a aproximação com políticas públicas é marcadamente socioambientalista e a presença da interação com a tecnologia em apoio ao crescimento econômico é uma das características sustentabilistas.

O IOV, no que se refere à interação com público-alvo e ao posicionamento sobre o sistema econômico, evidenciou somente o compromisso ideológico ecossocialista. Os ecorrealistas são apoiadores da interação com a sociedade por meio de projetos, características encontradas no IOV, já os ecossocialistas divergem completamente dos ecocapitalistas.

Os ecossocialistas são ligados a partidos políticos, contrários ao sistema capitalista, e as ações são marcantes nas três organizações. O compromisso ecocapitalista é, por conseguinte, negado pelas organizações pesquisadas, a única característica desta posição presente nas organizações é a aproximação com as agências estatais, que, neste caso, são realizadas devido as atividades estratégicas destas organizações e por isso não foi possível evidenciar essa característica de aproximação com as agências estatais pelas organizações como presença ecocapitalista. Esta é o oposto do compromisso ecossocialista em relação ao pensamento do sistema econômico vigente, conforme discutido por Carvalho (1987) e Mebratu (1998).

Na FASE-MT verificou-se a presença da visão socioeconômica em Marx constante no discurso dos colaboradores, pois, dentre as três organizações, nela foi verificada maior profundidade com as questões marxistas. Já a concepção sustentabilista foi destacada pela defesa da agroecologia como tecnologia a ser utilizada nos projetos da organização junto as comunidades.

Essas similaridades e divergências entre as concepções ambientais e compromissos ideológicos contribuíram para a discussão teórica e estudo de campo aplicado nesta pesquisa. As OAs indiretamente apresentam essas características e indicadores das diversas concepções ambientais em seus documentos, nas entrevistas e no que foi observado nas atividades de campo e gestão. Essas particularidades opostas ou não possibilitaram a identificação de várias concepções ambientais com maior ou menor relevância nas organizações investigadas.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Neste item do trabalho estão expostas as considerações acerca da pesquisa em consonância com os propostos no problema, nos objetivos geral e específicos e nas suposições e pressupostos. Em seguida, são apresentadas as proposições para futuras pesquisas que possam ser realizadas a partir das análises provenientes da discussão contida nesta dissertação.

6.1 Conclusões

Fazer uma pesquisa sobre as concepções ambientais em OAs foi uma tarefa árdua e desafiante devido às poucas discussões que foram constatadas sobre o tema, o que a tornou ainda mais interessante e gratificante. Estudar as concepções ambientais presentes na atuação das OAs contribui para aprimoramento da gestão de suas atividades e projetos, podendo, assim, alinhar o discurso com suas práticas na relação com os outros atores sociais. Existem diversas concepções, compromissos ideológicos e teorias de sustentação, o que remete à dificuldade de se identificar apenas uma concepção ambiental em organização ambientalista.

As contribuições práticas e acadêmicas do trabalho são justificadas pela necessidade de se realizar pesquisas com esses tipos de organizações e aportes teóricos, posto que, conforme discutido no trabalho, não há registros de muitos grupo de pesquisas e de autores que procuram discutir essas temáticas.

É cada vez mais importante a discussão sobre o movimento ambientalista, sustentabilidade e OAs, pois essas organizações estão presentes cada vez mais na sociedade. Nesse sentido o trabalho vem contribuir de forma prática para o entendimento da atuação e gestão desses tipos de organizações.

O problema, objetivos e pressupostos do trabalho foram atendidos de forma prática e teórica. Para melhor explanação dessas questões, nos parágrafos seguintes serão discutidos cada um desses aspectos nas organizações pesquisadas.

Na Organização Kanindé, a concepção mais internalizada é a socioambientalista. O conservacionismo, também presente, pode ser compreendido como influência das características das entidades e etnias que demandam os trabalhos nas organizações e pelas particularidades dos atores sociais envolvidos. A concepção sustentabilista é recorrente apenas nas entrevistas, é importante que a organização compreenda como pode ser aplicado as características dessa concepção em suas práticas.

As concepções predominantes na Organização FASE-MT são a socioambientalista, ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental. No entanto, a organização se postula apenas como socioambientalista, mesmo com a forte presença de características de justiça ambiental e sustentabilista. Esse fato provavelmente decorre da falta de maior aprofundamento nos discursos dos autores que defendem essas concepções.

As concepções ambientais com maior presença na Organização IOV são a socioambientalista e ecologismo dos pobres e/ou justiça ambiental. Isto decorre pelo fato de a organização buscar o crescimento e distribuição da renda dos agricultores e agricultoras familiares atendidos pela organização. O compromisso ecorrealista está associado ao fato de a organização buscar interação com a sociedade por meio de projetos. Pela convergência das concepções identificadas nos documentos e de observação, pode-se afirmar que a organização coloca em prática o que se discute em seus projetos.

Em termos gerais, foi constatado que as concepções presentes na atuação e gestão das organizações investigadas são a socioambientalista e ecologismos dos pobres e/ou justiça ambiental sustentados pela compromisso ecossocialista.

As concepções ambientais não são discutidas em caráter estratégico nas organizações, principalmente em relação à concepção justiça ambiental, o que tem como consequência uma certa dissonância entre o discursos de seus membros e suas práticas.

As concepções ambientais e compromissos ideológicos com maior presença são convergentes em muitas características, como, por exemplo, trato com os atores sociais, direitos ambientais e humanos e preocupação com desenvolvimento sustentável e distribuição de renda.

Foi identificada a presença das três teorias bases nas organizações, seja com maior ou menor destaque nas atividades. No entanto, apesar de presentes, não foi diagnosticado o conhecimento sobre os conceitos dessas vertentes pelas organizações e seus colaboradores.

Esses resultados trazem implicações práticas na forma como as organizações investigadas poderão usar este estudo para suas discussões, no que tange à forma com que elas tratam as concepções ambientais identificadas em suas atividades.

Este estudo também poderá ser útil para pesquisas futuras nas temáticas aqui discutidas. Servir como base para estabelecer como pode ser discutida as concepções ambientais nas OAs, como pode ser organizada uma pesquisa com essas perspectivas qualitativas e desse perfil de organizações entre outros.

6.2 Sugestões

Este estudo buscou apresentar contribuições sobre as concepções ambientais na gestão e atuação de OAs. A pesquisa investigou três OAs da região amazônica, por meio de estratégias de pesquisa qualitativa. Diante disso, sugere-se que sejam realizadas novas investigações com as seguintes abordagens:

- 1) Nova pesquisa para compreender as divergências entre as concepções ambientais e compromissos ideológicos que foram encontrados nas organizações e não foram explorados de forma exaustiva neste trabalho.
- 2) Envolver outros atores sociais como: financiadores, órgãos públicos, público-alvos, estados e municípios impactados pelos trabalhos das OAs que foram estudadas neste trabalho.
- 3) Investigação em OAs com atividades em outras regiões do país e público-alvos diferentes das já investigadas nesta pesquisa.
- 4) Realizar pesquisas com métodos mistos e/ou quantitativos das organizações investigadas ou de outras OAs.
- 5) Que as organizações investigadas procurem discutir as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base com seus colaboradores e atores sociais, para que se possa difundir e compreender a importância das vertentes ambientais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.75-96.

_____, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. In. **Estudos Avançados**. V. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/10>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____, Henri; MELLO, Cecília Campello do A; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARRUDA, Mayra Rosa; PELEGRINI, Djalma Ferreira. Elementos do discurso ambientalista na geografia. X encontro de geógrafos da América Latina. In. **Anais Eletrônicos...** 20 a 26 de março, São Paulo: 2005, p. 1217-1236. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/02.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BERKER, Bertha. A Amazônia pós Eco-92. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 129-144.

BERNANDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.17-42.

BERNARDO, Maristela. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 66-69.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995.

BORSATO, Regiane. **Governança ambiental e as certificações**: participação e influência do movimento ambientalista nos instrumentos privados de gestão ambiental. 230 f.. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR. Curitiba. 2012. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27869/R%20-%20T%20-%20REGIANE%20BORSATO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2013.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.

BRAUN, Ricardo. **Novos paradigmas ambientais**: desenvolvimento ao ponto sustentável. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

BROCKINGTON, Dan; IGOE, Jim. Expulsão para a conservação: um outro conflito de civilizações? Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008. p. 124-193.

BRULLE, Robert J; MASON, George. Environmental discourse and social movement organizations: a historical and rhetorical perspective on the development of U.S. Environmental Organizations. In: **Sociological Inquiry**. V. 66, n. 1, 1996, p. 58-83. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-682X.1996.tb00209.x/pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

BURSZTYN, Marcel. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 83-102.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia Política**. v. 21, n. 46, 2013, p. 125-146. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2014.

CAPOBIANCO, João Paulo R. As alianças com o movimento social. In: SVIRSKY, Enrique; _____ (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 84-87.

CARMIN, Joann; BALSER, Deborah B. Selecting repertoires in environment movement organizations: an interpretive approach. In: **Organization & Environmental**. V. 15, n. 4, 2002, p. 364-388. Disponível em: <http://oae.sagepub.com/content/15/4/365.full.pdf+html>. Acesso em: 15 out. 2013.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. Meio ambiente e políticas públicas: A feema diante da poluição industrial. In: PÁDUA, José Augusto. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 181-211.

CASTAÑON, Gustavo Arja. Construtivismo social: uma crítica epistemológica. Temas em Psicologia da SBP. Vol. 12, n.1, 2004, p. 67-81. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n1/v12n1a08.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

COMPAGNON, Daniel. Administrar democraticamente a biodiversidade graças às ONGs. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008. p. 83-104.

CRESWELL, J.. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Booking/Artimed, 2010.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.43-79.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto alegre: Artimed/Bookman, 2006.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 149-163.

DIAS, Reinaldo, **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. O papel da nas grandes ONGs transnacionais e da ciência da conservação da natureza. **NUPAUB**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/papelongs.pdf>. Acesso em 08 jan. 2014.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____ (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1- 46.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DOMINGUES, Soraya Corrêa. Teoria e prática dos movimentos ambientalistas e outros atores sociais do Nordeste do Brasil. In. **Socius**. Lisboa. 2010. Disponível: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_6_2010.pdf. Acesso em: 20 set. 2013.

DOWIE, Mark. Refugiados da conservação. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008. p. 113-124.

DRUMMOND, José Augusto L. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 19-26.

FELDMAN, Fábio. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 61-64.

FERREIRA, Lucia da Costa. Confronto e legitimação. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 38-49.

_____, Lucia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e sociedade**. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a04.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____, Lucia da Costa. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, Marcos. (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ (PUC-SP), 2001. p. 57-84.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Gustavo A. B. da; PINTO, Luiz Paulo de Souza. O papel das ONGs. In: LOPES, Ignez Vidigal (et al). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 295-346.

GABEIRA, Fernando. A idéia de um partido verde no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 163-180.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, 2011. p. 333-363. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. Trad. Dany Patarra. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 124-148.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os movimentos sociais diante da reorganização em curso. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.183-197.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. Trad. Antônio Carlos Diegues; Daniela Andrade. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 80-99.

HERCULANO, Selene. ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: **Meio ambiente: questões conceituais**. UFF/PGCA-Riocor. Niterói, 2000. p. 123-155.

IVO, Pedro. As alianças com o movimento social. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 89-92.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.). EDUSP, 2003. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In: **Sociedade e estado**. V. 24, n. 1, 2009, jan./abr. p. 47-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

JONHSON, Erik. Changing issue representation among major United states environment movement organizations. In: **Rural Sociology**. V. 71, 2006. p. 132-154. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1526/00360110677789800/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

KABLIN, Roberto. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 73-75.

KISHINAMI, Roberto. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 69-73.

KRESPO, Samyra. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 75-77.

KRISCHKE, Paulo J. Atores sociais e consolidação democrática na América latina: Estratégias, identidades e cultura cívica. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R; SCHERER-WAREN, Ilse (orgs.). **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 181-204.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Stockholm, Rio, Joannesburg: Brasil and three united nations conferences on the environment**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Trad. Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

LEIS, Hector Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. 2. ed. Montevideo: Coscoroba, 2004. Disponível em: <http://www.ecologiapolitica.net/leis/>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R; SCHERER-WAREN, Ilse (orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.

_____. Confronto e legitimação. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 36-37.

_____; D'AMATO, José Luis. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: Cavalcanti, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 77-103.

_____. Contribuição para uma teoria das práticas do ambientalismo. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: V. 4, n. 19 1996, p. 9-43. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23497>. Acesso em: 02 set. 2013.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2006.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 35, nº 1, jan-abr, 2009. p. 145-163. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 137-153, out/dez, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8267/7052>. Acesso em: 23 nov. 2014.

MACCHAPIN. Um desafio aos conservacionistas. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2008. p. 23-59.

MAIA, Kátia. As alianças com o movimento social. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 87-88.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 215-231.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MCCORMICK, John, **Rumo ao paraíso** a história do movimento ambientalista. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraíso-A-historiados-movimentosambientalistas>. Acesso em: 25 set. 2013.

MEBRATU, Debra. **Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review**. In: **Elsevier**. New York. V, 18, issue 6, 1998. p. 493-520. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195925598000195>. Acesso em: 03 out. 2013.

MENEZES, Daniel Santos. **Ambientalismo, conhecimento tradicional e reservas extrativistas na Amazônia legal: a visão dos técnicos do instituto Chico Mendes**. 163f,.. Dissertação de mestrado. UNIR. Porto Velho. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp062861.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

MENEZES, Daniel Santos; SIENA, Osmar. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. In: **O&S**. Salvador. V. 17, n. 54, jul-set, 2010. p.479-498. Disponível em: http://www.spell.org.br/docu_mentos/ve_r/486/a_m_bientalismo-no-instituto-chico-mendes-de-cons---. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____; _____. RODRÍGUEZ, Tomás Daniel Menéndez. Ambientalismo e concepções de resex, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal. In: **READ**. Porto Alegre. v. 17, n. 2, maio-ago, 2012. p. 451-479. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/read/v17n2/06.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

MILANEZ, Francisco. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 64-66.

MINC, Carlos. Os desafios da ecopolítica no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 111-138.

MIRANDA, Camila Maximiano; CASTILHO, Neuza Aparecida Novais; CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. Movimento sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais. In: **Revista da Católica**. Uberlândia. V.1, nº1, 2009. p. 176-185.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2008.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim; SILVA, André Luis. Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual. In: **Interações**. Campo Grande. V. 13, n. 1, 2012. p. 105-120. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a09v13n1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: As origens da ecologia política no Brasil. In: _____ (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 11-62.

_____. Natureza e projeção nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 13-18.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.

PEPPER, David. **Ambientalismo moderno: perspectivas ecológicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso**. São Paulo: Annablume; Cuiabá:UFMT/ Instituto Saúde Coletiva, 2005.

PIMBERT, Michel P; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. Trad. Antônio Carlos Diegues; Daniela Andrade. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 183-223.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 5. ed. Lisboa: Gradativa, 2008.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta da igualdade de gênero. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. n. 9, 2011. p. 81-91. Disponível em: <http://www.reid.org.br/arquivos/00000228-07-09-santos.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. Trad. Antônio Carlos Diegues. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 47-65.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor R; SCHERER-WARREN, Ilse. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 161-180.

SCHWARTZMAN, Stephan. Trad. Antônio Carlos Diegues. Floresta cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 257-272.

SILVA, José Kennedy Lopes; SIENA, Osmar. Perfil da produção científica sobre organizações ambientalistas. SEMEAD. XVI. In: **Anais eletrônicos....** 24 a 25 outubro, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/655.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SILVA, Marina. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.199-212.

SILVERSTEIN, Michael. **A revolução ambiental: como a economia poderá florescer e a terra sobreviver no maior desafio da virada do século**. Trad. Álvaro Sá. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudos de caso**. Trad. Ana Maria Chaves. 2. ed. Lisboa: Sage Publications, 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TAVOLARO, Sérgio B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. In: **Ambiente & Sociedade**. ano III, n. 6/7, 2000. p. 63-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20427.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VIEIRA, Liszt. Constituição e meio ambiente. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 139-162.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987, p. 63-109.

_____. Heterogeneidade política. **Lua Nova**. v. 3, n.4, 1987. p. 45-49. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/v3n4/a06v3n4.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 1992. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_02.pdf. Acesso em 23 set. 2013.

_____.; VIEIRA, Paulo F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. In. **Rev. Adm. Pub.** Rio de Janeiro. V.4, out/dez. 1992, p. 81-104. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724/pdf_47. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Confronto e legitimação. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 27-35.

_____.; LEIS, Héctor R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da RIO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: _____.; _____.; SCHERER-WAREN, Ilse (orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 134-160.

WORTMAN JUNIOR, Max S; JONES, Nathaniel. An examination and a prospectus of strategic management research in urban and environmental organizations. In. **Comput environ. urban. systems**. v. 6, 1981. p. 29-43. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/journal/01989715/6/1>. Acesso em: 25 set. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

ZHOURI, Andrea. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. In. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan-jun, 2006. p. 139-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a08v1225.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. Justiça ambiental, diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, n. 68, 2008. p. 97-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07>. Acesso em: 17 nov. 2013.

_____. Justiça ambiental e construção social do risco. In. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n. 5, jan-jun, 2002. p. 49-60. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/22116/14480>. Acesso em: 25 mar. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE I: Questões-base das entrevistas aos coordenadores.

- 1) Qual o posicionamento da instituição quando se trata da relação entre o ser humano e a natureza?
- 2) Qual a visão da organização ambientalista em relação ao crescimento econômico e ao trato com os bens naturais?
- 3) A instituição considera que deve haver crescimento econômico das comunidades mesmo quando há possibilidades de riscos de degradação da natureza?
- 4) A organização identifica a relação: mercado, natureza e sociedade como harmônica ou como conflitante?
- 5) A instituição aprova o uso de tecnologias para manejos florestais? A criação de animais e cultivo de hortaliças ajuda na promoção do desenvolvimento sustentável?
- 6) A organização admite que a inserção de comunidades tradicionais em áreas verdes pode ser uma alternativa para a diminuição das injustiças ambientais?
- 7) A organização valoriza a prática da religiosidade mística nas comunidades tradicionais?
- 8) A organização busca nos direitos ambientais comunitários ações contra as injustiças ambientais?
- 9) A organização defende as práticas de tecnologias limpas para a diminuição da agressão ao meio ambiente?
- 10) Há alguma tecnologia limpa aplicada na gestão ou atividade da organização?
- 11) A instituição apoia a prática da autogestão comunitária dos recursos financeiros, ambientais e tecnológicos?
- 12) A organização compreende o discurso ambiental em relação aos princípios de diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social?
- 13) Como é a relação entre os financiadores e a organização? Eles participam da gestão da organização?
- 14) Como é a relação entre a organização e seu público-alvo? Eles participam da gestão da instituição? De que forma?
- 15) Há uso de produtos e bens naturais na gestão e atividades da organização?
- 16) A organização prima pelo uso dos recursos biológicos e culturais?
- 17) A organização incentiva a participação de diferentes culturas e pluralidade política dos integrantes da equipe e do seu público-alvo?
- 18) A organização incentiva e cre na distribuição da riqueza e do poder entre os atores envolvidos?

- 19) A organização dialoga com a sociedade? Participa de reuniões e atividades com o empresariado local e órgãos públicos?
- 20) A organização cre de forma otimista no pensamento ambiental da sociedade e suas práticas para com o meio ambiente?
- 21) A organização participa de projetos com a sociedade? Há uma interação com a comunidade local?
- 22) A organização admite o cooperativismo como forma de interação para a melhoria das atividades voltadas ao meio ambiente?
- 23) Como a organização percebe os sistemas econômicos socialista e capitalista?
- 24) A organização recomenda as práticas de gestão participativa?
- 25) Há na organização uma visão otimista sobre as questões ecológicas?
- 26) A organização julga que o sistema econômico prejudica o meio ambiente?
- 27) Há interação entre a organização e as agências estatais?